

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências do
Desporto e de Educação Física

As instalações desportivas e as actividades físicas e desportivas dos alunos do ensino público obrigatório do Concelho de Braga

Estudo sobre a relação entre a legislação
e a realidade

**Francisco Manuel Torcato
Soares Baptista**

Outubro de 2001

TM

**FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**Mestrado em Ciências do Desporto
Gestão Desportiva**

**As instalações desportivas e as actividades físicas e desportivas dos alunos
do ensino público obrigatório do Concelho de Braga: Estudo sobre a relação
entre a legislação e a realidade.**

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de
Mestre em Ciências do Desporto, no âmbito do Mestrado de
Gestão Desportiva.

Orientador: Professor Doutor António Manuel Fonseca

Francisco Manuel Torcato Soares Baptista

Porto, Outubro de 2001

“Certeza é que nunca temos e na ciência nós não podemos ter a certeza, justamente porque há progresso.”

Karl Popper - 1987

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho com esta dimensão, só é possível com a colaboração de inúmeras pessoas.

Assim sendo, gostaria de agradecer:

Ao Professor Doutor António Manuel Fonseca, pela orientação deste trabalho. A sua capacidade de trabalho já me era familiar, no entanto agradeço-lhe a abertura que mostrou em me disponibilizar o seu pouco tempo, muitas vezes em detrimento da família, para em conjunto conseguirmos levar o barco a bom porto. Na continuidade do atrás referido, gostaria de deixar um agradecimento sentido à Maria João, à Inês e à Ana.

Ao Fernando Santos Silva e ao Nuno Reininho, pela disponibilidade manifestada mesmo em situações difíceis, no arranjo linguístico e gráfico.

Ao Gabinete de Gestão Desportiva, pelo apoio prestado na cedência de bibliografia.

A todos os Professores(as) e Amigos(as) pelos constantes conselhos e ajuda na recolha bibliográfica, bem como na definição da estrutura do trabalho.

À Câmara Municipal de Braga nas pessoas do Vereador da Educação e Desporto, Prof. João Nogueira, pela disponibilização dos serviços camarários, Eng. Rui Rodrigues e Arquitecta Teresa Piçarra do Gabinete de Informática, pela organização dos dados recolhidos e elaboração dos mapas, e ao Fernando Arménio pela disponibilidade manifestada no fornecimento e confirmação de dados.

Aos meus conselheiros e incentivadores Zinha e Fernando Durães pela energia positiva que me foram transmitindo ao longo de todo este tempo.

Aos meus sogros que abdicaram do seu espaço, sempre que solicitados, permitindo uma maior liberdade de acção.

À Né e à Mariana que tão bem souberam contornar a privação do convívio que estes trabalhos obrigam, contribuindo, acreditando e incentivando-me na realização deste Trabalho.

A todos aqueles que por omissão involuntária não incluímos aqui.

A todos, os meus agradecimentos.

RESUMO

Da análise da actual legislação sobre o modelo de gestão das escolas do ensino público obrigatório, resulta, entre outros aspectos, que o Estado entende ser hoje necessário às escolas estabelecerem parcerias com instituições das comunidades nas quais se inserem, particularmente as autarquias, por forma a que seja possível reunir as condições necessárias para que o desenvolvimento dos seus alunos ocorra naturalmente.

Todavia, no que diz respeito designadamente às instalações desportivas, parece subsistir a dúvida se as escolas, mesmo em parcerias com as autarquias, estarão em condições para corresponder com sucesso às exigências inerentes à realização, sem problemas, das diferentes actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares de todos os seus alunos, ao longo dos diferentes níveis de ensino abrangidos pela escolaridade obrigatória.

Nesse sentido, procurou-se com este estudo proceder à caracterização de todas as instalações desportivas escolares e autárquicas passíveis de utilização pelos alunos das escolas da rede do ensino público do Concelho de Braga. Foi analisada não só a tipologia de cada instalação desportiva mas também a sua taxa habitual de utilização durante o período escolar e a sua localização relativamente às escolas da Área de Influência Pedagógica (AIP) na qual se insere.

A análise dos resultados revelou, em primeiro lugar, que a maior parte das instalações desportivas escolares e autárquicas existentes no Concelho de Braga é constituída por Campos de Jogos (108 Grandes e Pequenos Campos vs apenas 52 instalações de outro tipo: Piscinas, Pavilhões, Salas de Desporto, Pistas de Atletismo e Outras instalações), e em segundo, que quase todas elas são descobertas (142 instalações descobertas para 18 instalações cobertas). Quanto à sua taxa de ocupação, foi evidente que, de uma forma geral, enquanto as instalações cobertas costumam estar completamente ocupadas durante o horário escolar as descobertas se encontram completamente desocupadas. Relativamente à acessibilidade das escolas às instalações desportivas, as escolas em pior situação são as do ensino Pré-Primário, seguidas das do 1º Ciclo e finalmente das do 2º e 3º Ciclos. Foi ainda evidente a existência de assinaláveis assimetrias de AIP para AIP, relativamente ao número e tipologia de instalações aí localizadas, bem como aos rácios entre os alunos matriculados e essas mesmas instalações desportivas.

Com base nos dados recolhidos, foi sugerido um conjunto de eventuais intervenções com o objectivo de melhorar a situação existente, fundamentalmente procurando atenuar algumas das principais diferenças verificadas entre AIP's, colocando-as a todas num mesmo plano, considerado como aceitável

para um normal e correcto funcionamento das actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares dos seus alunos. Esta intervenção, com um custo inferior a mil milhões de escudos, permitiria duplicar o número de instalações desportivas cobertas do Concelho de Braga, equilibrando o rácio entre alunos e instalações desportivas ao longo das várias AIP's. Finalmente, foram ainda avançadas algumas sugestões orientadas para o desenvolvimento de futuros estudos a realizar em contextos similares àquele no qual foi realizado este estudo.

ABSTRACT

From the analysis of the actual legislation on the obligatory public teaching model of administration, comes out, among other aspects, that the government understands that today it is necessary for the schools to establish partnerships with the communities' institutions in which it is inserted, particularly the autarchies, so that it could be possible to gather the necessary conditions for the natural development of their students.

Though, in what concerns the sport facilities, it seems that the subsist: if schools even in partnerships with the autarchy are in conditions to correspond with success to the inherent demands of the accomplishment, without problems, of the physical activities and curriculares and extracurricular sport activities of all their students, during the different teaching levels that obligatory education includes.

In that way, it was sought with this study to proceed to the characterization of all of the school's and autarchical sport facilities susceptible of being used by students of schools belonging to Braga's municipal public teaching net. It was studied not only each sportive facilities typology but also its usual tax of use during the school term and its location in what concerns the schools of the Pedagogic Influence Area (AIP) in which it inserts itself.

The analysis of the results revealed, in first place, that most of the school and autarchical sport facilities existent in Braga's municipality are formed by playgrounds for games (108 big and small ones vs only 52 other kind of facilities: Swimming-pools, Pavillions, Sport Rooms, Athletic Tracks and Other facilities); and in second, that almost all of them are open-field (142 open-field facilities for 18 covered facilities). As for its occupation tax, it was evident that, in general, covered facilities are usually completely vacant.

In what concerns the accessibility schools have to the sport facilities, the schools in worse situation are the ones of the nursing teaching, followed by those of the 1st Cycle and finally the ones of the 2nd and 3rd Cycle. It was notable the existence of marked asymmetries from AIP to AIP in what concerns, the number and typology of facilities there located, as well as to the ratios between the enrolled students and those sport facilities.

According to the collected data, a bunch of eventual interventions were suggested with the aim of improving the existent situation, trying to lessen some of the main differences verified among AIP's, putting them to all in a same level, considering as acceptable for a normal and correct performance of the students' physical activities and curricular and extracurricular sports.

This intervention, with a cost of less than a millions escudos, would allow to duplicate the numbers of covered sport facilities at Braga's municipality, levelling the ratio between students and sport facilities at several AIP's. Finally, it was also give some suggestions to aim the development of futures studies to a which could be made in similar contexts to this one.

RÉSUMÉ

D'après l'analyse de la législation actuelle sur le modèle d'administration des écoles de l'enseignement public obligatoire, il résulte, parmi d'autres aspects, que l'État pense, à présent, qu'il est nécessaire que les écoles établissent des associations avec des institutions des communautés auxquelles elles s'insèrent, en particulier les mairies, de façon que les conditions nécessaires soient réunies pour que le développement de leurs étudiants se déroule naturellement.

Cependant, en ce qui concerne les installations du sport, il paraît subsister le doute si les écoles, même en association avec les mairies, elles seront en conditions de correspondre avec succès aux demandes inhérentes à la réalisation, sans problèmes, des différentes activités physiques et sportives curriculaires et périscolaires de tous leurs étudiants, au long des différents niveaux d'éducation inclus par l'éducation obligatoire.

Dans ce sens, avec cette étude on a essayé de faire la caractérisation de toutes les installations du sport scolaires et autarchiques susceptibles à être utilisées par les étudiants des écoles de l'enseignement public de «Concelho de Braga». On a analysé la typologie de chaque installation du sport aussi bien que son taux d'usage habituel pendant la période scolaire et sa localisation par rapport aux écoles de la Région d'Influence Pédagogique (AIP)

L'analyse des résultats a révélé, en première place que la plupart des installations du sport scolaire et autarchiques existantes au «Concelho de Braga» est constituée par terrains de sport (108 Grands et Petits terrains contre seulement 52 installations d'un autre type: Piscines, Pavillons; Salle de sport, Pistes et Autres installations), et, en seconde, que presque toutes sont découvertes (142 installations découvertes pour seulement 18 abris). Quant à son taux d'occupation, il était évident que, en général, pendant que les installations en abris sont complètement occupées pendant le programme scolaire, les découvertes étaient complètement inoccupées. Par rapport à l'accessibilité des écoles aux installations du sport, les écoles en pire situation était celle de l'enseignement préscolaire, suivies par celles du 1er cycle, et finalement par celles des 2e et 3e cycles. C'était encore évidente l'existence des asymétries d'AIP pour AIP, par rapport au nombre et la typologie d'installations y localisées, aussi bien qu'aux ratios entre les étudiants inscrits et ces mêmes installations de sport.

Ayant comme base les données rassemblées, on a suggéré un groupe d'éventuelles interventions avec l'objectif d'améliorer la situation existante, en essayant fondamentalement d'amoindrir quelques principales différences vérifiées parmi AIP différentes, en les remettant à toutes dans un même plan, considéré comme acceptable pour un normal et correct fonctionnement des activités phy x1 et

sportives curriculaires et périscolaires de leurs étudiants. Cette intervention, avec un coût inférieur à mille million d'escudos, permettrait dupliquer le nombre d'installations du sport couvertes du «Concelho de Braga», en équilibrant le ratio entre étudiants et installations du sport au long de plusieurs AIP. Finalement, on a encore avancé des suggestions orientées vers le développement d'études à accomplir dans des contextes semblables auquel cette étude a été accomplie.

ÍNDICE	13
AGRADECIMENTOS	14
RESUMO	15
ABSTRACT	16
RÉSUMÉ	17
ÍNDICE	13
ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	15
1. INTRODUÇÃO	19
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 A Gestão do Sistema de Ensino Português	23
2.2. A Actividade Física e a Formação das Crianças e dos Jovens	32
2.2. A Actividade Física e a Formação das Crianças e dos Jovens	33
2.2.1. O desenvolvimento harmonioso da criança	33
2.2.2. A actividade física e desportiva no sistema de ensino	34
2.2.3. A actividade física e desportiva e os estilos de vida saudáveis	37
2.2.4. A Escola e a dinamização da actividade física e desportiva	41
2.2.5. A Escola promotora de saúde	42
2.3. A Actividade Física e Desportiva e as Autarquias	45
2.3.1. Competências e responsabilidade das autarquias	45
2.3.2. Instalações desportivas	50
2.3.3. Autarquias, Escolas e actividade física e desportiva: projecto pedagógico/desportivo integrado	57
3. METODOLOGIA	61
3.1. Caracterização do Concelho de Braga	61
3.2. Caracterização das Áreas de Influência Pedagógica (AIP) do Concelho de Braga	64
3.3. Critérios para a classificação das instalações	68
3.3.1. Tipologia	69
3.3.2. Acessibilidade	72
3.4. Processo de Recolha de dados	75
4. RESULTADOS	77
4.1. Tipologia das instalações desportivas escolares e autárquicas	77
4.1.1. Dados totais	77
4.1.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica (AIP)	78
4.2. Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares e autárquicas	81

4.2.1. Dados totais.....	81
4.2.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica.....	82
4.3. Acessibilidade das instalações desportivas escolares e autárquicas relativamente às escolas.	89
4.3.1. Dados totais.....	89
4.3.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica.....	90
Escolares.....	91
5. DISCUSSÃO.....	103
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:	117
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
8. ANEXOS.....	125

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadros

Quadro 2.1. Número e tipologia das instalações desportivas artificiais localizadas nos diferentes distritos de Portugal (CFED, 1997).	53
Quadro 3.1. Área, freguesias, e habitantes do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1996 ¹ e 1997 ²).	61
Quadro 3.2. Indicadores sobre habitação e qualidade de vida no Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1991 ¹ , 1996 ² , e 1996 ³).	62
Quadro 3.3. Indicadores económicos do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1996 ¹ e 1997 ²).	62
Quadro 3.4. Estabelecimentos de Ensino e alunos do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1995/1996).	63
Quadro 3.5. Tipologia das Instalações Desportivas existentes no Concelho de Braga ((baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 2000).	63
Quadro 4.1. Instalações desportivas escolares e autárquicas situadas no Concelho de Braga.	77
Quadro 4.2. Instalações desportivas escolares e autárquicas situadas no Concelho de Braga, por Área de Influência Pedagógica.	79
Quadro 4.3 Rácio de alunos por instalação desportiva escolar, e por total de instalações, em cada AIP.	80
Quadro 4.4. Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares e autárquicas no Concelho de Braga.	81
Quadro 4.5. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de André Soares.	82
Quadro 4.6. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Cabreiros.	83
Quadro 4.7. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Celeirós.	83
Quadro 4.8. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Francisco Sanches.	84
Quadro 4.9. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Gualtar.	84
Quadro 4.10. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Lamações.	84
Quadro 4.11. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Frei Caetano Brandão.	85
Quadro 4.12. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Nogueira.	85
Quadro 4.13. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Palmeira.	86
Quadro 4.14. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Real.	86
Quadro 4.15. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP do Externato Infante D. Henrique.	86
Quadro 4.16. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB _{2/3} de Tadim.	87

Quadro 4.17. Acessibilidade das instalações desportivas escolares e autárquicas relativamente às escolas do Concelho de Braga.....	90
Quadro 4.18. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB _{2/3} de André Soares.....	91
Quadro 4.19. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Cabreiros.....	92
Quadro 4.20. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Celeirós.	92
Quadro 4.21. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB _{2/3} de Francisco Sanches.....	93
Quadro 4.22. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Gualtar.....	95
Quadro 4.23. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB _{2/3} de Lamações.	95
Quadro 4.24. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB _{2/3} de Frei Caetano Brandão.....	96
Quadro 4.25. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Nogueira.....	97
Quadro 4.26. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da EB _{2/3} de Palmeira.	98
Quadro 4.27. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Real.	99
Quadro 4.28. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP do Externato Infante D. Henrique.....	100
Quadro 4.29. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB _{2/3} de Tadim.	101

Figuras

Figura 4.1. AIP da Escola EB _{2/3} de André Soares. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.	91
Figura 4.2. AIP da Escola EB _{2/3} de Cabreiros. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	92
Figura 4.3. AIP da Escola EB _{2/3} de Celeirós. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	92
Figura 4.4. AIP da Escola EB _{2/3} de Francisco Sanches. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.	93
Figura 4.5. AIP da Escola EB _{2/3} de Gualtar. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	95
Figura 4.6. AIP da Escola EB _{2/3} de Lamações. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	95
Figura 4.7. AIP da Escola EB _{2/3} de Frei Caetano Brandão. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.	96
Figura 4.8. AIP da Escola EB _{2/3} de Nogueira. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	97

Figura 4.9. AIP da Escola EB _{2/3} de Palmeira. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	98
Figura 4.10. AIP da Escola EB _{2/3} de Real. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	99
Figura 4.11. AIP do Externato Infante D. Henrique. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.	100
Figura 4.12. AIP da Escola EB _{2/3} de Tadin. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.....	101

1. INTRODUÇÃO

Considerando a autonomia e descentralização das escolas como aspectos fundamentais da nova organização da Educação no nosso País, a Assembleia da República Portuguesa aprovou o Decreto Lei nº 115/A-98, de 4 de Maio, posteriormente rectificado pela Lei nº 24/99 de 22 de Abril. Esta medida visou concretizar na vida da Escola a democratização, a igualdade de oportunidades, e a qualidade do serviço público de educação.

Mais especificamente, esta nova legislação, para além de contemplar a possibilidade de serem constituídos Agrupamentos de diferentes Escolas, de forma vertical (i.e., agrupamentos constituídos por escolas de diferentes níveis de ensino) ou horizontal (i.e., agrupamentos constituídos por escolas do mesmo nível de ensino), estabelece inequivocamente a existência de Áreas de Influência Pedagógica (AIP), correspondentes a áreas geograficamente determinadas nas quais estão localizadas Escolas do Ensino Pré-Primário, bem como do 1º, 2º e 3º Ciclos. Assim sendo, com esta estrutura, nas AIP^s coexistem diferentes níveis de ensino e de responsabilidades: enquanto as autarquias assumem uma grande parte da responsabilidade no correcto funcionamento das Escolas do Ensino Pré-Primário e do 1º Ciclo, no caso das Escolas dos 2º e 3º Ciclos essa responsabilidade compete quase exclusivamente ao Ministério da Educação.

A Escola abriu, portanto, as suas portas à comunidade que a envolve, permitindo essa abertura, entre outras coisas: o agrupamento de escolas de diferentes níveis de ensino geograficamente próximas; o estabelecimento de parcerias com outras instituições por forma a conseguir uma dinâmica de desenvolvimento mais favorável aos seus alunos; uma intervenção activa na gestão destes agrupamentos por parte das diferentes forças representativas da sua comunidade, através da sua Assembleia de Escola.

Desta forma, o Governo assumiu que o processo educativo, a essência da Escola, não está exclusivamente dentro de si, mas também no meio envolvente. Daí que, repetimos, tenha procurado criar condições para o estabelecimento de parcerias institucionais e locais, no sentido de promover por esse meio, o desenvolvimento de um processo educativo mais abrangente, consolidado e enquadrado com as características reais da sua área de influência.

Por parte dos responsáveis do Governo foi todavia evidente a preocupação de sublinhar que esta autonomia não deveria ser encarada como uma forma de Estado aligeirar as suas responsabilidades neste domínio, mas sim como a vontade de permitir que, mediante certas condições, cada escola,

conhecedora da sua realidade interna e externa, possa gerir melhor os seus recursos educativos através de um projecto educativo consistente e enquadrado com o meio em que ela está envolvida.

Paulo Freire (1973), o prolífico e mundialmente conhecido escritor brasileiro, alertou para a circunstância de a Escola, numa perspectiva realmente progressista, democrática e não autoritária, não se mudar por portaria. Não é de um dia para o outro que, através da publicação de uma simples norma regulamentar, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a Escola autoritariamente.

Ainda que partilhemos em certa medida da mensagem implícita às palavras daquele escritor - porquanto somos contrários à existência de regulamentação excessiva, já que cremos que essa situação normalmente tende a inibir o surgimento da livre iniciativa e da assunção de responsabilidades - somos igualmente da opinião de que há domínios - e a Escola é um deles - nos quais importa que existam normas pelas quais se devem reger os seus intervenientes. Ou seja, não somos pela regulamentação excessiva, mas também não somos pela ausência de regulamentação reguladora.

Até porque, de uma forma geral, para que a competência e a qualidade surjam, é necessário que exista um cenário propiciador a isso, e para tal é necessário que existam regras: não muitas, provavelmente; não muito rígidas, certamente; que sejam o fruto de uma reflexão prévia e de uma posterior experimentação no terreno, inequivocamente. Por outras palavras, consideramos que as regras que provavelmente melhor podem servir o desejado objectivo de aumentar a qualidade do nosso sistema de ensino mais do que surgir de forma inesperada e abrupta, deverão resultar da evolução do que já existe, mantendo o que é reconhecidamente positivo e procurando corrigir o que se tem revelado menos positivo, ou mesmo negativo.

Nesse sentido, até para perceber de que forma o que existe actualmente (i.e., a legislação que recentemente foi produzida neste domínio) é ou não consistente com o que existiu antes, reflectindo uma evolução positiva ou negativa, decidimos desenvolver inicialmente uma breve 'viagem' sobre a história e evolução do processo de gestão das escolas integradas no sistema de ensino patrocinado pelo Estado Português ao longo dos anos (ver ponto 1 do capítulo 2).

Quando falamos em educação e em desenvolvimento pleno e integrado das crianças e dos jovens recorremos e sublinhamos cada vez mais conceitos e postulados associados não a uma lógica exclusivamente intelectual - característica de uma perspectiva dualista e cartesiana de formação do indivíduo, na qual a dimensão mental ou intelectual se distanciava claramente da dimensão motora ou corpórea - mas sim integrada, na qual as duas dimensões coexistem de forma complementar.

Nessa medida, atendendo inclusivamente ao contexto no qual desenvolvemos a nossa formação e intervenção, considerámos importante rever, ainda que de forma necessariamente ligeira (porquanto não se constitui como o objectivo central o nosso estudo), alguns aspectos associados ao impacte assumido pela actividade física e desportiva no desenvolvimento harmonioso da criança, bem como ao papel que lhe é atribuído no sistema de ensino, seja no plano estrutural ou curricular, seja ao nível do que dela se espera actualmente num quadro de exigências mais alargado, isto é, considerando o que é outorgado normalmente à Escola no seu todo (ver ponto 2 do capítulo 2).

Tal como referimos anteriormente, a tendência actual parece pois orientar-se no sentido de envolver as autarquias na gestão do processo educativo das crianças e jovens que residem nas áreas sob a sua jurisdição, designadamente no que concerne à criação de condições funcionais ou estruturais para que ele decorra com o máximo de sucesso possível.

Daí a razão para que tenhamos decidido concentrar-nos em determinar melhor não só as competências que lhes estão actualmente conferidas neste domínio, mas também em que medida, no que concerne às instalações desportivas consideradas imprescindíveis para um normal e correcto desenvolvimento das actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares dos alunos da rede de escolas do ensino público obrigatório, estão preparadas para as assumir (ver ponto 3 do capítulo 2).

Da análise e reflexão efectuada sobre os pontos anteriormente referidos resultou um conjunto de questões e interrogações, que se constituiu como o núcleo indutor da gestação, e subsequente definição, dos principais objectivos que nortearam a realização da componente empírica deste nosso estudo.

Segundo Pina (1998), apesar das construções realizadas nesta última década, a problemática das instalações/equipamentos das nossas escolas ainda não se resolveu de forma significativa: para além de serem muitas as escolas sem quaisquer instalações específicas, em muitos outros casos, as que existem são muito antigas apresentando um estado elevado de degradação.

Na verdade, são diversas as evidências de que as instalações desportivas no nosso país se têm implantado de forma desajustada e insuficiente, bem como as sugestões de que o poder político autárquico terá de organizar um plano integrado, por forma a definir uma tipologia de instalações, que permita uma utilização diversificada, ao longo do dia, por um número alargado de utentes. Ou seja, nem as instalações desportivas escolares podem ser pensadas exclusivamente para a população escolar, nem as autárquicas podem ser equacionadas apenas em função da restante população.

Assim sendo, uma das questões que se levantou foi a seguinte: apesar de existir vontade, e mesmo legislação, no sentido de envolver escolas e autarquias no processo educativo das crianças e

jovens que nelas residem, será que elas, pelo menos no que respeita às instalações desportivas, estão preparadas para corresponder com sucesso a essas exigências?

Mais especificamente, será que, por exemplo, no Concelho de Braga, umas das principais cidades nacionais, e na qual desenvolvemos a nossa actividade profissional, estão reunidas as condições necessárias e suficientes para operacionalizar e implementar o espírito subjacente à legislação relativa às AIP's e agrupamentos de escolas?

É que somos da opinião de que não basta legislar: importa igualmente assegurar as condições requeridas para que essa legislação possa efectivamente significar, na prática e no dia a dia das pessoas, a melhoria que foi perspectivada pelos que nela pensaram e a produziram.

Nesse sentido, considerámos necessário, numa primeira fase, para além de proceder à caracterização das diferentes AIP's existentes no Concelho de Braga, definir igualmente os critérios a utilizar posteriormente para caracterizar e classificar as instalações desportivas ali localizadas (ver capítulo 3), para o que nos baseámos na literatura anteriormente revista.

Com base nos critérios estabelecidos, procedemos à caracterização do número e tipologia das instalações localizadas em cada uma das AIP's, bem como da sua taxa de ocupação habitual durante o horário escolar, e ainda da sua acessibilidade relativamente a cada uma das diferentes escolas integradas nas AIP's investigadas (ver capítulo 4).

Em seguida (ver capítulo 5), procurámos não só comparar os dados recolhidos no âmbito do nosso estudo com os encontrados noutros estudos relativamente similares ao nosso, mas também analisar as suas implicações, tanto no que concerne ao Concelho de Braga em geral, como a cada uma das AIP's em particular. Adicionalmente, elaborámos e apresentámos algumas sugestões/recomendações no sentido de melhorar a situação encontrada, designadamente no que respeita a algumas das AIP's que evidenciavam uma situação claramente deficitária no domínio das instalações desportivas.

Finalmente, procurámos sintetizar as principais conclusões do nosso estudo, bem como sugerir algumas pistas para o desenvolvimento de futuros estudos a realizar no contexto no qual foi realizado este (ver capítulo 6), terminando com a apresentação de informações detalhadas acerca de todas as referências bibliográficas mencionadas ao longo do trabalho (ver capítulo 7), e do mapa de cada uma das AIP's com a localização exacta de todas as instalações desportivas e escolas que as integram, que haviam sido apresentados no capítulo da apresentação dos resultados mas em formato reduzido (ver capítulo 8).

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A Gestão do Sistema de Ensino Português

A Escola Pública é hoje em dia uma realidade inquestionável sobre a qual recaem variadas expectativas. No entanto, o percurso para chegar à escola dos dias de hoje, não foi fácil. Como todas as mudanças, precisou de tempo de adaptação, surgiram dúvidas e puseram-se em causa muitas das teorias, o que tornou o processo moroso.

Ao referir-se ao percurso histórico da instituição escola em Portugal, Lima (1998) recordou que o aparecimento da Escola Pública representou uma vitória do Estado sobre outras instituições que na época tinham uma forte influência nas orientações políticas, nomeadamente a Igreja. Mais ainda, aquele autor, salientou que a sua implementação só foi possível pela determinação do grande reformador português, Marquês de Pombal. A luta que travou com quem tinha até então o monopólio da escola, a Companhia de Jesus, foi determinante no sentido em que criou um sistema de ensino estatal e laico, pioneiro na Europa de então.

Tal como referiram Formosinho e Machado (1998, p. 99),

o processo de nacionalização do ensino, procurando a sua legitimação numa nova relação escola-nação-território, faz do Estado o substituto da Igreja na sua missão educadora do 'cidadão' e da escola o seu instrumento privilegiado. Foi, com efeito, a garantia do controlo da escola pelo Estado que custou à Companhia de Jesus duas expulsões do território nacional, uma com o Marquês de Pombal e a outra com a Primeira República.

Neste processo evolutivo, a administração dos estabelecimentos educativos foi condicionada por um conjunto de factores macro-sociais e políticos que marcaram a evolução da sociedade portuguesa no final do Séc. XIX e durante o Séc. XX. Por exemplo, com a instauração da 1ª República, surgiu uma primeira tentativa para descentralizar a administração de alguns serviços públicos; porém, este ímpeto foi anulado com o golpe militar de 1926, daí resultando um aumento da centralização da administração escolar (Barroso, 1991).

O Estado Novo restabeleceu as relações com a Igreja, mas não abdicou de se "assumir como Estado-educador, a quem incumbia a *educação nacional*, cuja organização e controlo é deixado à administração central" (Formosinho e Machado, 1998, p.100).

A primeira grande reforma apenas ocorreu em 1973. No entanto, os efeitos desta reforma, que ficou conhecida pelo nome do seu inspirador Veiga Simão, não se fizeram sentir ao nível da gestão das instituições escolares, mas sim na institucionalização da educação pré-escolar, no alargamento da

escolaridade obrigatória, e na renovação da formação dos professores. De destacar ainda a propósito desta reforma que, apesar de ter sido objecto de um constrangimento imposto pelo regime político de então, que lhe limitou os espaços de participação, conseguiu o mérito de ter iniciado o processo da mobilização educativa.

Até à implantação do regime democrático de 1974, a administração escolar foi controlada ideologicamente e politicamente, havendo mesmo uma repressão intencional sobre os professores e alunos de então. Em conformidade, “os administradores das escolas, designados por reitores ou directores, eram professores nomeados directamente pelo Ministério da Educação, sem necessidade de qualquer concurso ou formação especializada, com base em critérios onde predominavam considerações de ordem política e ideológica” (Afonso, 1994, p.105). Esta atitude centralizadora, característica do antigo regime, não permitiu portanto a participação de outras forças, nem mesmo a introdução de novos conceitos e ideias ao nível das administrações escolares.

A alteração de um regime totalitário para um regime democrático, fruto da revolução de Abril de 1974, introduziu obviamente alterações nos modelos de gestão vigente até então, dando lugar a um novo modelo vulgarmente designado como de “Gestão Democrática.”

Neste período de transição, foram produzidos diversos diplomas legais na procura de um novo rumo. Foi um período fértil em indefinições, que só se normalizou com a publicação do Dec. Lei n.º 769-A/76 de 23 de Outubro, e respectivas portarias, da responsabilidade do 1º Governo Constitucional, que definiu o modelo de gestão a seguir nas escolas dos Ensinos Básico, Preparatório e Secundário. Este Decreto Lei, publicado por iniciativa do Ministro Sottomayor Cardia, implementou um modelo que

dispersa a administração do estabelecimento de ensino por três órgãos distintos, nomeadamente Conselho Directivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, localizados horizontalmente no topo da estrutura organizacional da escola, sem dependência hierárquica entre si, e com responsabilidades e competências facilmente sobreponíveis. Esta separação de poderes é aparentemente contrariada pela concentração de poderes na mesma pessoa: o presidente do conselho directivo, é por inerência da função, o presidente dos outros conselhos (Afonso, 1994, p.107).

De acordo com Barroso (1991), este diploma procurou “normalizar” a vida nas escolas, disciplinar a iniciativa dos professores, e restabelecer o mecanismo de subordinação hierárquica entre as escolas e o Ministério. No entanto, ainda segundo o mesmo autor, apesar de ter sido intenção do governo regulamentar o exercício de poder nas escolas, todo este processo não passou das intenções:

se tivermos em conta que não se verificou em todo este período (até à aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986) nenhuma iniciativa legal que alterasse as relações entre o estabelecimento de ensino e da administração central (no sentido do reforço da autonomia das

escolas e da descentralização do Ministério da Educação), pode dizer-se que o Dec. Lei nº 769-A/76, não passou de uma prótese democrática, numa administração burocrática (p. 69).

Nesse sentido, a longevidade deste modelo de “gestão democrática”, que se manteve desde Outubro de 1976 até Outubro de 1986,

explica-se, por um lado, pela oposição clara dos professores e das suas estruturas sindicais contra quaisquer mudanças no sistema, e por outro, pela sucessão de governos fracos, pouco duradouros, desprovidos de vontade ou capacidade política para alterar as regras do jogo. Assim, incapazes de reformularem o modelo, as sucessivas autoridades do sector da educação seguiram uma política baseada no reconhecimento verbal das ‘virtualidades da gestão democrática’ ao mesmo tempo que implementavam medidas políticas que minavam o estatuto e reduziam competências dos conselhos directivos, de acordo com a lógica da burocracia ministerial (Afonso, 1994, p.14).

O descontentamento generalizado por parte dos principais intervenientes no processo escolar (i.e., pessoal docente, não docente, alunos e encarregados de educação), bem como a evolução da conjuntura nacional, e a entrada para a União Europeia, alertaram os responsáveis políticos pelo sector educativo para a necessidade de se alterar a situação que vigorava.

De acordo com Álvarez (1995, p. 41),

não há dúvida de que quase todos os sistemas educativos em processo de reforma prevêem a delegação de competências nas regiões ou escolas, com o objectivo de aproximar o mais possível os serviços educativos dos contribuintes, tornando-os assim menos burocráticos e mais eficazes.

Também no nosso país foi possível identificar esse sentimento ao longo do processo da reforma do sistema educativo, iniciado em 1986, que viria a culminar com a publicação da lei de Bases do Sistema Educativo, e respectivos diplomas que lhe dão corpo. Esta Lei de Bases veio de encontro às tendências dos modelos organizativos adoptados em países culturalmente e geograficamente próximos do nosso, já que a quase totalidade dos países da Comunidade Europeia tem vindo a promover a participação da sociedade civil na direcção da escola.

Ainda assim, nem sempre a prática coincide com o discurso. Segundo Falcão (2000), Portugal, um país com tradições centralistas, tem mantido uma administração centralizadora e burocrática, apesar do discurso político muitas vezes apontar para a necessidade de descentralizar a administração pública. Ou seja, apesar do legislador procurar dotar a lei de directivas positivas, o forte peso da tradição nem sempre permite a sua melhor aplicação.

Para além disso,

a legislação entretanto publicada, embora apelando à participação de outros actores, designadamente de pais, autarquias, comissões de moradores no processo de direcção e gestão de escolas, só lhes abriu espaços para uma intervenção informal (meramente opinativa e/ou influenciadora), não lhes proporcionando nunca espaço para um envolvimento com poder de decisão (Sousa, 2000, p. 69).

Assim sendo, o reconhecimento por parte dos governos de que a atitude ambígua em que se encontrava a política educativa não só não resolvia o impasse como o agravava mais, levou a que eles assumissem de vez a descentralização da administração escolar.

Fernandes (2000) referiu que a amplamente reconhecida incapacidade da Administração Central para responder de forma atempada às exigências das comunidades tem levado o Estado a adoptar um novo projecto político baseado na participação dos cidadãos. Nos discursos político-educativos dos últimos anos têm vindo a aparecer cada vez mais palavras como autonomia, descentralização, participação, e democratização, e a ser defendido que a escola assuma responsabilidades até agora próprias do estado. Em conformidade,

a aprovação em 1986 da Lei de Bases do Sistema Educativo [que] definiu as linhas gerais para a política educacional e a estrutura global do sistema escolar. Juntamente com os estudos de reforma, e com a estabilização política de 1987, estabeleceu um novo contexto para a tomada de decisão na política educacional, proporcionando a primeira oportunidade, desde a Revolução de 1974, para a elaboração e implementação de uma política global e sequencial (Afonso, 1994, p. 116).

Esta Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro) estabeleceu, através dos seus art.º 43º, 44º e 45º, os parâmetros orientadores da estrutura e funcionamento do sistema educativo; definiu os princípios a que deve obedecer a sua administração e gestão a nível central, regional autónomo, regional, local e de estabelecimento; determinou a adopção de orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração de serviços; e criou departamentos regionais de educação com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a acção educativa.

Através do seu Capítulo VI, a Lei de Bases do Sistema Educativo conferiu à comunidade e à sociedade civil a possibilidade de poderem participar na administração do sistema escolar. Esta mesma Lei de Bases consagrou, através do seu Art. 3º (Princípios Gerais), os direitos de autonomia e de parceria, referindo que todo o sistema se organiza de forma a:

... g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas de acção educativa de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; h) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democrática, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana onde se integram todos os intervenientes no processo educativo, e em especial os alunos, os docentes e as famílias (Lemos, J. & Silveira, T., 2001, pág. 275).

Ou seja, a Lei de Bases abriu as portas de par em par para que o actual sistema de gestão escolar possa envolver e envolver-se com todas as forças referenciais existentes nas suas Áreas de Influência Pedagógica. Para tal, estabeleceu que a Assembleia de Escola, órgão máximo do actual

modelo de gestão escolar “é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola”, conforme vem expresso no ponto 1 do artigo 8º do Dec.-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio.

Este órgão é composto obrigatoriamente por representantes dos docentes, discentes, associação de pais, associação de estudantes e autarquia. Por opção da escola, e respectiva aprovação em Assembleia, o regulamento interno pode contemplar a inclusão de pleno direito de outras forças existentes na sua Área de Influência Pedagógica, nomeadamente associações culturais, artísticas, ambientais e económicas, que apresentem mais valias de relevo para o Projecto Educativo da Escola. Logo, é neste importante órgão que as forças representativas da comunidade escolar e extra escolar podem fazer valer os seus direitos, as suas ideias, construindo dessa forma uma escola útil, dinâmica, interventiva, interessada em dar a melhor resposta aos que a frequentam.

Considerando que é na Assembleia de Escola que são aprovadas as suas linhas orientadoras, e que nela estão representadas as principais forças representativas locais, Martins (2000) alertou para a necessidade de não se permitir que no futuro se questionem os projectos aí aprovados. Este mesmo autor, ainda sobre este tema, sublinhou igualmente que seria importante que as nossas autarquias, a exemplo de outras cidades europeias, como Barcelona, desenvolvessem um Projecto Educativo do Município, ou, no caso, da sua Área de Influência Pedagógica. Estes projectos educativos estão a ser desenvolvidos com uma preocupação estratégica, segundo a qual as cidades não se constituem como o objecto mas sim como as promotoras de educação; daí que sejam designadas de *cidades educativas e educadoras*.

Ou seja,

a própria cidade é vista nos seus diversos domínios e não apenas no estritamente escolar, porque a educação não está só na escola, está na família, no sector privado, nas empresas, no comércio, nos espaços públicos, nos jardins, na música, na arte, no teatro, na cultura, numa série de sítios. Estas cidades educadoras, como é o caso de Barcelona, conseguiram já esse salto de qualidade espantoso que é apresentarem à sua população *Projectos Educativos de Cidade*. A cidade educa o cidadão (Martins, 2000, p. 20).

Da leitura da evolução das políticas educativas ressaltam pois, segundo Fernandes (2000), os seguintes pontos:

Nota-se uma evolução normativa no sentido de dar maior autonomia à escola e de envolver mais directamente o município na política educativa local;

As modalidades contratuais de regulação das intervenções educativas entre os vários parceiros começam a tomar relevo ocupando um campo progressivamente deixado em aberto pela descentralização administrativa;

A cooperação local entre municípios e escolas mostram tendências para se reforçar fazendo diluir ou desaparecer os antagonismos e compartimentações que caracterizam os sistemas fortemente autocentrados e burocratizados (p. 45).

No entanto, uma questão que se levanta é a seguinte: sendo o sistema administrativo português um sistema tradicionalmente centralista, como é que o Estado vê interesse na autonomia das escolas, permitindo que participem na sua gestão outros agentes?

Para Formosinho (2000), esta abertura por parte do Estado deve-se a três razões. A primeira, advém das indicações dadas pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, que recomendou uma maior participação das forças locais na administração das escolas, afirmando que o sistema centralizado tinha os dias contados. A partir dessa informação, a questão das parcerias e da autonomia das escolas foi um assunto sempre presente em todas as acções relacionadas com a educação. A segunda, teve a ver com o excesso de responsabilização do Estado na crise social da educação, notando-se aqui um desejo por parte do Estado em transferir essa responsabilidade para as escolas. Finalmente, a terceira advém do crescimento do municipalismo em Portugal. Os municípios no pós 25 de Abril, mais propriamente nas décadas de 80 e de 90, adquiriram um elevado protagonismo em diferentes áreas, nomeadamente na educação.

De qualquer dos modos, este processo não foi aceite de ânimo leve pelos agentes locais que passaram a ter responsabilidades neste novo modelo de gestão escolar. Para eles, a autonomia não é a resolução dos problemas das escolas ou do sistema de educação, inclusivamente porque traz consigo alguns problemas que carecem de uma análise séria e ponderada. Por exemplo, a

Associação Nacional de Municípios Portugueses, as Câmaras Municipais de um modo geral, consideram que esta transferência de competências tem de ser uma transferência contratualizada, no sentido em que tem de ser negociada com os municípios portugueses. Tem de ser gradualista, no sentido que não se pode fazer uma transferência de competências dada pela Administração Central todas de uma vez para os municípios, o que poderia ser contraproducente (Alpoim, 2000, p. 57).

Também Formosinho (2000) chamou a atenção para um conjunto de riscos que poderão contribuir para que a autonomia possa estar na origem de resultados desastrosos, diametralmente opostos aos pretendidos:

- o da “*autonomia da miséria*”, caso o Estado se demarque das suas responsabilidades, nomeadamente as financeiras, que são normalmente as mais constrangedoras de uma qualquer autonomia;
- o do “*localismo*” ou da “*autonomia provinciana*”, caso ocorra um excessivo acentuamento do bairrismo, do aproveitamento da autonomia para fins provincianos;
- o da “*autonomia por incompetência*”, caso os agentes não possuam capacidades ou preparação adequada para intervir em domínios como o administrativo-financeiro, o organizacional e mesmo o pedagógico;

- o da “*autonomia corporativa*”, caso a autonomia seja utilizada para servir interesses de sectores específicos;
- o da desigualdade; caso as escolas tenham recursos e desempenhos desiguais, proporcionando aos que as frequentam oportunidades desiguais. As escolas, embora para o sistema burocrático sejam todas formalmente iguais, sempre foram diferentes; o risco da autonomia nestes casos é acentuar ainda mais esta desigualdade.

Nesse sentido, para que o processo seja um processo sólido, Formosinho (2000) sugeriu que a autonomia deverá funcionar segundo duas lógicas, que denominou de “*lógica territorial*” e de “*lógica afinitária*”.

De acordo com a “*lógica territorial*”, o Estado aceita esta autonomia no sentido de a territorializar, ou seja, assumir que a autonomia das escolas, bem como outro tipo de configuração de escola, tem que assentar numa lógica territorial. Em consonância com a “*lógica afinitária*”, deverá existir uma grande relação de afinidades entre todos os actores, quer no domínio ideológico, quer no dos métodos de ensino, das componentes teóricas, etc.

Ainda de acordo com Formosinho (2000),

Não podemos perder de vista que a autonomia tem um valor instrumental ao serviço de valores mais elevados e que ela só é útil se proporcionar uma educação de melhor qualidade às crianças. Quando tivermos dúvidas em saber se uma área ou uma decisão é ou não adequada, o grande critério a ter em conta é o da continuidade da relação pedagógica e da educação e bem-estar das crianças (p. 54.)

Parceria é um termo de origem Anglo-saxónica (i.e., *partnership*) que, de acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa* (6ª edição da Porto Editora, 1987), significa: “sociedade de indivíduos que tem por fim um interesse comum.”

Segundo Rodrigues e Stoer (1998) a origem deste conceito em Portugal é um pouco difusa. Existem duas versões para explicar a origem e o percurso do partenariado/parceria no nosso país. Enquanto uma defende que o partenariado/parceria não faz parte da história portuguesa, a outra considera-o como parte de uma velha tradição que remonta ao direito de estabelecimento de sociedades, consagrado na lei portuguesa desde o século XIX. No entanto, a designação formal de partenariado/parceria apenas apareceu em Portugal, de uma forma mais evidente, através dos programas europeus.

No que concerne especificamente ao domínio da educação, nos anos imediatamente seguintes à revolução de 25 de Abril de 1974, foram promovidas por Alberto Melo, director-geral da Educação Permanente entre Novembro de 1975 e Julho de 1976, partenariados/parcerias entre os diferentes departamentos governamentais e associações locais independentes, para estabelecimento de um programa de educação para adultos (Rodrigues & Stoer, 1998).

Ainda que muitas vezes utilizados simultaneamente, Rodrigues e Stoer (1998) sublinharam a existência de diferenças entre os termos de parceria e parceria. Para aqueles autores, parceria corresponde a um conceito de cooperação entre parceiros de diferentes países, sendo portanto um fenómeno com orientação mais transnacional. Por sua vez, parceria é um parceria mais informal entre pessoas/entidades com objectivos e interesses comuns de promoção de projectos locais de desenvolvimento. Ou seja, “a ideia central de parceria baseia-se na identificação das ‘forças vivas’ entendidas como potenciais catalisadores da mudança, encorajando tais agentes e a população local a desenvolver as suas próprias iniciativas” (Rodrigues & Stoer, 1998, p. 6). Nesse sentido, ao longo deste trabalho, optaremos por utilizar unicamente o termo parceria, porquanto entendemos que ele reflecte melhor o nosso entendimento neste domínio.

Como referimos anteriormente, o conceito de parceria foi utilizado ao longo da nossa história como um processo de actividades multidisciplinar,

tornando-se um meio de mobilização dos responsáveis locais, possibilitando intervenções mais inovadoras e de custos limitados para as finanças públicas. A justificação das diversas formas de parcerias advém do princípio da flexibilidade que abrange sobretudo o domínio das relações entre a esfera pública e a esfera privada, num novo modelo contratual (Serafim, 1999, p. 93).

A Lei de Bases do Sistema Educativo, na alínea g do Artº 3º (Princípios Organizacionais), chamou a atenção para a necessidade de se “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”. No mesmo sentido, também o Dec. Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99 de 22 de Abril, no seu preâmbulo, veio realçar a importância da autonomia das escolas e da sua descentralização na nova organização da Educação.

Este desenvolvimento exige, para que as acções sejam o mais benéficas possível, que se tenha um conhecimento muito profundo sobre a dimensão da Escola, quanto à sua organização interna, quanto às relações entre os diferentes níveis de Administração, e quanto à assunção de novas competências pelo poder local, por forma a que seja possível constituir parcerias sócio-educativas que garantam a iniciativa da sociedade civil.

A constituição destas parcerias, que podemos considerar como um processo de descentralização, “assegura uma melhor eficácia à acção local, cria novos espaços para o desenvolvimento de competências dos actores locais, tanto pela proximidade na decisão política como pelo exercício mais efectivo, em princípio, da decisão democrática” (Serafim, 1999, p. 94).

Segundo Taket e White (2000) a força de uma parceria não está na soma individual das forças dos actores intervenientes, mas sim na forma como essas forças se interligam, se complementam, se fortalecem ou se potenciam. Logo, esta parceria será tanto mais forte quanto melhor for a sua capacidade de potenciar ao máximo as suas forças e de diminuir as suas fraquezas. Adicionalmente, estes autores destacaram a importância da Lei de Ashby neste domínio da relação de parcerias: quanto mais variedade possuir uma estrutura de parceria melhor será a relação desta com a outra variedade.

Daí a importância de a Escola se abrir à comunidade, na sua diversidade de opiniões, recursos e competências, e desta assumir, de forma séria, consciente e ponderada, essa oportunidade e, ao mesmo tempo, responsabilidade para participar na formação dos seus futuros protagonistas.

2.2. A Actividade Física e a Formação das Crianças e dos Jovens

2.2.1. O desenvolvimento harmonioso da criança

A maturação do indivíduo observa-se na capacidade que este apresenta ao ser capaz de realizar certas actividades de sua responsabilidade ou propostas por outrém. Esta capacidade advém da sua aprendizagem, fruto de um somatório de estímulos que foi recebendo ao longo da sua história de vida.

O desenvolvimento do indivíduo desenrola-se de acordo com etapas e leis biológicas precisas seguindo um processo sequencial, podendo ter uma evolução constante, sempre segundo a mesma ordem, mas sendo muitas vezes diferente de indivíduo para indivíduo. Segundo Pierón (1998), existem estádios bem definidos pelos quais todas as crianças passam obrigatoriamente desde o seu nascimento até à fase adulta, ainda que normalmente as raparigas atinjam mais rapidamente a maturidade.

O processo de desenvolvimento da criança desenrola-se de forma interligada ao longo de todas as fases da sua infância. Nas 1ª e 2ª infâncias, a criança desenvolve determinadas habilidades gerais, como por exemplo correr, saltar, apanhar ou lançar, habilidades essas que irão servir de base a todo um conjunto de habilidades mais específicas desenvolvidas na 3ª infância. Quando a criança experimentou e adquiriu toda uma panóplia de movimentos e destrezas nas 1ª e 2ª infâncias, as solicitações específicas da 3ª infância serão respondidas de forma mais fluida e automática. A 3ª infância é marcada por um crescimento intenso, pela maturação do organismo e pelo desenvolvimento da motricidade. No que se refere ao desenvolvimento motor, algumas qualidades físicas desenvolvem-se consideravelmente nesta fase, não havendo contudo um acompanhamento igual ao nível das diferentes estruturas corporais. Por exemplo, nesta fase, as crianças desenvolvem significativamente a sua estrutura muscular, mas o seu esqueleto, particularmente as cartilagens articulares, não atinge a sua máxima resistência, encontrando-se numa fase de evolução activa.

Na prática, deve ter-se em consideração que a idade cronológica não fornece dados muito precisos relativamente a este domínio, sendo por isso mesmo necessário observar com atenção outras das características das crianças, tais como o seu peso, estatura, frequência cardíaca após esforço, ou o modo como são executadas determinadas tarefas ou exibidas algumas aptidões.

Tal como se verifica em relação ao processo global de maturação, o desenvolvimento e o controlo do movimento por parte das crianças acontece de uma forma lenta e diferenciada. Este desenvolvimento, ou seja, a aprendizagem, resulta da modificação que ocorre na execução de uma determinada tarefa, fruto do resultado de um processo de exercitação, sendo aquela condicionada pelo

estado de maturação da criança. Nesse sentido, a selecção dos estímulos ou solicitações a apresentar às crianças deve ter em conta o seu estado de maturação e aprendizagem. Para além disso, quanto maior o número de oportunidades disponibilizadas à criança para se exercitar maior será a sua capacidade de aprendizagem.

Logo, desde muito cedo, as crianças devem ser confrontadas com situações ricas em estímulos diferenciados por forma a que possam alargar o mais possível o seu leque de experiências, e, desse modo, constituírem um conjunto diversificado e consistente de habilidades específicas da actividade física e desportiva, porquanto a actividade física promove o desenvolvimento integral da criança, nomeadamente corporal, emocional e social.

2.2.2. A actividade física e desportiva no sistema de ensino

A Educação Física como disciplina curricular está contemplada em todos os currículos escolares, desde o 1º Ciclo até ao ensino Secundário, sendo, mais recentemente, também obrigatória no 12º ano. No 1º Ciclo é designada por Expressão e Educação Físico-Motora (EEFM), contribuindo conjuntamente com as outras áreas de formação para o desenvolvimento global da criança. A EEFM assume particular importância na aquisição de destrezas motoras, hábitos e atitudes indispensáveis para uma vida activa e participada. A inclusão da EEFM nos currículos advém do reconhecimento de que esta contribui efectivamente para o desenvolvimento da criança nos diferentes domínios, motor, efectivo e cognitivo da criança:

A Educação Física tem importância enquanto veículo do desenvolvimento da pessoa humana entendido como um processo integral e harmonioso. O Homem desenvolve-se ao longo de toda a vida, mas este processo é obviamente predominante na infância e em idades jovens (Matos, 1991, p. 16).

De facto, é importante sublinhar que a Educação Física, para além de ser importante pelo contributo intrínseco que fornece para o desenvolvimento das crianças, é igualmente importante porque se constitui como factor potenciador de outras aprendizagens noutras áreas de intervenção, a partir do momento em que o desenvolvimento físico atinge estádios qualitativos que precedem o desenvolvimento cognitivo e social. Daí que a EF possa mesmo revestir-se como uma “terapêutica pois a falta de actividade apropriada leva muitas vezes a carências irremediáveis” (Matos, 1991, p. 20).

Nesse sentido, é necessário que a Educação Física procure responder o mais possível às características e necessidades da criança e do seu desenvolvimento, promovendo a aquisição de

competências culturalmente significativas que lhes permitam novas aquisições, nomeadamente nos ciclos de ensino seguintes (Matos, 1991).

Por isso mesmo,

à disciplina de Educação Física é reconhecido um papel privilegiado e insubstituível na realização desse objectivo superior, criação de hábitos de vida saudável, já que muitas crianças não terão, na sua vida, mais nenhuma experiência de actividade física organizada e regular além da proporcionada pelas aulas de Educação Física (Matos & Graça, 1988, p. 311).

A actividade física e desportiva é pois, desde que correctamente direccionada, um meio por excelência para o desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças. Os seus efeitos reflectem-se significativamente na melhoria e manutenção da saúde, no controlo emocional, na autoconfiança, na disponibilidade para o desempenho com sucesso das tarefas escolares e na aquisição de hábitos e estilos de vida saudáveis.

O reconhecimento deste facto está inclusivamente consagrado na Constituição da República Portuguesa quando nela se afirma que “o direito à protecção da saúde é realizado, entre outros, pela promoção da cultura física e desportiva” (Cap. II [Direitos e Deveres Sociais], Art.º 64 [Saúde], nº 2, alínea b).

Por outro lado, na Constituição da República Portuguesa está igualmente bem claro que “as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral” (Art.º 69 [Infância]), nº 1), e que o Estado deve zelar para que tal seja disponibilizado a todos de forma semelhante: “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”; “Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré escolar (...)” (Art.º 74 [Ensino], nºs 1e 2).

Nessa medida, seria naturalmente de esperar que fosse igualmente atribuída ao Estado a incumbência de providenciar os meios necessários para que também no domínio da actividade física e desportiva as crianças portuguesas possam ter acesso às condições necessárias para se desenvolverem por completo. Tal é um facto, se atendermos ao estabelecido nos dois primeiros números do artigo 79 (Cultura Física e Desporto) da Constituição da República Portuguesa: “Todos têm direito à cultura física e ao desporto.”; e “Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

Dando seguimento ao estipulado na Constituição da República Portuguesa, o poder político, ao aprovar o Decº-Lei 286/89 de 29 de Agosto, referente aos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário, comprometeu-se política e socialmente a proporcionar a cada criança ou jovem, nas suas respectivas escolas, o acesso a aulas de Educação Física. Para além disso, o Governo propôs igualmente o prosseguimento, no âmbito do Desporto Escolar, do trabalho realizado em articulação com as Autarquias Locais visando favorecer as condições materiais e organizacionais para que todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico desenvolvam actividades físicas e desportivas de forma regular e sistemática.

Paralelamente ao disposto na legislação, também os pais e a comunidade educativa, de uma forma geral, se apercebem da importância que a Educação Física assume para a maioria das crianças ao assistirem, por exemplo, às suas habituais manifestações de satisfação em relação a ela. Adicionalmente, parece ser actualmente reconhecido por todos que as crianças e os jovens, através das suas práticas físicas e desportivas, estabelecem os fundamentos para o desenvolvimento futuro de um estilo de vida saudável, diminuindo ou retardando ao máximo os malefícios provocados pelas “doenças da civilização”, decorrentes em grande medida da falta de exercício físico.

Infelizmente, porém, este reconhecimento nem sempre tem uma correspondência prática no que diz respeito ao modo como funciona o nosso sistema de ensino. Por exemplo, a EEFM não tem sido assumida por todos os responsáveis como uma matéria de ensino obrigatório no 1º Ciclo, razão pela qual grande parte das crianças portuguesas durante uma fase crucial do seu desenvolvimento (já que nem sempre é fácil, ou mesmo possível, recuperar eventuais atrasos ou carências registadas nesta fase, sejam elas físicas, sociais, ou cognitivas) é privada do acesso a uma adequada prática física e desportiva, fundamentalmente devido à elevada carência de infra-estruturas adequadas, quer escolares quer autárquicas.

Adicionalmente, outras causas, como a inexistência de um plano integrado de desenvolvimento, a indefinição de responsabilidades, a falta de recursos humanos e materiais, ou a insuficiente formação e motivação dos professores de monodocência, têm igualmente contribuído para esta carência no sistema de ensino.

Assim sendo, parece pois que, a exemplo do que se verifica noutros domínios, também no caso da Educação Física se tem verificado a existência de um enorme desfasamento entre o discurso, isto é, o que está escrito – particularmente na Constituição da República Portuguesa - e o percurso, isto é, o que sucede na realidade. Ou seja, apesar de existirem directivas que regulamentam a prática desportiva e o

exercício físico em todos os ciclos de escolaridade, a realidade diz-nos que o cumprimento dessas prescrições está muito aquém do desejado.

Daí que, recentemente, o Governo, através do Departamento da Educação Básica e do Gabinete do Desporto Escolar do seu Ministério da Educação, tenha procurado contribuir para a resolução de, pelo menos, uma parte deste problema, ao criar um Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico (PRODEFDE). Este programa, de âmbito nacional, iniciado no ano lectivo de 1996/97, surgiu com o intuito de criar condições para que todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico possam desenvolver actividades físicas e desportivas de forma regular e sistemática, devendo no entanto respeitar os condicionalismos locais.

Com o objectivo de tornar possível a efectiva implementação deste programa, foram inclusivamente celebrados contratos e protocolos com diversas Direcções Regionais de Educação e respectivas Câmaras Municipais, visando essencialmente estabelecer parcerias para resolver o problema das instalações desportivas e da aquisição dos meios necessários ao completo desenvolvimento do programa de EEFM.

Ainda a este respeito, de sublinhar que também nos outros níveis de ensino as preocupações nesta matéria não estão completamente resolvidas, porquanto existem muitas escolas ao longo do país que não dispõem das condições consideradas necessárias para a leccionação das aulas curriculares de Educação Física, particularmente no que se refere às instalações: muitas delas não possuem sequer uma Sala de Desporto (Ver ponto 2.3.2).

2.2.3. A actividade física e desportiva e os estilos de vida saudáveis

Em oposição a antigas definições exclusivamente centradas na ausência de doença, saúde é actualmente entendida como a capacidade que cada indivíduo, homem, mulher, ou criança, possui para criar e lutar pelo seu projecto de vida, pessoal e original, em direcção ao seu bem estar (Djours, 1993).

Assim, e segundo o Ex-Director Geral da Organização Mundial de Saúde, H. Mahler, (1980, in Navarro, 1998, p. 15),

saúde para todos no ano 2000, significa que o bem estar começa em casa, na escola, na fábrica. É aí que as pessoas vivem e trabalham e o bem estar acontece ou se perde. Saúde para o ano 2000, significa que as pessoas escolherão os melhores caminhos para crescer, para envelhecer e para morrer em paz.

Também para Bento (1991), a saúde, mais do que uma categoria médica, é sobretudo uma categoria pedagógica. Mais do que um objecto da medicina deverá ser um objecto de educação, razão pela qual se constitui inevitavelmente como uma componente essencial da vida escolar.

Esta e outras recomendações foram absorvidas pelo Governo, o qual, através da sua Lei de Bases do Sistema Educativo, consagrou que,

os planos curriculares do ensino básico incluirão, em todos os ciclos e de uma forma adequada, uma área de formação pessoal e social que pode ter como componente a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito (Lei nº 115/97 de 19 de Setembro, artº 47, nº 2).

Parece, portanto, que o conceito de Saúde hoje em dia atinge uma maior profundidade, relacionando-se muito mais com as decisões e comportamentos de cada um, do que com a ajuda e intervenção externas protagonizadas por técnicos de Saúde.

A este propósito, Antonovsky (1988) utilizou uma interessante metáfora para nos dar a sua perspectiva relativamente ao conceito de Saúde e à forma como nos podemos orientar neste domínio:

"Estamos todos num perigoso rio que corre,
no perigoso rio da vida e não na sua margem.
As questões essenciais são:
- Qual o grau de perigosidade deste rio?
- Qual o nosso nível de competência como nadadores?"

A orientação decorrente do modelo tradicional de saúde privilegiava, essencialmente, as perigosidades do rio. No entanto, de acordo com Antonovsky, que designa aquela orientação de patogénica, devemos centrar-nos não no rio mas sim na nossa *competência enquanto nadadores*, porquanto estas competências, para além de determinantes no processo de escolhas de cada um, constituir-se-ão igualmente como um factor protector e altamente promotor de saúde. Esta orientação, que Antonovsky classifica de salutogénica, é determinante na adopção de estilos de vida saudáveis.

Na mesma sintonia dos autores anteriormente citados, o Dr. Cardoso Ferreira, nas Jornadas do Programa de Educação Para Todos (PEPT) realizadas em Maio do ano passado, sublinhou que

a saúde é um conjunto de potencialidades a desenvolver e limitações a gerir através da nossa interacção com os outros e o ambiente à nossa volta, capacitando-nos assim para responder aos desafios da vida, procurando ser mais livres e felizes (2000, pág. não numeradas).

No que concerne mais especificamente à relação entre a saúde e a actividade física e desportiva, Mota (1992) alertou para que a Educação Física e o Desporto são campos que podem efectivamente ajudar a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, designadamente na prevenção e no

combate à doença, constituindo-se a Escola como o local ideal, não só para a melhoria da condição física geral dos que a frequentam, mas fundamentalmente para procurar iniciar nos jovens hábitos de prática desportiva que permaneçam no tempo, ligados a um estilo de vida activo. “ A relação entre desporto e saúde adquire grande relevância na conjuntura actual da proliferação das ‘ doenças da civilização” (Bento 1988^a, pág. 20). A este propósito Kruse, C. (1988) refere que o aparecimento das referidas “doenças da civilização”, não resultam apenas e exclusivamente da falta de movimento, mas também advém da interiorização de processos de socialização e de educação.

Nunes, Luís (1999) destacou a actividade física como um dos meios da medicina preventiva na luta contra as doenças crónico-degenerativas (e.g., cardiovasculares, do aparelho locomotor, do aparelho respiratório, obesidade, diabetes), causadas em maior ou menor medida, pela inactividade. De facto, ainda segundo este autor, a ausência de movimento conduz a uma redução da capacidade de certas funções vitais do nosso organismo. “ A actividade Física programada pode ser, em casos seleccionados, um meio terapêutico importante na reabilitação física e psíquica do doente coronário e na prevenção secundária da doença” (Costa, 1988, pág. 55).

Também Vuori e Fentam (1994, in Telama, 1998) salientaram que a actividade física regular contribui para a melhoria das capacidades motoras, preservando as estruturas físicas e prevenindo a deterioração resultante do avanço da idade e da falta de actividade que afectam inexoravelmente estruturas como: a musculatura esquelética; as funções motoras (i.e., agilidade, equilíbrio, coordenação e velocidade); o esqueleto e as articulações; a função cárdio-respiratória; e o metabolismo.

De sublinhar porém que, tal como alertou Telama (1998), o significado da actividade física para os jovens e para os adultos não é exactamente o mesmo: para os jovens, a actividade física não significa tanto evitar doenças, mas sim apoiar o seu crescimento e desenvolvimento, bem como socializá-lo para uma prática de vida saudável que o possa acompanhar ao longo da sua vida.

Mas a prática regular de uma actividade física ou desportiva, para além dos efeitos positivos que exerce ao nível da saúde física dos indivíduos, parece ajudá-los igualmente a libertar as tensões do seu quotidiano e a aumentar o seu bem estar psicológico (Cruz e al., 1996).

Na verdade, de acordo com a *International Society of Sport Psychology* (ISSP) e o *National Institute of Mental Health* (NIMH) dos Estados Unidos da América, os benefícios psicológicos que decorrem de uma participação activa em programas de actividade física vigorosa, são diversos:

- a) O exercício físico pode estar associado à redução do estado de ansiedade;
- b) O exercício pode estar associado com a redução do nível de depressão ligeira ou moderada;

- c) O exercício prolongado está, habitualmente, associado com redução do neuroticismo e ansiedade;
- d) O exercício pode ser um bom auxiliar para o tratamento profissional da depressão severa;
- e) O exercício pode resultar na redução de vários índices de stress;
- f) O exercício pode ter vários efeitos emocionais benéficos, em todas as idades e em ambos os sexos (Cruz e al., 1996, p. 92).

A prática de uma actividade física constitui-se portanto como um elemento fundamental para a promoção e preservação da saúde dos seres humanos, fundamentalmente numa época que, tal como sublinhou Neto (1997), se caracteriza precisamente pela progressiva substituição das experiências lúdicas e espontâneas por mecanismos electrónicos, cada vez mais atraentes, que induzem ao surgimento de uma cultura motora mais sedentária.

No que concerne especificamente às crianças, este fenómeno que afecta o seu desenvolvimento de diversas formas, tem na sua origem

a crescente institucionalização dos tempos livres das crianças; uma diminuição drástica do tempo de brincadeira de rua, devido a situações de insegurança crescente no tecido social; a situação degradante quanto à utilização dos recreios escolares se considerada a sua utilização com qualidade ambiental e humana (supervisão pedagógica) assim como o aumento de comportamentos anti-sociais entre os alunos; e a inexistência de articulação e coerência entre a família, a escola e a comunidade na procura de melhores estratégias para a promoção da qualidade de vida de crianças e jovens (Neto, 1998, p. 209).

Em suma, decorre do anteriormente exposto que a saúde, e consequentemente o bem estar das populações, não pode ser mais entendida como uma preocupação exclusiva da área médica, mas sim como uma preocupação a partilhar igualmente por intervenientes de outras áreas, de entre as quais se salienta naturalmente a da educação.

Aliás, as recomendações acerca da necessidade premente de se desenvolverem esforços no sentido de procurar promover alterações nos estilos de vida habituais dos indivíduos não têm tido como origem apenas o quadrante médico, porquanto todos os outros sectores vitais da sociedade (e.g., económico, político, educativo, etc.) têm igualmente protagonizado sugestões e alertas semelhantes.

É, portanto,

perante este contexto, que se deve situar a problemática das actividades físicas, já que os dados disponíveis, sejam fruto de observações, estudos experimentais, clínicos ou epidemiológicos, reconhecem com suficiente fiabilidade que a actividade física e o exercício regular podem ter efeitos benéficos no plano da saúde individual. (Constantino, 1998^b, p. 23).

Alguns estudos desenvolvidos por Sheppard (1990, in Constantino 1998^a) que procuraram avaliar a relação entre os custos e os benefícios de programas orientados para a promoção da actividade

física das populações, concluíram que, para além dos decorrentes ganhos individuais ao nível da saúde, foram registados ganhos económicos:

- na diminuição da procura de serviços médicos (consultas, número e duração de estadias em tratamento hospitalar, pagamento de seguros médicos, etc.);
- no aumento da qualidade e da quantidade do trabalho profissional;
- no decréscimo do absentismo ao trabalho e de mudança de profissão.

De destacar, todavia, que “os referidos programas de actividade deverão obedecer a uma construção racional, assente em normas, regras e factores que suscitem de facto o aperfeiçoamento corporal” (Constantino, 1998^a, p. 24).

2.2.4. A Escola e a dinamização da actividade física e desportiva

Na procura deste estilo de vida saudável através da actividade física e desportiva, a Escola deverá ser entendida como um espaço privilegiado, desde que a prática física desportiva aí efectuada seja intencionalmente planificada e conduzida de forma relacionada com a saúde (Bento, 1991).

Na realidade, a prática física desportiva escolar apenas terá pleno sucesso se fizer parte de um processo constituído por um conjunto de acções mais amplas. Por outras palavras, na Escola, a actividade física e desportiva desenvolvida fundamentalmente com preocupações no domínio da Saúde e do Bem Estar, terá que ser entendida como algo o mais abrangente possível, participado por todas as disciplinas, organização escolar, estrutura dos espaços, elaboração dos horários, e não apenas exclusivo do Desporto Escolar e da Educação Física. É neste preciso sentido que Armstrong (1998) destacou a necessidade da actividade física e desportiva estar integrada com outras áreas de ensino, na procura de uma “Escola Global”, com vista à promoção de estilos de vida saudáveis.

Telama (1998) sublinhou que, sendo a actividade física e desportiva uma parte importante para a criação de estilos de vida saudáveis, deveria estar relacionada com a Educação Física, o que é aliás consistente com o disposto na nossa legislação, designadamente no artº 3º, secção I do Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de Fevereiro, que estabelece que a Educação Física Escolar deve:

Contribuir para a formação integral dos alunos na diversidade dos seus complementos bio-fisiológicos, psicológicos, sociais e axiológicos, através do aperfeiçoamento das suas aptidões sensorio-motoras, da aquisição de uma saudável condição física e do desenvolvimento correlativo da personalidade nos planos emocional, cognitivo, estético, social e moral.

É no desporto, segundo Bento (1991), que as crianças e os jovens, nas suas escolas e nos seus clubes, absorvem os princípios, valores, normas e ideias inerentes ao processo de socialização e educação. Daí que autores como Armstrong (1998) recomendem que todos os jovens deveriam praticar actividade física e desportiva quase todos os dias. Esta actividade, que passaria pelo jogo, pela brincadeira, pela recreação, deveria ser praticada no contexto da escola, da comunidade e da família.

Para que possamos ter uma vida sadia, devemos-nos preocupar diariamente em introduzir comportamentos orientados no sentido da Saúde. Esta orientação deverá começar logo nos primeiros anos de escolaridade, e deverá ser norteadada pela noção de que a preocupação pela saúde e por um estilo de vida sensata constitui uma obrigação de cada um face aos ditames éticos da sua existência e face aos imperativos e compromissos com os outros, com a sociedade das pessoas, das ideias e das instituições (Bento, 1988^b).

De facto, se ela surgir bem cedo, poderá verificar-se que elevados níveis de actividade física e desportiva na infância aumentam a probabilidade de uma participação similar quando os jovens atingem a idade adulta (Armstrong, 1998). Para que tal aconteça, é todavia necessário que os responsáveis pela coordenação destas actividades tenham a consciência de que quanto maior for o suporte, material e afectivo, da família para com um comportamento activo, maiores serão as possibilidades e as probabilidades dos jovens serem regularmente activos (Mota, 1997).

2.2.5. A Escola promotora de saúde

É em decorrência do que temos vindo a abordar que surgiu um novo conceito de Escola, no âmbito do qual assume todo o sentido falar de saúde, de promoção da saúde, bem como de actividade física e desportiva na Escola como factor potenciador de um estilo de vida saudável, entendendo este como “o conjunto dos comportamentos e hábitos que podem afectar a saúde do indivíduo (tabagismo, alimentação, actividade física habitual)” (Piéron, 1998, p.43). De facto, parece ser hoje evidente que “os estilos de vida evoluíram, mas nem sempre no sentido de criar boas condições de manutenção e promoção da saúde” (Dias, 1999, p. 29).

Conforme referiu Fernanda Navarro (1998, p. 26),

ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE é aquela que se evidencia pela forma como se organiza e como funciona, que se encontra a caminhar, de forma inovadora, em direcção ao SUCESSO EDUCATIVO dos alunos que a frequentam o que significa na linguagem de Antonovsky, que se preocupa com a potenciação do SENTIDO DE COERÊNCIA de todos os que nela vivem.

Considerando o actual conceito de Saúde - que como referimos anteriormente assenta, cada vez mais, na responsabilização de cada um, assumida individualmente ou em grupo - no âmbito do papel a desempenhar pela Escola, Freitas (1998) salientou que a promoção de saúde na escola implicará uma acção em parceria com todas as forças representativas da comunidade escolar. Este movimento formativo que conduzirá cada Escola a tornar-se Promotora de Saúde poderá obter-se, ainda segundo o mesmo autor, pela reflexão em torno de cinco dimensões essenciais que caracterizam as Escolas Promotoras de Saúde:

- Curricular, com a qual se procura uma consonância entre os conteúdos dos programas e a vida real dos alunos; um currículo (expresso e oculto) traduz uma finalidade, que deve ser coerente e pertinente, relativamente às necessidades da Comunidade que envolve a Escola.
- Psicossocial, com a qual se procura que a Escola seja um lugar agradável, onde haja um bom relacionamento intra e interpessoal; esta dimensão diz respeito ao “clima e cultura” da Escola, que são factores determinantes no sucesso da Escola como tempo e espaço de aprendizagem mútua.
- Ecológica, com a qual se procura garantir um ambiente físico agradável e seguro; esta dimensão também é essencial numa Escola Promotora de Saúde; tendo em conta o próprio conceito de Saúde em que se posiciona, a esta dimensão diz respeito a alimentação, a segurança, salubridade, conforto, higiene de materiais, espaço e ambiente, tanto nas instalações como no espaço envolvente.
- Organizacional, não considerada inicialmente, esta dimensão assume particular relevo nos tempos que correm dadas as transformações que se verificam nas Escolas; a nova legislação, os processos de autonomia, as reformas curriculares, obrigam a que se pense a Escola de forma diferente, em todos os seus domínios, o que implica mudanças profundas ao nível da sua organização e estrutura.
- Comunitária, com a qual se procura que a comunidade faça parte do processo educativo, conseguindo uma correcta parceria entre pais/família/escola; é absolutamente necessário que uma Escola que queira ser Promotora de Saúde, identifique e consiga potencializar cada um dos

intervenientes da Comunidade, individualmente ou em grupos de intervenção, estabelecendo com eles parcerias no âmbito das quais todos participem de forma activa e continuada.

O importante, pois, é que nesta fase de início de século e de milénio, onde as mudanças ocorrem a cada segundo, a Escola, como tantas outras instituições, esteja atenta às mudanças e se saiba situar, tentando não ser uma Escola como a que tão bem retrata o Poeta Jacinto de Magalhães neste poema...

Ensinaram-me as coisas importantes,
Que afinal não o eram.
Acumularam-me de conhecimentos,
De que ainda me liberto.
Ditaram-me nos cadernos de duas linhas
Os exemplos que procuro não seguir.
Fizeram-me ler as histórias de santos, sábios e heróis
Que eu não sei nem imitar.
Aprendi a geografia dos comboios,
Para viver na era dos aviões.
Soube de cor todas as constelações
Que hoje se escondem no fumo das cidades.
Ensinaram-me a pescar nos rios e regatos
Em que bóiam as garrafas de plástico.
Quando eu sabia tudo,
Atiraram-me para a vida, de que eu nada sabia
E onde era tudo ao contrário do que aprendera.
Habituei-me a raciocinar pelo contrário.
Não era infeliz, era desarmado.
E tive de aprender tudo de novo
Tudo o que não me haviam ensinado
E que eu queria ter aprendido.

2.3. A actividade física e desportiva e as autarquias

2.3.1. Competências e responsabilidade das autarquias

Das dimensões apontadas como essenciais para uma Escola Promotora de Saúde (Freitas, 1998), algumas relacionam-se, de forma mais ou menos evidente, com as autarquias locais; nomeadamente, a Comunitária e a Ecológica.

Na realidade, as autarquias locais, na conjuntura actual, representam as estruturas do Poder Político que mais perto estão do quotidiano dos seus munícipes, razão pela qual são vulgarmente designadas por Poder Local e se encontram numa situação privilegiada para dar uma resposta o mais possível apropriada e eficaz para a resolução dos seus problemas.

No que concerne especificamente ao tema em análise no nosso estudo, as autarquias têm responsabilidades directas em sectores como o das instalações, da educação, ou da qualidade de vida; constituem-se como parte integrante e interessada em tudo o que se relaciona com a formação e desenvolvimento dos jovens que nelas residem.

Por exemplo, parece consensual aceitar que as autarquias locais, após a revolução de 25 Abril de 1974, assumiram um papel importante no desenvolvimento do desporto em Portugal, particularmente no que se desenvolve nas suas áreas de jurisdição. Adicionalmente, também não é novidade nenhuma que o desporto ocupa, hoje em dia, um lugar de destaque na sociedade portuguesa, e que esse papel advém do reconhecimento que angariou como uma actividade com valor social, cultural e formativo.

Segundo J. Pires (2000), compreender a dinâmica local é valorizar o papel dos diferentes agentes que nela intervêm. Desta forma, naturalmente entre outras competências, competirá ao poder local, através dos seus órgãos autárquicos, e após análise da participação dos seus munícipes, construir uma relação forte, estável e cooperante entre todos, no sentido de fomentar uma atitude mais humanizadora entre as pessoas e as instituições.

Aliás, durante a revisão da Constituição da República Portuguesa realizada em 1989, foi decidido reformular o seu artigo 79º, no sentido de uma clara definição quanto a quem compete a responsabilidade do desenvolvimento das condições para que todos os portugueses tenham acesso a uma prática física ou desportiva de qualidade. Assim, no referido artigo, onde se lia que “todos têm direito à cultura física e ao desporto”, passou a ler-se que “compete ao Estado bem como às Escolas e às Associações e Colectividades Desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”. Esta alteração parece pois reflectir o reconhecimento por parte do sistema político

de que o acesso à prática desportiva é um direito que assiste a qualquer cidadão e que é dever do Estado providenciar as condições necessárias para que tal suceda.

No mesmo sentido, foi desenvolvida regulamentação mais específica no sentido do envolvimento das estruturas do poder local na promoção e desenvolvimento de uma correcta cultura lúdico-desportiva dos indivíduos residentes nas localidades sob a sua responsabilidade. Por exemplo, a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais: o ponto nº 1 do artigo 13 (Atribuições dos Municípios), do seu Capítulo II (que se centra na delimitação das atribuições e competências em geral), afirma explicitamente que “os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios: [...] d) Educação; [...] f) Tempos livres e desporto; g) Saúde”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, estas competências são também atribuídas às Juntas de Freguesia no Art.º 14 da mesma Lei; mais propriamente no seu ponto nº 1, alínea c) e d), e no seu ponto nº 2.

Também no Art.º 21 (Tempos Livres e Desporto), do Capítulo III da mesma Lei (Competências dos Municípios), é consagrado que “é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e realização de investimentos públicos nos seguintes domínios: [...] b) Instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal” (ponto nº 1); e que “É igualmente da competência dos órgãos municipais: [...] b) apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal; c) apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos recreativos de âmbito local” (ponto nº 2).

Ainda sobre este assunto, poder-se-á destacar a Lei 169/99 de 18 de Setembro, que, ao regular sobre as competências e regime de funcionamento dos órgãos das autarquias locais, estabelece no seu artigo 2 (atribuições) que “é atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas”, designadamente no que se refere: “e) À saúde; f) À educação e ensino; à cultura, tempo livre e desporto”.

De sublinhar que muitas das autarquias locais não necessitaram da elaboração de legislação para assumirem, ao longo dos tempos, um papel importante no desenvolvimento e maturação das suas populações. Aliás, a sua acção neste domínio foi de tal modo dinâmica, positiva e consciente, que levou a que o Poder Central deixasse sucessivamente de participar na resolução de problemas que institucionalmente lhe competiam, e procurasse paulatinamente proceder à descentralização dessas responsabilidades.

Efectivamente, as autarquias são, em nosso entender, a estrutura de poder que melhor conhece a realidade que lhe está adstrita juridicamente. Daí que sejamos da opinião que, de entre as competências e atribuições normalmente consignadas às autarquias pelo Poder Central, deveriam constar todas as que se relacionam com a educação e a actividade física e desportiva nos jovens em idade de escolaridade obrigatória, acompanhadas, obviamente, por um correcto reforço dos recursos financeiros.

Para tal, o poder autárquico terá de assumir a responsabilidade da dinamização do desporto, o que para muitas autarquias já não é novidade, opondo-se ao centralismo e à burocracia asfixiante do poder central (G. Pires, 1987).

No entanto, o tratamento dado pelas autarquias ao desporto é muito heterogéneo. Ou seja, há autarquias que reconhecem o desporto como um importante meio impulsionador nas transformações dos padrões de vida das suas populações, contribuindo decididamente para as alterações qualitativas e quantitativas dos mesmos. Porém, outras caracterizam-se por uma grande indefinição política, atribuindo ao desporto um papel secundário nas suas políticas municipais.

A acrescentar aos problemas com os quais as autarquias têm necessariamente que se confrontar neste domínio, de salientar ainda que o Poder Central tem demonstrado algum desinteresse no que concerne ao desenvolvimento da prática desportiva por parte das populações, imputando-lhes frequentemente um esforço financeiro que muitas delas não conseguem suportar.

Com efeito, segundo J. Pires (2000, p. 94):

No ano de 1987 a despesa da administração pública em desporto situou-se nos 10 milhões e 800 mil contos, dos quais 39,5% foram da responsabilidade das Autarquias Locais. Em 1991, a mesma despesa situou-se nos 42 milhões e 800 mil contos, passando 54% dessa verba a ser disponibilizada directamente dos cofres das Câmaras Municipais.

Não é suficiente produzir legislação a consagrar competências e responsabilidades, é igualmente necessário criar condições para que tais competências possam ser desenvolvidas e as responsabilidades assumidas. Assim, se a actividade física e desportiva ocupa um lugar importante no quotidiano dos cidadãos em idade escolar, as autarquias deverão, usando o poder legitimado pela Lei, preocupar-se efectivamente, em proporcionar aos seus munícipes as condições mínimas para a prática das mesmas, seja como forma de ocupação dos seus tempos livres, seja como um meio para o seu desenvolvimento.

De acordo com Melo de Carvalho (1994), é possível aferir a importância que uma determinada autarquia concede à actividade física e desportiva a partir da análise dos seguintes indicadores:

- índices objectivos referentes aos diferentes equipamentos desportivos (e.g., número de instalações, m² de área construída, qualidade);
- índice de animação (e.g., número de praticantes, nº de técnicos, nº de modalidades, taxa de utilização habitual);
- índices financeiros (e.g., distribuição orçamental para o desporto por parte do município para despesas com actividades/eventos/iniciativas desportivas);
- sinais exteriores da vida cultural local (e.g., dinâmica da vida desportiva, número de secções desportivas, participação de equipas locais em torneios e campeonatos locais, regionais, nacionais e internacionais).

No entanto, as autarquias não poderão orientar-se exclusivamente pelo desporto de competição, tendo igualmente que se adaptar às novas vertentes da actividade física. Ou seja, "o poder local terá de encarar o desporto numa perspectiva de generalização da prática desportiva, através da idealização de uma política desportiva integrada que encontre respostas justas para os diversos segmentos etários e sociais do sistema desportivo" (G. Pires, 1987, p. 22).

Para que tal aconteça, M. Nunes (1999) sugeriu a criação de programas próprios, enquadrados com a dimensão local, potenciando ao máximo todas as suas valências, por forma a:

- promover uma melhor Ocupação dos Tempos Livres dos seus municípios;
- fomentar as actividades desportivas de vincada intencionalidade formativa em íntima relação com o sistema educativo;
- promover a actividade desportiva para grupos especiais;(e.g., indivíduos portadores de deficiências, idosos, delinquentes);
- apoiar por diversas formas o associativismo desportivo local;
- criar as bases materiais necessárias para a prática de actividades desportivas;
- promover projectos de actividade desportiva.

Adicionalmente, entre as competências e responsabilidades das autarquias, têm vindo a ser progressivamente incluídas as que se relacionam com a educação das crianças e jovens que residem nas zonas geográficas sob a sua jurisdição.

Na origem dessa decisão, pode identificar-se o reconhecimento de que cada vez menos tem sentido atribuir exclusivamente à escola determinadas responsabilidades associadas à formação das crianças e jovens que as frequentam, como por exemplo as que decorrem da construção e manutenção dos espaços adequados necessários para que eles possam realizar a sua actividade física ou desportiva (Constantino, 1999).

Tal como sublinhou Constantino (1999, p. 38)

- a) A escola não é, em relação a nenhuma área de aprendizagem social, o local único das respectivas aquisições ou práticas. É um importante local de passagem que é completado pela influência de outras entidades formadoras. Princípio que é válido para todas as áreas que constituem matéria de ensino e também para o desporto.
- b) Os motivos, as necessidades e os gostos que atraem o jovem para a prática do desporto não encontram satisfação material suficiente, em quantidade, diversidade e qualidade no interior da escola, por força da sua natureza, concepção e organização.
- c) O Estado tem de assegurar entre a escola pública e o mercado da oferta desportiva – constituído essencialmente pelo associativismo desportivo e por unidades privadas e lucrativas – mecanismos de correcção e compensação para todos quantos não encontram, na organização da sociedade civil, vias de acesso, meios e condições para a prática do desporto.

Assim sendo, as autarquias locais deverão preocupar-se igualmente em possuir os requisitos indispensáveis para corresponder às necessidades apresentadas pelas crianças e jovens em idade escolar que nelas residem relativamente à sua formação física e desportiva, seja no interior ou no exterior das suas escolas.

Em suma, parece ser politicamente, desportivamente, e educacionalmente correcto promover a constituição de parcerias entre os sistemas educativo e autárquico que procurem reunir as condições necessárias para que ocorra um desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em idade escolar. Para que estas parcerias tenham sucesso nos seus propósitos, é fundamental existir uma convergência estratégica, no âmbito da qual cada sistema participe à medida das suas possibilidades e responsabilidades, no que concerne a recursos materiais, humanos, financeiros, de infra-estruturas desportivas, transportes, etc...

2.3.2. Instalações Desportivas

A Carta Europeia do Desporto (1992) refere, no seu Artigo 4º, que:

A prática do desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, e cabe aos poderes públicos fazer a sua planificação global, tendo em conta as suas exigências nacionais, regionais e globais, assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes.

Ou seja, para que uma qualquer política neste domínio possa ser desenvolvida e alcance o sucesso que se pretende, é fulcral que sejam constituídas as condições necessárias para a criação das infra-estruturas desportivas requeridas. Segundo Andrés, F. (1997) a tipologia das instalações desportivas deveriam ter em conta o espírito e o carácter do local e da população a quem se dirige.

Denotando uma preocupação neste sentido, os legisladores fizeram constar na Lei de Bases do Sistema Desportivo que:

- 1 – O Governo e as autarquias locais desenvolvem uma política integrada de instalações e equipamentos desportivos, definida com base em critérios de equilibrada inserção no ambiente e em coerência com o integral e harmonioso desenvolvimento desportivo.
- 2 – Com o objectivo de dotar o País das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da actividade desportiva, o Governo promove:
 - a) A definição de normas que condicionem a edificação de instalações desportivas, de cujo cumprimento dependerá a concessão das licenças de construção e utilização, a emitir pelos competentes departamentos públicos;
 - b) O incremento da construção, ampliação, melhoramento e conservação das instalações e equipamentos, sobretudo no âmbito da comunidade escolar;
 - c) A sujeição das instalações a critérios de segurança e de nacionalidade demográfica, económica e técnica.
- 3 – Não pode entrar em funcionamento pleno qualquer escola do ensino secundário e dos 2º e 3º Ciclos do ensino básico que não disponha de espaços e de equipamento adequados à educação física e à prática do desporto.
- 4 – Equipamentos desportivos - devem ser igualmente previstos e proporcionados por agregados de estabelecimentos do 1º Ciclo do ensino básico, a implantar progressivamente e em moldes adequados ao respectivo quadro.
- 5 – As infra-estruturas desportivas sediadas nas escolas públicas são prioritárias e estão abertas ao uso da comunidade, sem prejuízo das exigências preponderantes da actividade escolar.
- 6 – O regime a que estão sujeitas as instalações do parque desportivo público é definido por legislação própria, precedendo audiência dos municípios.
- 7 – As comparticipações financeiras públicas para construção ou melhoramentos de infra-estruturas desportivas de propriedade de entidades privadas e, bem assim, os actos de cedência gratuita do uso ou da gestão de património desportivo público a entidades privadas são obrigatoriamente condicionados à assunção por estas das inerentes contrapartidas de interesse público, social e escolar, as quais devem constar de instrumento bastante, de natureza real ou obrigacional, consoante a titularidade dos equipamentos.
- 8 – Nos termos da lei, e observadas as garantias dos particulares, o Governo pode determinar, por períodos limitados de tempo, a requisição de infra-estruturas desportivas de propriedade de entidades privadas para realização de competições desportivas adequadas à natureza daquelas, sempre que o justifique o interesse público nacional e que se verifique urgência.

9 –Compete ao departamento ministerial responsável pela política desportiva a coordenação global da política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos e dos respectivos investimentos públicos, englobando a articulação com os demais departamentos ministeriais envolvidos (Art.º 36 [Infra-Estruturas Desportivas] do Capítulo IV [Administração Pública Desportiva] da Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro).

Assim, as autarquias locais poderão e deverão fomentar a prática física e desportiva através da iniciação desportiva dos nossos jovens, de uma melhor ocupação dos seus tempos livres, de uma prática física e desportiva de melhor qualidade, de um incremento da prática desportiva nas freguesias rurais bem como fomentar a actividade física nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; o que só será possível se existirem espaços dimensionados para essas actividades.

Historicamente as coisas não foram fáceis, já que, de uma forma geral, os estabelecimentos escolares foram construídos sem qualquer preocupação com os espaços desportivos. Mesmo após o 25 de Abril, a situação não se alterou significativamente no que diz respeito a este aspecto, podendo destacar-se, a título de exemplo, o “Célebre Despacho Nobre, elaborado pelo Secretário de Estado com o mesmo nome, de 1981, que remetia as construções dos equipamentos desportivos das escolas a construir para uma segunda fase... que não se sabia quando surgiria!” (Melo de Carvalho, 1994, p. 104).

Conforme está estabelecido na Lei de Base do Sistema Desportivo, as infraestruturas desportivas devem ser concebidas de forma a dar resposta às necessidades específicas de cada autarquia. Para que tal possa acontecer, Nunes, M. M. (1999), baseando-se na Lei anteriormente exposta, defendeu que, no que se refere à questão da construção de instalações desportivas, as autarquias locais deverão:

- Criar infraestruturas desportivas nos locais de implantação das colectividades beneficiando o património existente.
- Construir um complexo desportivo que integre um estádio municipal com um campo de futebol relvado e respectivo campo de apoio, pista de atletismo, campo de ténis, piscinas, modalidades radicais e outras valências de modo a perspectivar correctamente o futuro.
- Construir e animar posteriormente um circuito de manutenção.
- Rentabilizar o melhor possível os equipamentos desportivos existentes, de forma a assegurar uma maior rentabilidade desses espaços, em perfeita consonância com as colectividades e as escolas, através da realização de protocolos e contratos-programa.
- Criar zonas desportivas de reduzida dimensão, que possibilitem uma prática desportiva diversificada e permitam uma maior descentralização dos utentes no concelho.
- Definir um modelo tipo de infraestruturas desportivas concelhias cobertas e descobertas, por forma a beneficiar clubes e escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, Pré-Primário e Jardins de Infância.
- Procurar que em todas as novas urbanizações sejam construídas infraestruturas desportivas de ar livre, integradas no Plano Director Municipal.

Porém, o que efectivamente está em causa, segundo Melo de Carvalho (1994), é o conceito de desenvolvimento não só desportivo, questão que possui a sua caracterização própria, mas o desenvolvimento global. Como em muitas autarquias não existe um planeamento integrado e estruturado,

nem uma correcta integração dos diferentes elementos responsáveis pelo ordenamento das estruturas neste domínio, nomeadamente arquitectos, engenheiros, e técnicos desportivos, os diversos equipamentos, que tanta falta fazem, e que tão úteis poderiam e deveriam ser, constituem-se como factores de estagnação contrariando mesmo o desenvolvimento local.

Constantino (1999) chamou a atenção para a situação do nosso país no que se refere à tipologia dos equipamentos desportivos. Embora Portugal seja um país carente, a solução para o problema não passa pela construção de mega-estruturas desportivas, viradas exclusivamente para os grandes espectáculos, mas sim pela adopção de soluções de qualidade, que valham pela flexibilidade e sobriedade das soluções, pela capacidade de utilização variada bem como pela economia de todos os elementos, respondendo, sobretudo, às necessidades de prática física e desportiva das populações.

Através da consulta a alguns dos dados da Carta das Instalações Desportivas Artificiais(CIDA) elaborada pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva (CEFD), podemos constatar que a distribuição e a tipologia das instalações desportivas existentes ao longo do nosso país se caracterizam por uma elevada assimetria (ver quadro 2.1).

Por exemplo, para um total de mais de 12000 instalações, apenas pouco mais de 3000 são cobertas, e dessas menos de 400 são piscinas. Na realidade, sensivelmente 60% das instalações que constam da Carta elaborada pelo CEFD são campos (grandes ou pequenos), havendo apenas 60 pistas de atletismo em todo o País.

Ou seja, considerando que segundo os resultados do último Censo sobre a população portuguesa, apresentados recentemente na imprensa, residem em Portugal mais de 10 milhões de pessoas, facilmente poderemos constatar a existência de rácios bastante diferentes para os tipos de equipamentos desportivos apresentados no quadro, alguns deles bastante reduzidos. Assim, enquanto para cada pista de atletismo existem aproximadamente 170000 pessoas e para cada Piscina(Coberta ou Descuberta), mais de 12000 pessoas, para cada Campo(Grande ou Pequeno), há menos de 1500 pessoas.

Se, paralelamente a estes dados, de âmbito nacional, consultarmos alguns estudos realizados em zonas geográficas mais reduzidas ficaremos com uma perspectiva mais completa acerca deste assunto, até porque nem sempre os dados indicados nestes estudos são idênticos aos apresentados pelo CEFD na sua CIDA datada de 1997.

Quadro 2. 1. Número e tipologia das instalações desportivas artificiais localizadas nos diferentes distritos de Portugal (CFED, 1997) -

Dados Distritais	Grandes Campos	Pequenos Campos	Sala Pavilhão	Sala	Piscina Coberta	Piscina Descoberta	Pista de Atletismo	Campo de Ténis	Total
Aveiro	249	235	97	60	21	35	2	70	769
Beja	133	94	11	37	7	20	2	30	334
Braga	314	223	73	23	17	24	2	37	713
Bragança	35	56	17	11	2	17	1	8	147
C. Branco	135	101	25	7	7	21	3	42	341
Coimbra	200	262	69	82	22	27	2	42	706
Évora	97	117	23	41	8	36	3	16	341
Faro	87	252	33	82	10	14	3	278	759
Guarda	172	97	15	21	7	22	3	5	342
Leiria	178	118	70	47	13	13	5	52	496
Lisboa	371	962	161	1038	100	31	12	282	2957
Portalegre	62	59	21	4	8	18	3	18	193
Porto	504	415	206	217	73	54	4	135	1608
Santarém	251	242	65	64	21	21	5	68	697
Setúbal	117	401	60	189	22	13	4	67	873
V. Castelo	109	85	25	13	12	6	2	16	268
Vila Real	194	107	24	22	12	15	1	37	412
Viseu	177	160	37	38	12	22	3	19	468
Total	3385	3986	1032	1996	374	409	60	1182	12424

Por exemplo, os resultados de um estudo desenvolvido por Bernardo (1999) na Região de Turismo do Douro Sul, (localizada a norte de Viseu, numa zona de transição entre o Centro e o Norte do País, engloba os concelhos de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedone, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca, num total de 1732.2 km²), foram relativamente distintos dos apresentados na CIDA (CEFD,1997). Enquanto Bernardo identificou nesta Região do País 169 instalações desportivas, para o CEFD apenas existiam 140.

Para esta diferença nos valores totais contribuíram fundamentalmente os dados relativos aos Grandes Campos e Piscinas. Ou seja, enquanto o CEFD referiu a existência de 54 Campos naquela região, Bernardo contrapôs que existiam 71; o caso mais extremo correspondeu ao Concelho de Moimenta da Beira: de acordo com o CEFD apenas existia um Campo, de acordo com Bernardo existiam 16. No caso das Piscinas, em Sernancelhe: para o CEFD existiam duas, para Bernardo apenas uma; em Resende: uma para o CEFD, duas para Bernardo; e em Lamego: duas para o CEFD, quatro para Bernardo.

No que concerne à tipologia das instalações localizadas na Região de Turismo do Douro Sul, Bernardo (1999) não encontrou uma realidade muito diferente da descrita pelo CEFD. A grande maioria das instalações desportivas existentes era constituída pelos Grandes e Pequenos Campos (75%), correspondendo as instalações cobertas (Sala/Pavilhão e Piscinas) a uma percentagem reduzida (14,8%).

De acordo com Bernardo (1999), os responsáveis autárquicos nalguns dos concelhos daquela região procuraram construir Pequenos Campos junto das Escolas do 1º Ciclo, permitindo dessa forma que as crianças que as frequentam possam vir a realizar actividades físicas e desportivas orientadas; por exemplo, no Concelho de Moimenta da Beira foram 12 os Pequenos Campos construídos com essa preocupação e em S. João da Pesqueira foram 11. Por outro lado, em três dos Concelhos desta Região não existia qualquer instalação desportiva coberta e em apenas metade existiam Piscinas Cobertas, sendo algumas delas propriedade privada. De qualquer dos modos foram construídas instalações desportivas cobertas (Salas ou Pavilhões) nas Escolas EB_{2,3} e Secundárias, por forma a permitir a realização de aulas de Educação Física.

Mais a norte, num estudo sobre a gestão de Infra-estruturas Desportivas Municipais no Distrito de Vila Real, J. Pires (2000), referiu que apesar de no Distrito de Vila Real se assistir a uma “proliferação de instalações desportivas” nem sempre este aumento de construção em quantidade se reflecte em qualidade. Nesse sentido, chamou, por exemplo, a atenção para o facto de 33,3% das autarquias pertencentes ao distrito de Vila Real não possuírem nenhuma Sala/Pavilhão, já que as aí existentes são pertença das Escolas; num dos concelhos não existe mesmo este tipo de estrutura desportiva.

Sendo este tipo de equipamento uma estrutura polivalente, a sua localização é um factor importante; logo, a maior parte das autarquias (83%) deste distrito optou pelo local mais conveniente para a sua construção, ao contrário das restantes (17%) que optaram pela solução mais económica. J. Pires (2000) foi mais longe neste seu estudo, investigando a contribuição financeira do Estado Português para esta política de construção de instalações desportivas. O resultado desta sua pesquisa mostrou que a sua participação não ultrapassou os 14%, sendo o restante suportado pelas próprias autarquias e por fundos comunitários.

Quanto às Piscinas, J. Pires (2000) verificou que ainda existem no distrito de Vila Real 2 concelhos (16.6%) que não possuem qualquer Piscina Municipal. Nos restantes concelhos, as 16 Piscinas existentes são metade cobertas e a outra metade descobertas, com a agravante de haver

concelhos onde só existem Piscinas Descobertas. Ou seja, apenas 50% das Piscinas localizadas neste distrito poderão ser utilizadas pela população escolar para a realização de aulas de natação.

É pois de lamentar que, à semelhança do que se passa no resto do País, se continue a optar por construir instalações desportivas que terão uma taxa de utilização anual muito baixa. De facto, neste caso, a situação geográfica deste distrito, e consequentes condições climáticas, não se coadunam em absoluto com este tipo de estruturas. De acordo com J. Pires (2000), em média, o número de dias de utilização por ano das Piscinas Descobertas é de sessenta e nove dias!

Relativamente aos Pequenos Campos existem 109 unidades, das quais apenas (16) são propriedade das Câmaras Municipais, havendo no entanto instalações deste tipo em todos os concelhos. Estas unidades, segundo J. Pires (2000), estão distribuídas de uma forma pouco coerente, já que enquanto num concelho estão localizadas 13 unidades outro há onde só existe 1 unidade. Um aspecto positivo refere-se à preocupação sobre o local da construção destas unidades: particularmente nos casos mais recentes, as autarquias do distrito de Vila Real, tal como algumas das suas congéneres da Região de Turismo do Douro Sul, preocuparam-se em construí-las em locais próximos das Escolas do 1º Ciclo, conseguindo assim, por um lado, permitir às crianças que frequentam essas escolas a utilização destes espaços para a realização das suas aulas de Expressão Motora, assim as condições climáticas o permitam, e, por outro lado, dotar as freguesias de infra-estruturas desportivas polivalentes.

Para além das instalações anteriormente referidas, J. Pires (2000) identificou ainda a existência de outras 10 instalações desportivas descobertas, nomeadamente 1 Pista de Atletismo, 6 Campos de Ténis, 1 Circuito de Manutenção e 2 Parques Radicais. Assim sendo, é pena que se continue a dar prioridade, particularmente em regiões do nosso País com condições climáticas habitualmente tão adversas, à construção de instalações desportivas descobertas.

Mais recentemente, num estudo efectuado por Nascimento (2001) sobre as Instalações Desportivas Escolares, abrangidas pelo Centro de Área Educativa de Entre o Douro e Vouga (que abarca os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Stª Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra), é destacado o facto de em toda aquela área educativa apenas existirem 86 Instalações Desportivas Escolares, sendo 17 Salas/Pavilhão (representando 20% do total), 11 Salas de Desporto (13%), e somente uma Piscina Coberta (1%). De sublinhar que, neste caso, os números encontrados não foram muito diferentes dos apresentados pelo CEFD (1997).

Relativamente à discrepância entre os números constantes da CIDA, elaborada pelo CEFD, e os de alguns dos estudos anteriormente apresentados, ou mesmo de outros que têm vindo a ser

desenvolvidos, particularmente nos últimos tempos, importará, em nosso entender - e sem prejuízo da possibilidade de ter existido um menor rigor por parte de uns ou outros na realização dos seus estudos - destacar dois aspectos.

Primeiro, a data em que foram realizados, porquanto é natural que no espaço de dois ou três anos tenham sido construídas diversas instalações desportivas – naturalmente, mais numas zonas do que noutras - e, dessa forma, sejam distintos os valores apresentados por uns e outros.

Segundo, os critérios utilizados para a classificação das diferentes instalações, ou seja, poderá eventualmente acontecer que o que uns classificam como instalação desportiva não seja assim considerado por outros. Daí a importância de que uma análise sobre este tema não se circunscreva apenas à análise superficial dos números, mas procure interpretar o que está subjacente a esses números.

Ao confrontarem os dados relativos aos totais de área desportiva construída e de pessoas residentes nas regiões que investigaram, com a Tabela Aconselhada pelo Conselho da Europa para esse tipo de dados, Bernardo (1999), J. Pires (2000) e Nascimento (2001) concluíram que a situação nessas regiões podia ser considerada como razoável.

De sublinhar, porém, que aquela Tabela, ao centrar-se na área desportiva útil por habitante, traduz de uma forma lata e quantitativa o espaço desportivo disponível nessa região ou concelho, não significando por isso necessariamente que as regiões ou concelhos em análise estejam, capazes de dar resposta às múltiplas solicitações dos utentes. De facto, qualquer um dos autores anteriormente indicados realça o facto de o elevado número de Pequenos e Grandes Campos existentes poder adulterar significativamente a leitura a fazer sobre a qualidade dos espaços desportivos localizados nas regiões que investigaram.

Ou seja, o facto de a relação entre a área desportiva e as pessoas residentes numa dada região poder ser considerada razoável, ou mesmo boa, não significa que essa região possua espaços desportivos diversificados e adequados às exigências e necessidades dessas mesmas pessoas. Logo, é “necessário dotar a decisão política de estudos adequados sobre a realidade desportiva local, de modo a que se conheça a situação num dado momento e a sua previsível evolução” (Constantino, 1999, p. 82).

Para tal, Constantino (1999, pág. 83) preconizou a criação de critérios de previsão das necessidades, que originem uma matriz de referência que tome em consideração factores como:

- O contexto sócio-económico e os estilos de vida;
- A dimensão e carência da população;
- O perfil demográfico da população;
- A composição social e etária;
- O contexto desportivo e cultural;
- A capacidade de atracção turística;
- Os recursos urbanos e ambientais;
- A natureza e características do tecido associativo.

Após este levantamento das necessidades, será de todo importante estabelecer um programa de construção de equipamentos que respondam funcionalmente às necessidades. No seguimento dos pontos anteriormente apresentados, Constantino (1999, pág.84) sugeriu uma tipologia de espaços que em nosso entender engloba as actividades desportivas mais relevantes:

- a)Espaços de representação desportiva;
- b)Espaços de realização desportiva;
- c)Espaços de preparação desportiva;
- d)Espaços de formação física e desportiva;
- c)Espaços de condição física;
- e)Espaços de evasão.

Esta tipologia de espaços obriga à construção de equipamentos-tipo, com características específicas de acordo com os objectivos a que se destinam. Nesse sentido, M. Nunes (1999) alertou para a necessidade de se colmatarem as falhas existentes nos estabelecimentos de ensino público sobre o controlo dos municípios, no que se refere aos equipamentos desportivos, adequando-os às características e necessidades dos utentes destes mesmos estabelecimentos. Ou seja, hoje em dia, as populações orientam-se para diferentes tipos de actividades, razão porque as autarquias devem tentar corresponder a essa procura, construindo equipamentos adequados a esse fim.

2.3.3. Autarquias, escolas e actividade física e desportiva: projecto pedagógico/desportivo integrado

É uma verdade aceite universalmente que as crianças e os jovens, por diversas razões, necessitam praticar cada vez mais actividade física e desportiva. Para além disso, actualmente, parece ser igualmente uma evidência que a responsabilidade neste domínio é atribuída não só à instituição

Escola mas igualmente à instituição Autarquia, no sentido de elas, em conjunto, procurarem desenvolver um projecto pedagógico/desportivo integrado.

Para que tal seja possível, é necessário que os órgãos de gestão das unidades de ensino, nomeadamente a Assembleia de Escola, o Conselho Executivo e o Conselho Pedagógico, assumam esta intenção como relevante. Em seguida, e atendendo a que nestes três órgãos de gestão estão representadas todas as forças vivas representativas da região, dever-se-á dotar a sua área de influência pedagógica com os meios capazes para dar resposta a este objectivo.

De recordar que diversos estudos têm sublinhado que a prática de actividade física e desportiva por parte das pessoas aumenta em quantidade, diversidade e duração na razão directa da sua presença durante a sua escolaridade, seja pela criação de hábitos desportivos, seja pela aquisição de técnicas de uso desportivo do corpo, com as naturais vantagens no que concerne à saúde e bem estar das populações (Constantino, 1999).

Até à aprovação das Leis 24/99 de 22 de Abril, e 159/99 de 14 de Setembro, as autarquias locais argumentavam que não era da sua competência a resolução de um certo número de situações para as quais eram solicitadas a responder. A este propósito, Melo de Carvalho (1994) referiu que o Poder Central nem sempre promoveu, opondo-se mesmo muitas vezes, uma clara integração das autarquias nos projectos educativos locais. No entanto, muitas autarquias ultrapassaram claramente o previsto na Lei, acusando o Poder Central de a sua indefinição ser consciente, porque ao não legislar não assumia as responsabilidades que lhe eram inerentes por força da Lei. Melo de Carvalho (1994) referiu ainda que muita da actividade física e desportiva desenvolvida junto das escolas se deveu à disponibilidade demonstrada pelas autarquias, nomeadamente no que se refere à construção de infra-estruturas desportivas.

Actualmente esta situação foi alterada radicalmente permitindo uma relação consolidada legalmente entre as autarquias e as escolas. Nesse sentido, Melo de Carvalho (1994) e Constantino (1999) chamaram a atenção para o importante papel que as autarquias deverão ter na aplicação dos programas de Educação Física na escolaridade obrigatória.

Relativamente à Educação Física nos primeiros anos de escolaridade, Melo de Carvalho (1994, p. 92) referiu que "apesar das tentativas realizadas ao longo de mais de 40 anos, as Autoridades Escolares continuam a não tomar as medidas necessárias, capazes de corrigir uma das mais graves falhas do nosso Ensino (oficial e particular)", atribuindo o mérito de algumas iniciativas, neste particular, ao Poder Local. Relembrou, porém, que estas iniciativas decorreram desenquadradas de um projecto

mais global, acontecendo muitas vezes para dar resposta a algumas pressões exercidas pela opinião pública.

Assim sendo, Melo de Carvalho (1994) afirmou estar convicto de que sem uma definição clara e inequívoca, por parte do Poder Central, no que se refere às competências e atribuições, devidamente acompanhadas por dotações financeiras correspondentes e sem a resolução dos actuais problemas relacionados com os espaços e a formação do educadores, não será possível colmatar esta falha no sistema de ensino. Para além disso, este autor chamou ainda a atenção para o rigor necessário a um projecto desta dimensão, alertando para os desvios que poderão aparecer, tanto a nível dos profissionais que ministrarão as aulas como do tipo de instalações e dos recursos materiais necessários para a sua realização.

Ainda assim, entendemos que esta nova legislação, surgida em decorrência da tomada de consciência por parte do poder central de que a descentralização de competências contribuirá para uma melhor rentabilização das particularidades de cada região, poderá permitir a organização de projectos pedagógico/desportivos integrados e específicos às diferentes realidades que constituem o nosso País, assim os responsáveis se empenhem nesse sentido.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização do Concelho de Braga

O Concelho de Braga, um dos 305 existentes no País, situa-se no Norte do País, confinando a norte com o Concelho de Vila Verde, a nordeste com o Concelho de Amares, a nascente com o Concelho da Póvoa de Lanhoso, a sul com o Concelho de Guimarães, a sudoeste com o Concelho de V. N. de Famalicão, e a oeste com o Concelho de Barcelos.

O Concelho de Braga é constituído por 62 Freguesias, com uma área total de 179 Km², e um total de 151870 habitantes, sendo o número de habitantes por quilómetro quadrado (km²) de 848. A taxa de variação de população residente neste concelho entre os anos de 1991 e 1997 foi de 7.5% (ver quadro 3.1).

Quadro 3.1. Área, freguesias, e habitantes do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1996¹ e 1997²).

Área (km ²)	179
Freguesias ¹	62
População Residente ²	151 870
Densidade Populacional (habitantes/ km ²) ²	848
Taxa de Variação População Residente entre 1991/1997	7.5%
Distribuição da População Residente segundo a sua idade ²	
0-14	20.2%
15-24	17.4%
25-64	52.7%
>ou = 65	9.7%
Índice de dependência	
Total	42.7%
Jovem	28.8%
Idosos	13.9%

Parece ser evidente que, de uma forma geral, os habitantes do Concelho de Braga são jovens. De facto, em 1997, para além de quase 40% terem idades inferiores a 25 anos, menos de 10% haviam já ultrapassado os 65 anos de idade. Aliás, de acordo com um estudo comunitário revelado recentemente, o Concelho de Braga era mesmo um dos concelho mais jovens da Europa. Daí que os ligeiramente mais de 40% de habitantes que viviam em dependência de outros fossem na sua maioria jovens.

No quadro 3.2. apresentam-se alguns dados que, no seu conjunto, sugerem que, pelo menos em termos médios, os habitantes do Concelho de Braga usufruem de uma aceitável qualidade de vida, especialmente se os compararmos com os de outros concelhos do nosso país. Por exemplo, é possível verificarmos que praticamente todos os habitantes do Concelho de Braga têm acesso às redes de electricidade e saneamento, e mesmo à de água.

Quadro 3.2. Indicadores sobre habitação e qualidade de vida no Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1991¹, 1996², e 1996³).

Electricidade ¹	99.5%
Saneamento ¹	94.5%
Água ¹	90.4%
Taxa de Motorização (veículos/1000 Habitantes) ²	388
Postos Telefónicos Principais / 1000 Habitantes ²	342
Bibliotecas ³	17
Museus ³	6

Quanto à vertente económica do Concelho de Braga, podemos salientar a existência de aproximadamente 8000 empresas e estabelecimentos comerciais nele sediados (ver quadro 3.3). Esta massa empresarial cria nesta área um significativo número de postos de trabalho disperso por uma variedade de sectores, desde o comércio grossista ao retalhista, às grandes superfícies, etc.

Quadro 3.3. Indicadores económicos do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1996¹ e 1997²).

Empresas ¹	3 635
Estabelecimentos ¹	4 206
Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos ¹	46 036
Estabelecimentos Industriais ¹	21.8%
Outros Estabelecimentos Comerciais (CAE 50) ¹	19.9%
Estabelecimentos Comerciais Grossistas (CAE 51) ¹	21.9%
Estabelecimentos Comerciais Retalhistas (CAE 52) ¹	58.2%
Pessoas ao Serviço nos Outros Estabelecimentos Comerciais (CAE 50) ¹	26.7%
Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos Comerciais Grossistas (CAE 51) ¹	30.8%
Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos Comerciais Retalhistas (CAE 52) ¹	42.5%
Grandes Superfícies Comerciais - Total ²	7
Hipermercados Retalhistas Alimentares / Grandes Superfícies Comerciais ²	14.3%
Estabelecimentos Hoteleiros - Total ¹	18
Capacidade de Alojamento - Total ¹	1 501
Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros - Total ¹	161 239
Exportações (10 ⁶ escudos) ¹	94 646
Importações (10 ⁶ escudos) ¹	69 982
Taxa de Variação das Exportações 1992/1996	47.1%
Taxa de Variação das Importações 1992/1996	59.4%
Saldo Comercial ¹	24 665

Quanto à capacidade hoteleira, a existência de 1501 camas corresponde perfeitamente às solicitações que, de uma forma geral, vão sendo efectuadas a partir do exterior.

Relativamente à educação, através da consulta ao quadro 3.4, é possível verificar que para além de três unidades de ensino profissional e 5 unidades de ensino superior, existem ainda no Concelho de Braga outras 154 unidades, sendo 98 do 1º Ciclo, 25 do 2º e 3º Ciclos, e 31 do Secundário.

De realçar igualmente que o número de alunos inscritos nas escolas dos 1º, 2º e 3º Ciclos é ligeiramente superior a 35000, e aproximadamente 15000 no ensino profissional e superior. Relativamente a este dado, pensamos ser de sublinhar que embora nem todos os alunos matriculados no ensino profissional e superior sejam originários deste concelho, o seu elevado número sugere que uma

grande quantidade de jovens deste concelho opta por continuar os seus estudos a um nível superior ao obrigatório por lei, o que, pelo menos em teoria, poderá contribuir para uma futura melhoria dos indicadores sociais actualmente existentes.

Não obstante o anteriormente referido, há que destacar que a actual taxa de analfabetismo da população do Concelho de Braga com idade igual ou superior a 15 anos, de 7.7%, se pode considerar como ainda elevada.

Quadro 3.4. Estabelecimentos de Ensino e alunos do Concelho de Braga (baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 1995/1996).

Escolas do 1º Ciclo	98
Escolas do 2º Ciclo	25
Escolas do 3º Ciclo + Secundário	31
Escolas Profissionais	3
Escolas do Ensino Superior	5
Alunos do Ensino público e privado (1995/96)	
1º Ciclo	9 374
2º Ciclo	6 154
3º Ciclo + Secundário	19 520
Profissional	483
Superior	13 890
Taxa de Analfabetismo da População com 15 ou mais anos de idade (1991)	7.7%
Taxas Específicas de Escolarização 1991	
12-14 anos	89.9%
15-17 anos	59.9%
18-23 anos	33.0%
Taxa de Cumprimento da Escolaridade 1991 (%)	
(6 anos) 25-29 anos	64.5%
(9 anos) 15-19 anos	33.6%

Finalmente, no quadro 3.5, apresentam-se alguns dados referentes às infra-estruturas desportivas existentes no Concelho de Braga. De salientar que estes dados incluem, para além das instalações desportivas escolares e das instalações desportivas autárquicas, sobre as quais incidu o nosso trabalho, igualmente as instalações desportivas propriedade de instituições privadas e/ou de estabelecimentos de ensino secundário e superior.

Quadro 3.5. Tipologia das Instalações Desportivas existentes no Concelho de Braga ((baseado em dados fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal de Braga, relativos a 2000).

Grandes Campos de Jogos	56
Pequenos Campo de Jogos	76
Sala – Pavilhões	18
Piscinas	14
Pistas	1
Espaços de Jogos e Recreio	16
Total	176

3.2. Caracterização das Áreas de Influência Pedagógica do Concelho de Braga

Tal como foi referido anteriormente, no Concelho de Braga existiam aquando da realização do nosso estudo 12 Escolas EB_{2,3}, 94 Escolas do 1º Ciclo, e 53 Escolas Pré-Primárias, frequentadas por um total de 20884 alunos, e agrupadas em 12 Áreas de Influência Pedagógica, (a partir daqui designadas por AIP), definidas pelo Ministério de Educação.

Cada AIP é constituída por escolas dos 3 níveis de ensino. Mais especificamente, cada AIP é obrigatoriamente composta por uma única Escola EB_{2,3}, por uma ou mais Escolas do 1º Ciclo, e, finalmente, por uma ou mais Escolas do ensino Pré-Primário.

Em seguida, apresenta-se a composição de cada uma das 12 AIP's do Concelho de Braga – de acordo com dados fornecidos pela Serviços Centrais de Braga da Direcção Regional de Educação do Norte - bem como uma breve caracterização de cada uma delas, segundo os dados fornecidos pela Câmara Municipal de Braga/Censos 2001.

- i) AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 7 escolas do 1º Ciclo, e 4 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 3721 alunos. Situa-se no centro da cidade de Braga, abrangendo três freguesias, Sé, S. João de Souto e S. Lázaro e caracteriza-se entre outros aspectos pela relativa falta de espaço físico. A sua área é de apenas 118ha para 19334 habitantes.
- ii) AIP da Escola EB_{2/3} de Cabreiros: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 4 escolas do 1º Ciclo, e 2 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 978 alunos. Situa-se na periferia do Concelho de Braga, abrangendo três freguesias, Cabreiros, Passos S. Julião e Sequeira. Nesta AIP o espaço físico não se constitui como um problema relevante, já que nos seus 925ha residem apenas 4362 indivíduos.
- iii) AIP da Escola EB_{2/3} de Celeirós: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 11 escolas do 1º Ciclo, e 6 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1505 alunos. Compreende as freguesias de Celeirós, Escudeiros, Figueiredo, Guisande, Oliveira S. Pedro, Penso S. Vicente, Penso S.^{to} Estevão, Tebosa e Vimieiro, situando-se numa zona rural. A sua área é de 2314ha e tem uma população de 9974 indivíduos.
- iv) AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 8 escolas do 1º Ciclo, e 5 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 2960 alunos. Compreende

as freguesias de S. Vicente e de S. Victor, situando-se na zona urbana. A sua área é de 395ha e tem uma população de 37451 indivíduos.

- v) AIP da Escola EB_{2/3} de Gualtar: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 8 escolas do 1º Ciclo, e 5 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1322 alunos. Compreende as freguesias de Crespos, Este S. Mamede, Este S. Pedro, Gualtar, Navarra, Pousada e S.^{ta} Lucrecia de Algeriz, situando-se numa zona mista de semi-urbano e rural. A sua área é de 2762ha e tem uma população de 9660 indivíduos.
- vi) AIP da Escola EB_{2/3} de Lameações: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 9 escolas do 1º Ciclo, e 6 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1402 alunos. Compreende as freguesias de Espinho, Fraião, Lameações, Nogueiró, Tenões, Sobreposta e Pedralva, situando-se numa zona mista (semi-urbana e rural). A sua área é de 2858ha e tem uma população de 10287 indivíduos.
- vii) AIP da Escola EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 6 escolas do 1º Ciclo, e 3 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1722 alunos. Compreende as freguesias de Ferreiros, Gondizalves, Semelhe e Maximinos, situando-se numa zona urbana, semi urbana, e rural. A sua área é de 1027ha e tem uma população de 19132 indivíduos.
- viii) AIP da Escola EB_{2/3} de Nogueira: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 7 escolas do 1º Ciclo, e 4 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1506 alunos. Compreende as freguesias de Arcos S. Paio, Esporões, Lomar, Morreira, Nogueira e Trandeiras, situando-se numa zona semi-urbana e rural. A sua área é de 1852ha e tem uma população de 14504 indivíduos.
- ix) AIP da Escola EB_{2/3} de Palmeira: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 10 escolas do 1º Ciclo, e 4 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1.333 alunos. Compreende as freguesias de Adaúfe e Palmeira, situando-se numa zona rural. A sua área é de 1888ha e tem uma população de 8533 indivíduos.
- x) AIP da Escola EB_{2/3} de Real: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 13 escolas do 1º Ciclo, e 7 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 2541 alunos. Compreende as freguesias de Dume, Frossos, Merelim S. Paio, Merelim S. Pedro, Mire de Tibães, Padim da Graça,

Panoias, Parada de Tibães e Real, situando-se numa zona semi-urbana e rural. A sua área é de 2276ha e tem uma população de 19844 indivíduos.

- xi) AIP do Externato Infante D. Henrique: para além do Externato, é composta por 3 escolas do 1º Ciclo, e 2 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 1233 alunos. Compreende as freguesias de Arentim, Cunha e Ruíhe, situando-se numa zona rural. A sua área é de 743ha e tem uma população de 2958 indivíduos.
- xii) Escola EB_{2/3} de Tadin: para além da Escola EB_{2/3}, é composta por 7 escolas do 1º Ciclo, e 5 escolas Pré-Primárias, frequentadas por 661 alunos. Compreende as freguesias de Aveleda, Fradelos, Priscos, Tadin e Vilaça, situando-se numa zona rural. A sua área é de 2578ha e tem uma população de 6012 indivíduos.

Finalmente, de referir que decidimos não incluir no nosso estudo as Escolas Particulares localizadas no Concelho de Braga, não só pelo facto de elas apresentarem uma gestão independente, mas fundamentalmente porque elas, de acordo com as informações fornecidas pelos Serviços Centrais de Braga da Direcção Regional de Educação do Norte, não integram nenhuma das AIP definidas pelo Ministério da Educação para o Concelho de Braga.

3.3. Critérios para a classificação das instalações

3.3.1. Tipologia

Para proceder à caracterização da tipologia das instalações do Concelho de Braga, um dos principais objectivos do nosso estudo, baseámo-nos no articulado no Vol. I do Atlas Desportivo Nacional, referente à classificação e tipificação das instalações, elaborado pela Direcção Geral dos Desportos do Ministério da Educação (1988).

Assim, considerámos a existência de 8 tipos distintos de instalações desportivas:

- i) Grandes Campos de Jogos: estruturas desportivas descobertas que se destinam à prática do Futebol, Hóquei em Campo e Râguebi. Estes espaços ao ar livre são campos de jogos de grandes dimensões, que podem variar entre os 90mX45m e os 105mx68m, e o piso é normalmente em terra batida.
- ii) Pequenos Campos de Jogos: instalações desportivas descobertas que se destinam à prática do Andebol, Badminton, Basquetebol, Voleibol, Ténis, Patinagem, entre outras modalidades. Tal como os Grandes Campos, são espaços ao ar livre; porém, distinguem-se dos anteriores porquanto são campos de jogos de dimensões médias (i.e., variam entre os 38mx16m e os 44mx22m). Estes Pequenos Campos de jogos visam a realização de práticas desportivas diversificadas, caracterizando-se portanto pela sua polivalência: o mesmo espaço pode apresentar balizas de Andebol e cestos de Basquetebol, pontos de fixação para redes de Voleibol, ou mesmo de Ténis. Devido a esta polivalência permitem diversas práticas em equipa ou individualmente. Normalmente, estes espaços não exigem marcação prévia e estão abertos ao grande público em geral, e às crianças e jovens em particular, que os utilizam nos seus períodos de lazer.
- iii) Pavilhões: instalações desportivas cobertas que se destinam à prática do Andebol, Basquetebol, Badminton, Boxe, Esgrima, Ginástica, Hóquei em Patins, entre outras modalidades. São espaços cobertos com dimensões médias, que variam entre os 36mX18m e os 52mx30m. Estas instalações destinam-se à realização de práticas desportivas diversificadas, caracterizadas, tal como os Pequenos Campos de Jogos, pela sua polivalência. Para tal, apresentam, na sua grande maioria, balizas de Andebol e cestos de Basquetebol, pontos de fixação para redes de Voleibol ou mesmo de Ténis. Todavia, distinguem-se daqueles, entre outros aspectos, por possuírem balneários nos quais é

possível tomar banho no final da actividade. Estes espaços, devido a uma elevada procura, exigem marcação prévia; normalmente estão ocupados durante o horário escolar com actividades pedagógicas, estando disponíveis ao público em geral apenas fora daquele horário, nas férias e nos fins de semana.

- iv) Salas: instalações desportivas cobertas que se distinguem dos Pavilhões apenas por apresentarem dimensões mais reduzidas, variando entre os 16mX14m e os 28mX16m.
- v) Piscinas: instalações desportivas cobertas ou descobertas, que se destinam à prática da Natação. As piscinas cobertas são espaços normalmente rectangulares com dimensões desde os 16,66mX6m, com profundidade uniforme e designados de tanques de iniciação ou aprendizagem, aos 25mX8m ou mesmo 50mX21m, com profundidade variável entre os 90cm e os 210cm, designados de piscinas de competição. Estas instalações encontram-se abertas ao público durante todo o ano. As Piscinas Descobertas, também designadas como piscinas de lazer, apresentam dimensões e formatos muito diversos, variando entre os 16,66mX6m e os 50mX21m, encontrando-se normalmente abertas ao público em geral no período de verão.
- vi) Pistas de Atletismo: instalações desportivas cobertas ou descobertas, de tipo ovalóide, circunscritas por pistas que se destinam à prática do Atletismo. São espaços com características próprias que permitem fazer corridas pedestres visando exclusivamente o atletismo, de natureza formativa ou competitiva.
- vii) Espaços Exteriores Escolares: espaços habitualmente utilizados nas aulas de Educação Física e no recreio, existentes em todas as Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos. Estes espaços apresentam uma dimensão semelhante em todas as escolas. A sua configuração engloba uma grande área na qual existe um Pequeno Campo de 40mx20m e dois ou três campos de Basquetebol colocados transversalmente ao Pequeno Campo. Normalmente, estes espaços apresentam ainda um conjunto de equipamentos mais vocacionados para o Atletismo, tais como uma pista, uma caixa de saltos e uma zona de multiusos.
- viii) Outros Espaços: todas as instalações desportivas que não se integram nos tipos anteriormente mencionados. São estruturas que apresentam uma grande variedade de espaços, permitindo práticas diversificadas, de natureza recreativa, formativa ou competitiva. Podem, também, ser espaços de prática especializada exigindo por isso

mesmo infra-estruturas específicas e sobretudo muito técnicas. Estas são apresentadas em subcategorias devido à diversificação de espaços que se encontram nesta categoria: áreas de desportos motorizados terrestres (Pistas de Motocross, Autódromos, Kartódromos, Aeródromos); áreas de Desportos Náuticos; Complexos de Campos de Ténis, Campos de Golfe, Mini-Golfe; Centros Equestres, Pistas de Corridas de Cavalos, Centros Hípicos; ou ainda outros espaços como Pistas de Gelo, áreas de Ski na neve, etc...(Sousa, T. B., Pereira, B. & Batista, F. (no prelo).

Atendendo às características do nosso estudo, particularmente no que se refere ao facto de ele se centrar fundamentalmente nas condições estruturais, leia-se instalações desportivas, associadas à prática física e desportiva que as crianças e os jovens realizam de forma enquadrada com o seu processo educativo, no âmbito dos outros espaços, decidimos apenas considerar os Campos de Ténis e de Voleibol de areia.

Adicionalmente, decidimos não considerar na nossa análise instalações que não estivessem em condições de utilização imediata. Por exemplo, instalações ainda em processo de construção não foram incluídas no nosso estudo, fundamentalmente porque não só era difícil saber exactamente quando estariam completamente disponíveis para serem utilizadas mas também porque era impossível determinar com um mínimo de rigor qual seria a sua taxa de utilização durante o horário escolar, e esse era um dado importante para o nosso estudo. Ainda assim, de referir que estavam nessa situação apenas três instalações; mais especificamente, aquando da realização do nosso estudo, estavam em fase de construção três Pavilhões nas AIP's das Escolas EB_{2/3} de Palmeira, Gualtar e Cabreiros.

Também decidimos não incluir na nossa análise uma outra instalação desportiva que apenas se encontra disponível para a realização de actividades desportivas, normalmente competições de Atletismo, por um período reduzido no ano: A Grande Nave localizada na AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares.

3.3.2. Acessibilidade

De uma forma geral, as indicações existentes sobre a irradiação ou raios de influência de uma determinada instalação desportiva, referem-se à localização das instalações desportivas relativamente à população em geral. Baseiam-se no tempo de percurso ou distância percorrida pelos utilizadores entre o local de origem e a instalação, a pé ou utilizando transporte público, sendo esta irradiação medida em quilómetros ou em minutos (Andrés, F. 1997).

Por exemplo, as indicações decorrentes da Política de Infra-estruturas Desportivas (PROIDD) do Instituto Nacional do Desporto–IND (1990) vão no sentido da irradiação para os Grandes Campos se situar entre os 2 km e os 3 km a percorrer a pé, ou entre os 15 e os 20 minutos de transporte público, e o critério de programação ser de 2m²/habitante. Para os Pequenos Campos de jogos foi estabelecido um raio de 0,5 km a 1 km, ou 5 minutos de transporte público, e um critério de programação de 0,65m²/habitante; para as Piscinas Cobertas, um raio entre os 2 km e os 4 km a percorrer a pé, ou entre 15 a 30 minutos de transporte público, e um critério de programação de 0,02m²/habitante; para as Piscinas Descobertas, um raio entre os 2 km e os 3 km a percorrer a pé, ou entre 15 a 20 minutos de transporte público, e um critério de programação de 0,04m²/habitante; e para as Salas de Desporto e pavilhões, um raio de 2 km a 4 km a percorrer a pé, ou entre 15 a 30 minutos de transporte público, e um critério de programação de 0,09m²/habitante.

Assim sendo, a acessibilidade à prática de actividade física e desportiva será definida, segundo L. Cunha (1997), como a maior ou menor facilidade com que um aluno pertencente a uma determinada AIP tem em aceder às instalações desportivas para a prática dessas mesmas actividades.

Procurando adaptar para o âmbito do nosso trabalho, de forma o mais simplificada possível, as indicações anteriormente apresentadas, decidimos classificar as instalações desportivas como acessíveis ou não, em função da sua localização relativamente às diferentes escolas que integram a rede do ensino escolar obrigatório no Concelho de Braga. De acordo com os objectivos do nosso trabalho – isto é, analisar a possibilidade de utilização das diferentes instalações localizadas no Concelho de Braga pelos alunos das escolas mais próximas para a realização das suas aulas de Educação Física ou de Expressão Físico Motora - considerámos como determinante que o tempo necessário para percorrer a distância entre os pontos de partida (i.e., a escola de origem dos alunos) e de chegada (i.e., a instalação em análise) não fosse superior a 10 minutos, porquanto esse é o tempo que normalmente é atribuído para os intervalos entre as diferentes aulas e que serve igualmente para os alunos se deslocarem entre os diferentes espaços nos quais têm aulas.

Nessa medida, atendendo a que conseguir deslocar de forma organizada e segura uma turma do ensino pré-primário da sua escola até uma qualquer instalação não é certamente o mesmo que fazê-lo com uma turma do 1º Ciclo, ou do 2º e 3º Ciclos, decidimos considerar perímetros de acesso distintos em função do grau de ensino das diferentes escolas.

Assim sendo, e após algumas experiências, considerámos que, de uma forma geral, em dez minutos a distância máxima possível de percorrer em segurança com uma turma de crianças do ensino Pré-Primário é de 250m, utilizando portanto essa distância para constituir os perímetros de acesso referentes às escolas desse grau de ensino. Seguindo o mesmo procedimento, foi estabelecida a distância de 500m para as escolas do 1º Ciclo e de 1000m para as escolas do 2º e 3º Ciclos. No caso destas escolas, considerámos inclusivamente a possibilidade de o percurso entre a escola e a instalação em causa se constituir já como componente da fase inicial da aula.

Segundo L. Cunha (1997), a acessibilidade ao desporto é influenciada por diferentes condicionalismos, que vão desde a localização das instalações desportivas em relação ao local de residência, passando pelo número de instalações que propiciem oportunidades de aceder a estas práticas, pela motivação, pelos hábitos e culturas, etc., fazendo com que certas comunidades ou povoações acedam mais facilmente à prática de actividades físicas e desportivas do que outras.

3.4. Processo de Recolha de dados

Inicialmente, esperávamos conseguir recolher todos os dados relativos à tipologia das instalações desportivas localizadas no Concelho de Braga através dos serviços autárquicos, ou mesmo através de estudos já realizados por instituições oficiais, como, por exemplo, o Centro de Estudos de Formação Desportiva.

Todavia, tal não foi possível, já que apesar da Câmara Municipal de Braga, entre outras medidas, ter sido das primeiras autarquias a constituir um gabinete de apoio ao desporto, e de ter neste momento em desenvolvimento um profundo trabalho de reorganização interna, visando uma futura resposta mais adequada às solicitações existentes neste domínio, não existe ainda uma Carta Desportiva Municipal a partir da qual seria possível recolher os dados que pretendíamos.

No que concerne ao CEFD, a circunstância de – tal como referimos no ponto 2.3.2, da revisão da literatura – os dados de alguns estudos desenvolvidos em áreas geográficas bem definidas terem encontrado resultados relativamente distintos dos referidos na Carta das Instalações Artificiais, elaborada por aquele organismo para as mesmas áreas, levou-nos a não optar por essa solução.

Nessa medida, foi necessário proceder à recolha destes dados através de entrevistas com os responsáveis pelas diferentes instalações, visitando cada uma delas. Foi igualmente durante estas visitas que foram recolhidos os dados relativos à taxa de ocupação habitual de cada uma das instalações, durante o período escolar; isto é, das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos.

Antes de realizarmos as visitas, contactámos os responsáveis telefonicamente solicitando a sua colaboração, e descrevendo os objectivos do nosso estudo. Curiosamente, alguns deles evidenciaram inicialmente algum desconforto relativamente ao facto de terem que indicar a taxa de ocupação habitual da instalação pela qual eram responsáveis; todavia, ao realizarmos a visita, e explicarmos de forma mais detalhada o contexto e os objectivos do nosso estudo, todos eles colaboraram de forma franca e eficiente, demonstrando uma simpatia notável.

Tal como indicámos anteriormente, os dados utilizados para a caracterização do Concelho de Braga (e.g., número de trabalhadores activos, densidade populacional, taxa de variação da população residente, indicadores sobre a habitação e a qualidade de vida, indicadores económicos, escolares e desportivos) foram prontamente cedidos pelos serviços camarários, após solicitação pessoal ao Vereador da Educação daquela Câmara. De sublinhar ainda que estes serviços nos cederam igualmente as informações que possuíam relativamente às instalações desportivas autárquicas, bem como os contactos dos seus responsáveis e presidentes de juntas de freguesia. De igual modo, o Departamento de

Informática disponibilizou os seus serviços para, após a nossa recolha, introduzir na sua base de dados todos os elementos recolhidos por forma a que a impressão dos mapas necessários para a continuação do nosso trabalho já contemplasse todos os elementos recolhidos. Este mesmo departamento forneceu-nos mapas detalhados das diferentes áreas geográficas que constituem o Concelho de Braga, a partir dos quais foi possível completar e actualizar as informações iniciais.

Para recolher os dados sobre as escolas e alunos do sistema de ensino público obrigatório do Concelho de Braga, bem como sobre as instalações desportivas escolares, contactámos os responsáveis pelo Centro da Área Educativa de Braga. Estes, porém, evidenciaram algumas dificuldades em corresponder completamente às nossas solicitações, designadamente em relação à exacta localização geográfica das diferentes instalações desportivas escolares bem como de todas as suas unidades de ensino. Nessa medida, decidimos visitar cada uma daquelas instalações, rectificando e actualizando no mapa respectivo a sua localização geográfica e completando a informação com entrevistas aos responsáveis locais (normalmente professores de educação física), inquirindo-os igualmente sobre a sua taxa habitual de ocupação.

4. RESULTADOS

4.1. Tipologia das instalações desportivas escolares e autárquicas

4.1.1. Dados totais

As instalações desportivas pertencentes aos sistemas escolar (a partir daqui designadas de Instalações Desportivas Escolares: IDE)¹ e autárquico (a partir daqui designadas de Instalações Desportivas Autárquicas: IDA), perfazem um total de 160 (ver quadro 4.1).

Quadro 4.1. Instalações desportivas escolares e autárquicas situadas no Concelho de Braga.

PROPRIEDADE	CAMPOS		SALA		PISCINA		PISTA	E.EXT.	INST.ESP.		TOTAL
	Grande	Pequeno	Pavilhão	Sala	Coberta	Desc.			C.Ténis	Outros	
ESCOLAS	-	1	3	2	1 ¹	-	-	12	-	-	19
AUTARQUIAS	49	58	7	1	4	8	1	-	8	5	141
TOTAL	49	59	10	3	5	8	1	12	8	5	160

Através da consulta ao quadro 4.1, é possível verificar que a maior parte das instalações desportivas são propriedade das autarquias. Na realidade, para cada IDE existem aproximadamente 7 IDA.

Ao considerarmos o número de instalações em função do número de estudantes matriculados nas escolas públicas do ensino obrigatório do Concelho de Braga (aproximadamente 21000), e atendendo a que as escolas apenas são proprietárias de 19 delas, constatamos a existência de um rácio de sensivelmente 1105 alunos por instalação desportiva. Naturalmente, porém, este rácio fica substancialmente diminuído se considerarmos, conjuntamente com as IDE, as IDA: passa para 131 alunos por instalação desportiva.

Quanto à tipologia das instalações desportivas, é possível verificar que a sua distribuição é pouco homogénea, já que enquanto os Grandes Campos e os Pequenos Campos de Jogos representam no seu conjunto 68% do total, Piscinas Cobertas, Salas de Desporto (a partir daqui designadas por Salas) e Pavilhões apenas correspondem a 11%. Em relação aos restantes tipos de instalações desportivas a sua representatividade é ainda mais reduzida, não atingindo em nenhum dos casos os 8%.

Se analisarmos a tipologia das instalações desportivas em função da instituição proprietária, verificamos igualmente a existência de uma elevada discrepância: dos mais de 100 Campos (Grandes e Pequenos) existentes no Concelho de Braga, apenas um pertence a uma escola; do mesmo modo, apenas uma das treze Piscinas pertence a uma escola. Porém, os doze Espaços Exteriores pertencem

Nota¹ - Foi considerada como fazendo parte do Sistema Escolar uma instalação que, apesar de privada, está ao serviço dos alunos de uma das escolas abrangidas neste estudo; mais especificamente, referimo-nos à piscina da C.S.Pª David e aos alunos do Externato Infante D. Henrique.

todos eles à estrutura desportiva escolar. Aliás, estas instalações constituem sensivelmente dois terços do parque desportivo escolar de Braga.

Finalmente, um outro dado possível de retirar a partir da consulta ao quadro 4.1, é o que se refere ao reduzido número de instalações desportivas cobertas existentes: apenas 18. Isto significa um rácio de mais de 1100 alunos por instalação desportiva coberta, das quais 72% são Salas e Pavilhões, e apenas 28% Piscinas.

4.1.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica

Conforme é possível confirmar a partir da consulta ao quadro 4.2, é evidente a existência de uma distribuição desproporcionada no que concerne ao número de instalações desportivas localizadas nas diferentes AIP's.

Na realidade, enquanto em cada uma das AIP's das EB_{2/3} de Celeirós, Francisco Sanches e Real estão localizadas entre 19 e 27 instalações desportivas, outras há nas quais o número de instalações desportivas não ultrapassa as 8 instalações. Mais especificamente, nas EB_{2/3} de Tadim, Cabreiros, Frei Caetano Brandão, Palmeira e do Externato Infante D. Henrique, o número de instalações desportivas é igual, ou mesmo inferior a 10.

Quanto à questão da propriedade das instalações desportivas, é possível verificar que, exceptuando os casos das AIP's da EB_{2/3} de Lamações e do Externato Infante D. Henrique (nas quais existem, em cada uma delas, 3 IDE), em cada AIP existem apenas 1 ou 2 IDE, maioritariamente descobertas. Aliás, uma instalação que existe em todas as AIP – sendo, nalgumas delas, a única - é precisamente a designada por Espaço Exterior.

No que concerne à localização das instalações desportivas cobertas, verificamos que mais de metade (i.e., 3 Salas, 4 Pavilhões e 4 Piscinas) estão concentradas em apenas quatro das AIP's: EB_{2/3} de André Soares, EB_{2/3} de Francisco Sanches, EB_{2/3} de Lamações e EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão. Deste modo, nalgumas AIP's, nomeadamente nas AIP's das EB_{2/3} de Celeirós, Gualtar e Nogueira não existe uma única instalação desportiva coberta, situação que inclusivamente parece apenas poder vir a modificar-se com alguma brevidade no caso da EB_{2/3} de Gualtar, já que aí está a ser concluída a construção de um Pavilhão.

Quadro 4.2. Instalações desportivas escolares e autárquicas situadas no Concelho de Braga, por Área de Influência Pedagógica.

AIP	Propriedade	G. C.	P. C.	Pavilhão	Sala	Pis.cob	Pis.desc	Pista	E. Ex	C.Ténis	Outras	Total
EB _{2/3} André Soares	Escola	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
	Autarquia	4	4	1	-	-	1	1	-	-	-	11
EB _{2/3} Cabreiros	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	5
EB _{2/3} Celeirós	Escola	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
	Autarquia	5	10	-	-	-	1	-	-	1	-	17
EB _{2/3} F. Sanches	Escola	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2
	Autarquia	4	10	-	1	2	1	-	-	3	4	25
EB _{2/3} Gualtar	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-	10
EB _{2/3} Lamações	Escola	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	3
	Autarquia	4	3	-	-	1	1	-	-	1	1	11
EB _{2/3} F.C. Brandão	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	3	2	1	-	1	-	-	-	-	-	7
EB _{2/3} Nogueira	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	11
EB _{2/3} Palmeira	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	1	4	1	-	-	-	-	-	-	-	6
EB _{2/3} Real	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	8	7	2	-	-	3	-	-	3	-	23
Ext. I.D.Henrique	Escola	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	3
	Autarquia	3	2	-	-	-	1	-	-	-	-	6
EB _{2/3} Tadim	Escola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Autarquia	3	5	1	-	-	-	-	-	-	-	9
Total		49	59	10	3	5	8	1	12	8	5	160

Também quanto ao rácio entre o número de alunos matriculados em cada AIP e o número de instalações desportivas aí localizadas se verifica que o cenário não é idêntico para as diferentes AIP's (ver quadro 4.3).

Efectivamente, e se considerarmos apenas as IDE, verificamos que as AIP's das EB_{2/3} de André Soares, Gualtar, Frei Caetano Brandão, Real, Nogueira, Francisco Sanches e Palmeira, apresentam um rácio superior a 1200 alunos por instalação; porém, noutras, como as AIP's das EB_{2/3} de Tadim e Lamações e do Externato Infante D. Henrique, aquele rácio é aproximadamente igual ou inferior a 600 alunos por instalação.

Incluindo nesta análise as IDA, os rácios diminuem naturalmente de forma substancial, conforme é possível verificar igualmente através de uma consulta ao quadro 4.3. Todavia, mantém-se a desproporcionalidade anteriormente sublinhada. Ou seja, enquanto no caso das AIP's das EB_{2/3} de André

Soares, Frei Caetano Brandão e Palmeira o rácio é aproximadamente igual ou superior a 200 alunos por instalação, no caso das AIP's das EB_{2/3} de Tadim e Celeirós o respectivo rácio é de sensivelmente um terço daquele valor.

Quadro 4.3 Rácio de alunos por instalação desportiva escolar, e por total de instalações, em cada AIP,

AIP	Propriedade	Total Instalações	Total Alunos	Rácio Alunos/Inst.Esc.	Rácio Alunos/Total Inst.
EB _{2/3} André Soares	Escola	2	3721	1861	286
	Autarquia	11			
EB _{2/3} Cabreiros	Escola	1	978	978	163
	Autarquia	5			
EB _{2/3} Celeirós	Escola	2	1505	753	79
	Autarquia	17			
EB _{2/3} Franc. Sanches	Escola	2	2960	1480	110
	Autarquia	25			
EB _{2/3} Gualtar	Escola	1	1322	1322	120
	Autarquia	10			
EB _{2/3} Lamações	Escola	3	1402	467	100
	Autarquia	11			
EB _{2/3} Frei C. Brandão	Escola	1	1722	1722	215
	Autarquia	7			
EB _{2/3} Nogueira	Escola	1	1506	1506	126
	Autarquia	11			
EB _{2/3} Palmeira	Escola	1	1333	1333	190
	Autarquia	6			
EB _{2/3} Real	Escola	1	2541	1241	106
	Autarquia	23			
Ext. Infante D. Henrique	Escola	3	1233	411	137
	Autarquia	6			
EB _{2/3} Tadim	Escola	1	661	661	66
	Autarquia	9			
TOTAL		160	20884	1099	148

4.2. Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares e autárquicas

4.2.1. Dados totais

Neste ponto, são apresentados e analisados os dados relativos às taxas de ocupação das diferentes instalações desportivas anteriormente referidas. De salientar, porém, que, atendendo aos objectivos do presente estudo, apenas nos concentrámos na ocupação daquelas instalações desportivas durante o horário escolar; ou seja, entre as 8.30 horas e as 18.30 horas.

Uma primeira consulta ao quadro 4.4 permite verificar que se analisarmos a taxa de ocupação das instalações em função da sua propriedade, deparamos com duas situações substancialmente distintas. Ou seja, enquanto as IDE têm habitualmente uma ocupação máxima – a única excepção corresponde a um Pequeno Campo situado numa escola do 1º Ciclo – mais de 80% das IDA encontram-se, durante o período escolar, completamente disponíveis.

Quadro 4.4. Taxa de ocupação das instalações desportivas escolares e autárquicas no Concelho de Braga .

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicas					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	42	-	-	-	7	42	-	-	-	7
Pequeno Campo	-	1	-	-	-	-	58	-	-	-	-	58	1	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	7	-	-	-	-	10
Sala	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	3	-	1	-	-	4
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Campo de Ténis	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8	-	-	-	-
Espaço Exterior	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Outra	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-
TOTAL	-	1	-	-	-	18	121	2	-	-	18	121	3	-	-	36

Ao analisarmos os resultados da ocupação habitual das diferentes instalações em função da sua tipologia, verificamos, por exemplo, que, de uma forma geral, os Grandes Campos de Jogos, todos eles propriedade das autarquias, apresentam uma taxa de ocupação bastante reduzida. Ou seja, quase 90% não são sequer utilizados durante as horas anteriormente indicadas.

Também os Pequenos Campos de Jogos se encontram quase todos completamente disponíveis durante o horário escolar, porquanto o único que é normalmente utilizado durante este período, tem uma ocupação bastante reduzida; aliás, o campo que tem alguma utilização é precisamente o único dos 59 Pequenos Campos que pertence à estrutura escolar e não à autárquica.

Ainda no que concerne a instalações desportivas descobertas, verificamos que praticamente todas elas são muito pouco utilizadas durante o horário escolar. Ou seja, se exceptuarmos as instalações desportivas designadas por Espaços Exteriores, que se situam nas diversas escolas e têm normalmente uma ocupação máxima, em todos os outros casos (i.e., Pistas de Atletismo, Campos de Ténis, Piscinas Descobertas e Outras) a taxa de ocupação normal varia entre 0% e 25%. Inclusivamente, das 22 instalações que configuram esta tipologia, 21 costumam estar completamente disponíveis.

Quanto às instalações desportivas cobertas, o panorama é diametralmente oposto, já que tanto as Salas, como os Pavilhões e as Piscinas Cobertas apresentam normalmente uma taxa de ocupação máxima.

4.2.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica

Ao analisarmos a taxa de ocupação das instalações desportivas localizadas na AIP da EB_{2/3} de André Soares (ver quadro 4.5), verificamos que enquanto as IDE apresentam normalmente uma ocupação máxima o mesmo não se passa com as IDA, já que metade destas – fundamentalmente, Pequenos Campos - costumam estar claramente disponíveis durante o horário escolar.

Quadro 4.5. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de André Soares.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Pequeno Campo		-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Pavilhão		-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1
Sala		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta		-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pista de Atletismo		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Campos de Ténis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores		-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Também na AIP da EB_{2/3} de Cabreiros (ver quadro 4.6), a única IDE existente é normalmente utilizada no máximo da sua capacidade. Ao invés, à excepção do Pavilhão de Sequeira, nenhuma das IDA que aí se situam costuma ser utilizada durante o horário escolar.

Na AIP da EB_{2/3} de Celeirós (ver quadro 4.7), uma vez mais, nenhuma das IDA é utilizada durante o período escolar. Quanto às IDE, o Espaço Exterior é normalmente utilizado no máximo da sua capacidade, enquanto o Pequeno Campo situado numa escola do 1º Ciclo tem apenas uma utilização ligeira durante o horário escolar.

Quadro 4.6. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Cabreiros.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Também na AIP da EB_{2/3} de Nogueira (ver quadro 4.12), a única IDE existente apresenta habitualmente uma taxa de ocupação máxima, ao contrário das IDA que costumam estar completamente disponíveis durante o horário escolar.

Quadro 4.7. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Celeirós.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	1	-	-	-	-	10	-	-	-	-	10	1	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Também relativamente à AIP da EB_{2/3} de Francisco Sanches (ver quadro 4.8), a análise dos resultados revelou que as IDE apresentam habitualmente uma utilização máxima, não acontecendo o mesmo com as IDA. Destas, apenas aproximadamente 20% são habitualmente ocupadas com actividades durante o período escolar, encontrando-se completamente livres as restantes: Pequenos e Grandes Campos, Piscina Descuberta, Campos de Ténis e Campos de Voleibol em terra batida (indicados no quadro como Outras).

Quadro 4.8. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Francisco Sanches.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	2	-	-	-	2
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	10	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sala	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Gualtar (ver quadro 4.9), a única IDE existente é normalmente utilizada no máximo da sua capacidade. Ao contrário, nenhuma das IDA aí localizadas são habitualmente utilizadas durante o horário escolar.

Quadro 4.9. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Gualtar.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Lamações (ver quadro 4.10), as IDE são normalmente utilizadas na sua capacidade máxima, ao contrário do que se verifica com as IDA, das quais apenas a Piscina Coberta é ligeiramente utilizada. Assim, encontram-se completamente disponíveis, durante o horário escolar, 10 instalações desportivas, das quais cerca de 70% correspondem a campos.

Quadro 4.10. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Lamações.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Piscina Descuberta	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão (ver quadro 4.11), a única IDE e 60% das IDA são habitualmente utilizadas na sua capacidade máxima. Ainda assim, 4 IDA – Grandes e Pequenos Campos – costumam estar completamente livres durante o horário escolar.

Quadro 4.11. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	2	-	-	-	1
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Também na AIP da EB_{2/3} de Nogueira (ver quadro 4.12), a única IDE existente apresenta habitualmente uma taxa de ocupação máxima, ao contrário das IDA que costumam estar completamente disponíveis durante o horário escolar.

Quadro 4.12. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Nogueira.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Palmeira (ver quadro 4.13), a única IDE em funcionamento – a outra IDE situada nesta AIP está ainda em construção, não tendo sido, por isso, incluída na nossa análise – apresenta habitualmente uma taxa de utilização máxima. Quanto às IDA, o panorama é distinto: a instalação desportiva coberta apresenta igualmente uma taxa máxima de ocupação mas as restantes cinco (que são descobertas) estão normalmente livres.

Quadro 4.13. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Palmeira.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Real (ver quadro 4.14), a única IDE costuma estar completamente ocupada. Quanto às IDA, o panorama é o seguinte: as únicas que são cobertas (i.e., dois Pavilhões) têm igualmente uma taxa máxima de ocupação, mas as descobertas (i.e., três Piscinas, quinze Campos e três Campos de Ténis) não são normalmente utilizadas durante o período escolar.

Quadro 4.14. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Real.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	8	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	7	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Na AIP do Externato Infante D. Henrique (ver quadro 4.15), as IDE ao serviço da escola apresentam normalmente uma taxa máxima de ocupação. No que concerne às IDA, a situação é completamente contrária: a taxa normal de utilização dos diversos Campos e Piscina aí localizados é habitualmente nula.

Quadro 4.15. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP do Externato Infante D. Henrique.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Na AIP da EB_{2/3} de Tadm (ver quadro 4.16), a única IDE é habitualmente utilizada no máximo da sua capacidade. No que concerne às IDA localizadas nesta AIP, apenas o Pavilhão apresenta uma ocupação máxima. As outras instalações (i.e., três Grandes Campos e cinco Pequenos Campos) não têm habitualmente qualquer utilização durante o horário escolar.

Quadro 4. 16. Taxa de ocupação das instalações localizadas na AIP da EB_{2/3} de Tadm.

Instalações	Taxa de ocupação	Escolares					Autárquicos					TOTAL				
		0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%	0%	25%	50%	75%	100%
Grande Campo	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Pequeno Campo	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Pavilhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Sala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Coberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piscina Descoberta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Ténis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espaços Exteriores	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em suma, procedendo a uma análise global aos dados relativos à taxa de ocupação das instalações desportivas em função da sua localização(i.e. AIP) e tipologia, verificamos que os únicos Grandes Campos que são normalmente utilizados estão localizados nas AIP's das EB_{2/3} de André Soares, Francisco Sanches e Frei Caetano Brandão, situadas no centro ou na periferia da cidade de Braga. Todos os outros estão completamente disponíveis durante o horário escolar.

Quanto aos Pequenos Campos, o panorama é completamente idêntico entre as diferentes AIP's nas quais eles se situam: estão todos completamente disponíveis.

No que se refere aos Pavilhões, a realidade é porém completamente contrária: retirando os casos em que a sua construção não está ainda concluída (EB_{2/3} de Gualtar, EB_{2/3} de Cabreiros e EB_{2/3} de Palmeira), e que por essa mesma razão não integraram a nossa análise, todos têm uma ocupação habitual máxima.

A taxa de utilização das Piscinas Cobertas é bastante semelhante à dos Pavilhões, porquanto se encontra muito próxima do seu ponto máximo: apenas no caso da Piscina que pertence à autarquia da EB_{2/3} de Lamações a utilização não é de 100%.

Ao invés, porém, nenhuma das Piscinas Descobertas é normalmente utilizada durante o período escolar. No mesmo sentido, também nenhuma das outras IDA descobertas – Campos de Ténis e Outras

instalações – é habitualmente utilizada durante o período escolar. A única exceção reporta-se à Pista de Atletismo, localizada na AIP da EB_{2/3} de André Soares, que ainda assim apresenta normalmente uma utilização bastante reduzida.

Finalmente, no que se refere aos Espaços Exteriores, a taxa de ocupação habitual é bastante diferente da verificada em relação às outras instalações descobertas. Ou seja, estas instalações, situadas no interior das próprias escolas, apresentam habitualmente uma taxa de ocupação máxima.

4.3. Acessibilidade das instalações desportivas escolares e autárquicas relativamente às escolas

4.3.1. Dados totais

Apresentam-se agora os dados sobre a acessibilidade das IDE e IDA referidas ao longo deste trabalho relativamente às diferentes escolas que integram a rede escolar pública do ensino obrigatório do concelho de Braga.

De recordar que, em concordância com os objectivos do nosso trabalho, para classificar como acessíveis as instalações desportivas considerámos diferentes critérios em função do tipo de escola em questão: 250 metros para as escolas do pré-primário; 500 metros para as escolas do 1º Ciclo; e 1000 metros para as escolas dos 2º e 3º Ciclos. Nesse sentido, quando referimos que uma instalação desportiva não é acessível a uma escola, tal significa tão somente que ela se situa a mais do que a distância anteriormente indicada para esse tipo de escola, e não que ela é completamente inacessível a partir dessa escola.

Ao analisarmos globalmente os dados relativos a todo o concelho de Braga (ver quadro 4.17), constatamos que as escolas que têm no seu perímetro de acesso mais instalações desportivas são claramente as do 2º e 3º Ciclos, seguidas pelas do 1º Ciclo, com as do Pré-Primário, de uma forma geral, a terem acesso a muito poucas instalações desportivas.

De facto, enquanto as 12 escolas dos 2º e 3º Ciclos têm no seu perímetro de acesso 73 instalações desportivas, as 52 escolas Pré-Primárias apenas têm junto de si 44 instalações desportivas. Numa situação intermédia, estão as 90 escolas do 1º Ciclo que, no seu conjunto, têm acesso a 142 instalações desportivas. Ainda a este propósito, de destacar que o facto de, por exemplo, referirmos que as 52 escolas do Pré-Primário têm localizadas junto de si 44 instalações desportivas não significa que apenas 8 delas não tenham acesso a qualquer instalação desportiva, já que algumas têm no seu perímetro de acesso mais do que uma instalação desportiva. O mesmo se passa para as escolas do 1º Ciclo, mas não para as do 2º e 3º Ciclos, porquanto todas estas têm acesso a instalações desportivas.

Também no que concerne à tipologia das instalações desportivas às quais têm acesso, as escolas do ensino Pré-Primário usufruem de uma situação claramente inferior às escolas dos outros níveis de ensino. Por exemplo, nenhuma das escolas do Pré-Primário tem acesso a Piscinas Cobertas, Salas, ou Campos de Ténis, e apenas duas delas têm acesso a Pavilhões, Piscinas Descobertas ou Espaços Exteriores. Por outras palavras, em quase todas as situações, as únicas instalações desportivas

a que as escolas do pré-primário têm acesso são Grandes e Pequenos Campos de Jogos. Entre as escolas do 1º Ciclo e as dos 2º e 3º Ciclos as diferenças não são, pelo menos aparentemente, tão marcadas. Ainda assim, se considerarmos que as primeiras são quase oito vezes mais do que as segundas, constatamos que estas proporcionalmente têm não só acesso a mais instalações desportivas mas também a instalações desportivas mais adequadas às suas necessidades (e.g., Pavilhões, Piscinas Cobertas, Salas e Espaços Exteriores).

Quadro 4.17. Acessibilidade das instalações desportivas escolares e autárquicas relativamente às escolas do Concelho de Braga.

Instalação	distância	Escolares			Autárquicas			TOTAL		
		P.Prim 250m	1ºciclo 500m	2-3ºciclo 1000m	P.Prim 250m	1ºciclo 500m	2-3ºciclo 1000m	P.Prim 250m	1ºciclo 500m	2-3ºciclo 1000m
Grande Campo		---	---	---	10	29	12	10	29	12
Pequeno Campo		2	1	1	26	54	24	28	55	25
Pavilhão		---	3	3	2	8	4	2	11	7
Sala		---	2	2	---	1	1	---	3	3
Piscina Coberta		---	1	1	---	5	3	---	6	4
Piscina Descoberta		---	---	---	2	11	3	2	11	3
Pista de Atletismo		---	---	---	---	---	1	---	---	1
Campo de Ténis		---	---	---	---	13	6	---	13	6
Espaço Exterior		2	14	12	---	---	---	2	14	12
Outra										
TOTAL		4	21	19	40	121	54	44	142	73

4.3.2. Dados em função da Área de Influência Pedagógica

Ao analisarmos os dados relativos à AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares (ver quadro 4.18 e Figura 4.1) verificamos que nenhum dos quatro Grandes Campos se situa próximo de mais do que uma escola; ainda assim, normalmente, qualquer um destes campos está completamente ocupado durante o período escolar.

Porém, ao contrário, três dos quatro Pequenos Campos situados nesta AIP situam-se dentro da área de acesso de, pelo menos, duas escolas (o outro Pequeno Campo, da Quinta da Capela, não se encontra acessível a nenhuma escola); para além disso, todos estes campos estão normalmente desocupados durante todo o período escolar.

Relativamente aos Pavilhões, temos duas situações relativamente distintas: enquanto o Pavilhão Escolar se encontra acessível a 3 escolas, mas totalmente ocupado durante o período escolar, o Pavilhão do Académico Basket Club (ABC) apenas está próximo de uma escola, e apresenta uma ocupação elevada mas não máxima.

Quadro 4.18. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
Autárquicas				
G. Cp 1º Maio	100%	---	---	1
G. Cp Ponte	100%	---	---	1
G. Cp Camélia 1	100%	---	1	---
G. Cp Camélia 2	100%	---	1	---
P. Cp Fajal	0%	1	1	1
P. Cp Patronato	0%	---	2	---
P. Cp Carvalheiras	0%	1	2	---
P. Cp Q ^{ta} da Capela	0%	---	---	1
Pav. do ABC	75%	---	---	1
Pista de Atletismo	25%	---	---	1
Pisc. Desc. Rodovia	0%	---	1	1
Escolares				
Pavilhão Escolar	100%	---	2	1
Espaço Exterior	100%	---	2	1

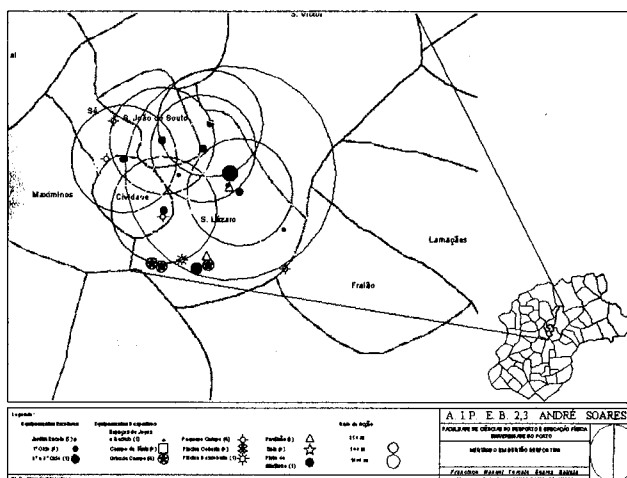


Figura 4.1. AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Quanto às outras instalações desportivas, temos, por um lado, o Espaço Exterior, acessível a três escolas mas completamente ocupado durante o período escolar e, por outro lado, a Piscina Descoberta, acessível a duas escolas mas completamente desocupada e a Pista de Atletismo, acessível a uma escola mas praticamente desocupada.

Ainda no que respeita à AIP da Escola EB_{2/3} de André Soares, a consulta à figura 4.1. permite verificar que cinco das doze escolas desta AIP não têm acesso a qualquer instalação desportiva (três do Pré-Primário e duas do 1º Ciclo). Para além disso, importará igualmente sublinhar que apenas três das mesmas doze escolas têm acesso a instalações desportivas cobertas (duas do 1º Ciclo e a dos 2º e 3º Ciclos).

A análise dos dados relativos à AIP da Escola EB_{2/3} de Cabreiros (ver quadro 4.19. e Figura 4.2) revelou que apenas o Pavilhão e o Espaço Exterior, acessíveis a uma e duas escolas respectivamente, se encontram normalmente ocupados. Todas as outras instalações desportivas costumam estar completamente desocupadas.

No que concerne aos Campos, verificámos que enquanto apenas um dos dois Grandes Campos está acessível a uma escola - o outro não está acessível a nenhuma - os dois Pequenos Campos estão acessíveis a, pelo menos, duas escolas cada um.

A consulta à Figura 4.2. permite ainda verificar que, das sete escolas que constituem esta AIP, apenas uma (do 1º Ciclo) não tem acesso a qualquer instalação desportiva, mas também apenas uma (do

1º Ciclo) tem acesso à instalação desportiva coberta. Ou seja, também nesta AIP, a escola do 2º e 3º Ciclos não tem acesso a qualquer instalação desportiva coberta.

Quadro 4.19. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB_{2/3} de Cabreiros,

Instalações	Ocup.	P.P.		
		250m	500m	1000m
Autárquicas				
G. Cp Cabreiros	0%	---	---	1
G. Cp Sequeira	0%	---	---	---
P. Cp Passos S.Julião	0%	1	1	---
P. Cp Cabreiros	0%	1	1	1
Pav. Sequeira	100%	---	1	---
Escolares				
Espaço Exterior	100%	---	1	1

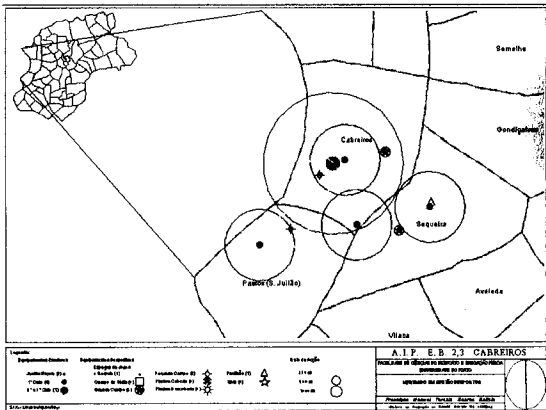


Figura 4.2. AIP da Escola EB_{2/3} de Cabreiros. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Na AIP da Escola EB_{2/3} de Celeirós (ver quadro 4.20. e Figura 4.3), apenas o Espaço Exterior, situado no perímetro de acesso de três escolas, é normalmente utilizado; todas as outras dezoito instalações desportivas, propriedade da autarquia, se encontram normalmente desocupadas durante o período escolar.

Quadro 4.20. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB_{2/3} de Celeirós,

Instalações	Ocup.	P.P.		
		250m	500m	1º 2º-3º 1000m
Autárquicas				
G. Cp Celeirós	0%	1	1	---
G. Cp Santana Vimeiro	0%	1	1	---
G.Cp Penso S.Vicente	0%	---	---	---
G.Cp Guisande	0%	---	1	---
G. Cp Tebosa	0%	---	1	---
P. Cp Celeirós 1	0%	1	1	---
P. Cp Celeirós 2	0%	---	1	1
P. Cp Santana Vimeiro	0%	1	1	---
P. Cp Figueiredo	0%	1	1	---
P. Cp Lamas	0%	---	1	---
P. Cp Penso S.Vicente	0%	---	1	---
P. CpPenso S.Estevão	0%	---	1	---
P. Cp Tebosa	0%	---	1	---
P. Cp Oliveira S.Pedro	0%	---	---	---
P. Cp Escudeiros	0%	---	1	---
P. Cp Esc. 1º Ciclo	0%	1	1	1
Pisc Desc. Lamas	0%	---	1	---
C. Ténis Escudeiros	0%	---	1	---
Escolares				
Espaço Exterior	100%	1	1	1

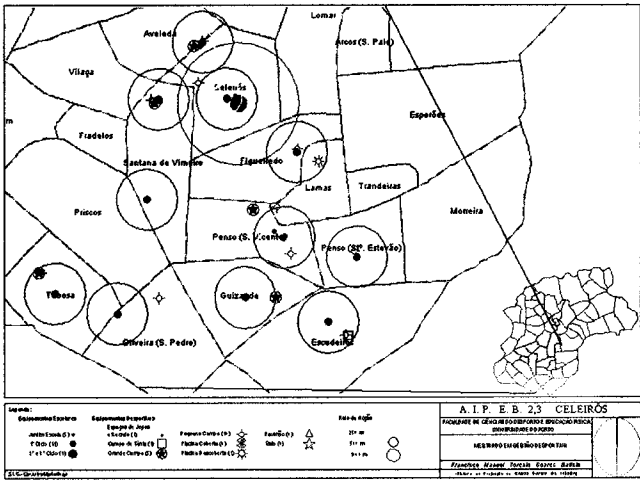


Figura 4.3. AIP da Escola EB_{2/3} de Celeirós. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

De todas as instalações desportivas localizadas nesta AIP, apenas o Grande Campo de Penso S. Vicente e o Pequeno Campo de Oliveira S. Pedro não estão acessíveis a, pelo menos, uma escola. Em situação oposta, encontra-se o Pequeno Campo da Escola do 1º Ciclo, acessível a três escolas, bem como os Grandes Campos de Celeirós e de Santana de Vimeiro e os Pequenos Campos de Figueiredo e de Santana de Vimeiro, localizados no perímetro de acesso de duas escolas. Todas as outras instalações desportivas estão acessíveis a apenas uma escola.

Ao analisarmos a Figura 4.3, podemos ainda constatar que das dezoito escolas que integram esta AIP apenas três delas (uma do Pré-Primário, e duas do 1º Ciclo) não têm no seu perímetro de acesso nenhuma instalação desportiva; quanto às instalações desportivas cobertas, nenhuma das escolas tem acesso a elas, já que esta AIP não possui nenhuma instalação desportiva com esta tipologia.

Na AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches, nenhum dos quatro Grandes Campos ali localizados (dois deles completamente ocupados e os outros dois completamente desocupados, durante o período escolar) se encontra acessível a mais do que uma escola (ver quadro 4.21. e Figura 4.4).

Quadro 4.21. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches.

Instalações	Ocup.	P.P.	1º	2º-3º
		250m	500m	1000m
Autárquicas				
G. Cp Rodovia 1	0%	---	---	1
G. Cp Rodovia 2	100%	---	---	1
G. Cp Rodovia 3	100%	---	---	1
G. Cp B. Miseric.	0%	---	1	---
P. Cp R. Baixo	0%	1	2	1
P. Cp S ^{ta} Tecla	0%	---	2	---
P. Cp Q ^{da} Fontes	0%	2	2	1
P. Cp Amoreiras	0%	1	2	---
P. Cp Enguardas	0%	---	1	---
P. Cp Rodovia 1	0%	---	---	1
P. Cp Rodovia 2	0%	---	---	1
P. Cp Rodovia 3	0%	---	---	1
P. Cp Rodovia 4	0%	---	---	1
P. Cp S. Vicente	0%	1	2	1
Sala Rodovia	100%	---	1	1
Pisc.Cob.Rodovia 1	100%	---	2	1
Pisc.Cob.Rodovia 2	100%	---	2	1
Pisc.Desc.Rodovia	0%	---	2	1
C. Ténis Rodovia 1	0%	---	2	1
C. Ténis Rodovia 2	0%	---	2	1
C. Ténis Rodovia 3	0%	---	2	1
Outras	0%	---	---	1
Escolares				
Sala	100%	---	2	1
Espaço Exterior	100%	---	2	1

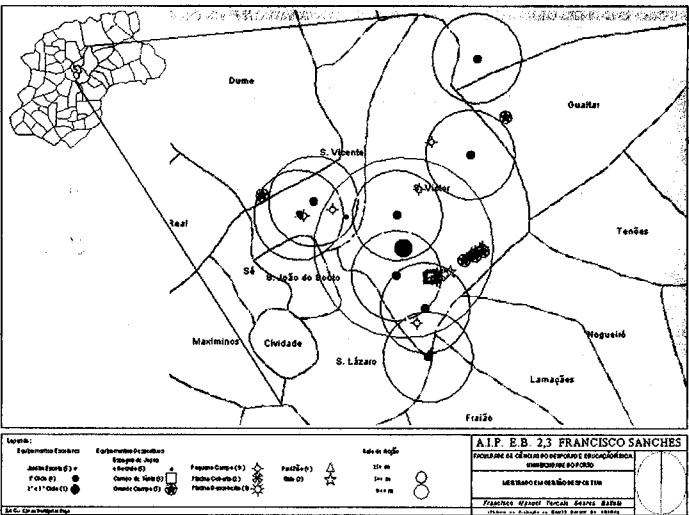


Figura 4.4. AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Quanto aos Pequenos Campos, todavia, a situação é diferente. Ou seja, apesar de todos eles se encontrarem habitualmente desocupados durante o período escolar, metade dos dez campos desta AIP estão acessíveis a, pelo menos, duas escolas; aliás, três deles estão mesmo acessíveis a quatro ou mais escolas.

Tanto as três Piscinas como os três Campos de Ténis localizados no Complexo da Rodovia estão acessíveis a três escolas; no entanto, de todas estas instalações desportivas, apenas as Piscinas Cobertas costumam estar completamente ocupadas durante o período escolar, estando todas as outras completamente disponíveis durante esse mesmo horário.

Do mesmo modo, também os quatro Campos de Voleibol, com piso de terra batida, que integram o Complexo da Rodovia costumam estar completamente livres; porém, a sua localização é ligeiramente distinta da das instalações desportivas anteriormente referidas, apenas se encontrando acessíveis a uma escola. Relativamente à outra instalação desportiva coberta que integra o Complexo da Rodovia, a Sala, a sua localização é próxima de duas escolas mas a sua ocupação é normalmente total.

O mesmo cenário se verifica para as IDE: a sua localização torna-as acessíveis a três escolas, mas a sua ocupação habitual durante o período escolar é máxima.

Finalmente, a análise da Figura 4.4. permite ainda constatar que, das catorze escolas da AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches, apenas três (duas do Pré-Primário e uma do 1º Ciclo) não têm acesso a qualquer instalação desportiva, mas que as instalações cobertas que ali se localizam apenas estão acessíveis igualmente a três escolas (duas do 1º Ciclo e a dos 2º e 3º Ciclos).

Também na AIP da Escola EB_{2/3} de Gualtar (ver quadro 4.22. e Figura 4.5), o Espaço Exterior, acessível a quatro escolas, é a única instalação desportiva habitualmente ocupada durante o período escolar.

Na realidade, nenhuma das outras dez instalações desportivas - exclusivamente Campos de Jogos - costuma estar ocupada durante deste horário. No entanto, sete delas situam-se no perímetro de acesso de, pelo menos, uma escola; uma delas (i.e. Pequeno Campo de Gualtar) está mesmo acessível a três escolas.

Através de uma consulta à Figura 4.5, podemos igualmente constatar que, das catorze escolas desta AIP, cinco (duas do Pré-Primário, e três do 1º Ciclo) não têm no seu perímetro de acesso nenhuma

Quanto à outra Piscina situada nesta AIP, apesar de a sua taxa de ocupação ser reduzida, a sua localização não a torna acessível a nenhuma escola, o mesmo se passando relativamente ao Campo de Ténis e ao Campo de Voleibol, com piso de terra batida.

Ao contrário, qualquer um dos três Pequenos Campos, igualmente desocupados, se encontra acessível a uma ou mais escolas; o de Lamações encontra-se mesmo no perímetro de acesso de quatro escolas diferentes, enquanto o de Tenões está acessível a duas escolas.

No que concerne às IDE, ainda que a sua localização apenas as coloque ao alcance de uma escola, a sua taxa de ocupação normal é máxima.

Finalmente, de referir que das quinze escolas que integram esta AIP nove escolas (cinco do Pré-Primário e quatro do 1º Ciclo) não têm acesso a qualquer instalação desportiva e que apenas a escola do 2º e 3º Ciclos tem acesso a instalações desportivas cobertas (ver Figura 4.6).

Apenas uma das oito instalações desportivas localizadas na AIP da Escola EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão se situa no perímetro de acesso de mais do que uma escola: o Pequeno Campo de Ferreiros, acessível a três escolas (ver quadro 4.24. e Figura 4.7); todavia, a sua utilização habitual durante o período escolar é nula.

Quadro 4.24. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da Escola EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
<i>Autárquicas</i>				
G.Cp Semelhe	0%	---	1	---
G.Cp Gondizalves	0%	---	1	---
G.Cp Maximinos	100%	---	---	1
P.Cp Penedo	0%	---	---	1
P.Cp Ferreiros	0%	1	1	1
Pav. Maximinos	100%	---	---	1
Pisc Cob.Maximinos	100%	---	---	1
<i>Escolares</i>				
Espaço Exterior	100%	---	---	1

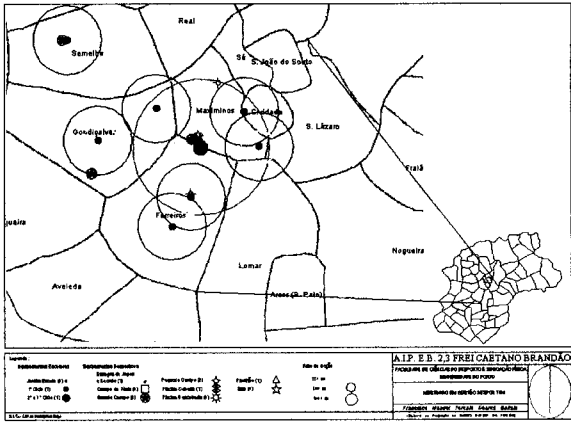


Figura 4.7. AIP da Escola EB_{2/3} de Frei Caetano Brandão. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Quanto às outras sete instalações desportivas, acessíveis apenas a uma escola, temos duas situações distintas: enquanto os Grandes Campos de Semelhe e Gondizalves, e o Pequeno Campo de

Penedo estão normalmente desocupados, tanto as instalações desportivas de Maximinos (Grande Campo, Pavilhão e Piscina Coberta) como o Espaço Exterior costumam estar completamente ocupados.

Ainda a propósito desta AIP, de destacar que, das suas dez escolas, seis (duas do pré-primário e quatro do 1º Ciclo) não têm acesso a qualquer instalação desportiva e apenas a do 2º e 3º Ciclo tem acesso a instalações desportivas cobertas.

A exemplo do verificado noutras AIP^s anteriormente analisadas, também na AIP da Escola EB_{2/3} de Nogueira (ver quadro 4.25. e Figura 4.8) apenas o Espaço Exterior, acessível a duas escolas, costuma ser utilizado durante o período escolar. Todas as outras instalações desportivas costumam estar completamente disponíveis.

No que concerne exclusivamente à sua localização relativamente às escolas, verificámos que exceptuando os Grandes Campos de Nogueira e de Arcos - S. Paio, que não se encontram acessíveis a nenhuma escola, todas as outras instalações desportivas se situam no perímetro de acesso de uma ou mais escolas. De entre elas, de destacar o Pequeno Campo de Agrinha, acessível a quatro escolas, bem como o Pequeno Campo da Escola do 1º Ciclo e o Grande Campo de Lomar, acessíveis a três escolas.

Quadro 4.25. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB_{2/3} de Nogueira.

Instalações	Ocup.	P.P.		
		250m	500m	1000m
<i>Autárquicas</i>				
G. Campo Nogueira	0%	----	----	----
G. Campo Lomar	0%	1	1	1
G. Campo Arcos S. Paio	0%	----	----	----
G. Campo Esporões	0%	1	1	----
G. Campo Trandeiras	0%	1	1	----
G. Campo Morreira	0%	----	1	----
P. Campo Agrinha	0%	1	2	1
P. Campo Escola 1º Ciclo	0%	1	1	1
P. Campo Lomar	0%	1	1	----
P. Campo Esporões	0%	1	1	----
P. Campo Trandeiras	0%	1	1	----
<i>Escolares</i>				
Espaço Exterior	100%	----	1	1

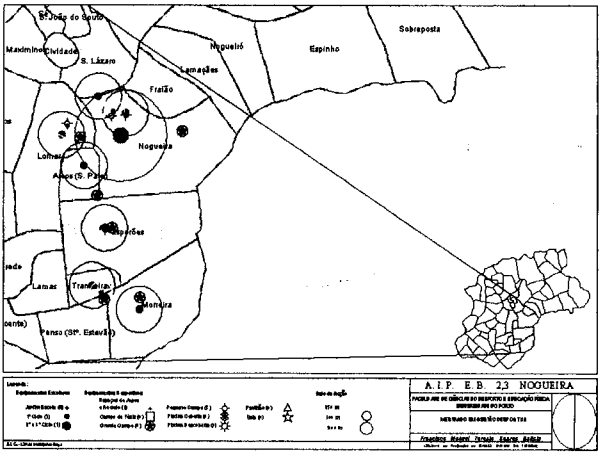


Figura 4.8. AIP da Escola EB_{2/3} de Nogueira. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Ao analisarmos os dados relativos à AIP da Escola EB_{2/3} de Palmeira (ver quadro 4.26. e Figura 4.9), verificamos que apenas o Pequeno Campo do lugar de S. Sebastião não se encontra acessível a nenhuma escola; todas as outras sete instalações desportivas ali localizadas se encontram acessíveis a,

pelo menos, duas escolas. O Pavilhão de Adaúfe encontra-se mesmo acessível a três escolas, costumando estar completamente ocupado durante o período escolar. Aliás, para além do Espaço Exterior, apenas este Pavilhão costuma ser utilizado durante este horário; todas as outras instalações desportivas estão normalmente desocupadas.

Quadro 4.26. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP da EB_{2/3} de Palmeira.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
<i>Autárquicas</i>				
G. Cp Lg. Póvoa	0%	1	1	---
P. Cp Lg. Póvoa	0%	1	1	---
P. Cp Lg. Assento	0%	---	1	1
P. Cp Lg. S. Sebastião	0%	---	---	---
P. Cp Bº B. Augusta	0%	1	1	---
Pav. Adaúfe	100%	1	2	---
<i>Escolares</i>				
Espaço Exterior	100%	---	1	1

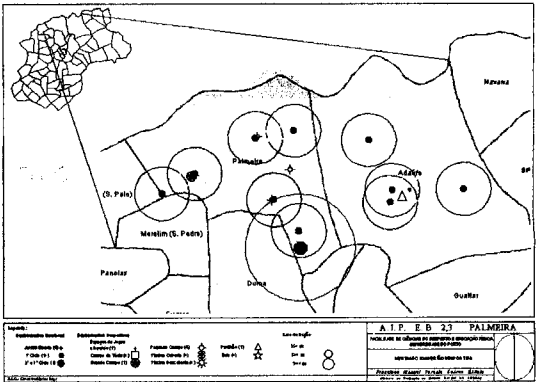


Figura 4.9. AIP da Escola EB_{2/3} de Palmeira. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Um exame à Figura 4.9. permite ainda verificar, por um lado, que apenas três das quinze escolas desta AIP (todas do 1º Ciclo) não têm acesso a qualquer instalação desportiva, mas, por outro, que também são apenas três as escolas que têm no seu perímetro de acesso a instalação desportiva coberta (uma do Pré-Primário e duas do 1º Ciclo). De sublinhar ainda que nesta AIP, ao contrário do habitual, a escola do 2º e 3º Ciclos não tem acesso a nenhuma instalação desportiva coberta.

Na AIP da Escola EB_{2/3} de Real (ver quadro 4.27. e Figura 4.10), todos os Grandes e Pequenos Campos se encontram acessíveis a, pelo menos, uma escola; os Grandes Campos de Real e Padim da Graça, bem como os Pequenos Campos de Padim da Graça e da Fundação Vieira Gomes, estão mesmo acessíveis a três escolas. Ainda assim, a ocupação habitual de qualquer uma destas instalações desportivas é nula.

Ao contrário, quer os Pavilhões quer o Espaço Exterior, acessíveis a pelo menos duas escolas, costumam estar completamente ocupados durante o período escolar.

Quadro 4.27. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB₂₃ de Real.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
<i>Autárquicas</i>				
G.Cp Merelim S. Paio	0%	---	1	---
G.Cp Dume	0%	---	1	---
G. Cp Frossos	0%	1	---	---
G. Cp Panoias	0%	1	1	---
G.Cp Mire de Tibães	0%	---	1	---
G.Cp Padim da Graça	0%	1	2	---
G.Cp Parada Tibães	0%	---	1	---
G.Cp Real	0%	---	2	1
P.Cp Merelim S. Paio	0%	---	1	---
P.Cp Merelim S.Pedro	0%	1	1	---
P.Cp Dume	0%	---	1	---
P.Cp Frossos	0%	1	---	---
P.Cp P. Graça	0%	1	2	---
P.Cp Fund. V. Gomes	0%	---	2	1
P.Cp Monte do Barral	0%	---	---	1
Pav. Real	100%	---	2	1
Pav. Merelim S. Pedro	100%	1	1	---
Pisc. Desc. Dume	0%	---	2	1
Pisc. Desc. P. da Graça	0%	---	1	---
Pisc. Desc Real	0%	1	2	---
Cp de Ténis Real 1	0%	---	2	1
Cp de Ténis Real 2	0%	---	2	1
Cp de Ténis Real 3	0%	---	2	1
<i>Escolares</i>				
Espaço Exterior	100%	---	2	1

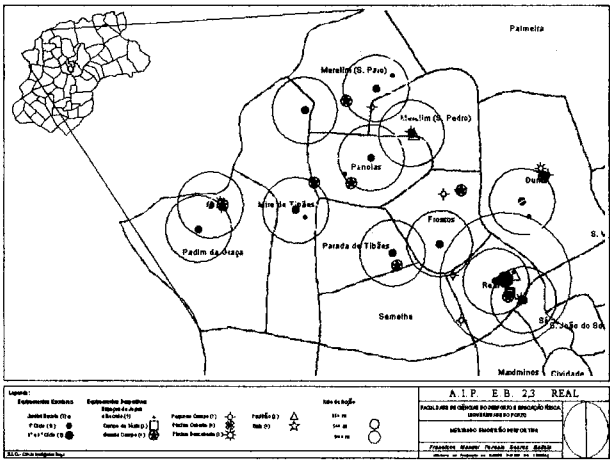


Figura 4.10. AIP da Escola EB₂₃ de Real. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Quanto às Piscinas Descobertas e aos Campos de Ténis, a situação é semelhante à verificada para os Campos de Jogos: encontram-se no perímetro de acesso de, pelo menos, uma escola, mas a sua taxa de ocupação é nula. Aliás, exceptuando a Piscina Descoberta de Padim da Graça - acessível a, apenas, uma escola – cada uma das outras instalações desportivas encontra-se acessível a três escolas.

A análise da Fig. 4.10. permite ainda constatar que, das vinte escolas desta AIP, cinco (três do Pré-Primário, e duas do 1º Ciclo) não têm acesso a qualquer instalação desportiva, sendo igualmente cinco as que têm acesso a instalações desportivas cobertas (uma do Pré-Primário, três do 1º Ciclo e a do 2º e 3º Ciclos).

Do exame aos dados da AIP do Externato Infante D. Henrique (ver quadro 4.28. e Figura 4.11) evidenciou-se o facto de um terço das instalações desportivas (Grandes Campos da Cunha e de Arentim, e Pequeno Campo de Arentim) não se encontrar acessível a nenhuma escola, estando habitualmente desocupado durante o horário escolar.

Ao invés, um outro terço - constituído pelo Pavilhão do Externato Infante D. Henrique, a Piscina Coberta do Centro Social do Padre David e o Espaço Exterior - costuma estar completamente ocupado, estando acessível a duas escolas.

Quadro 4.28. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP do Externato Infante D. Henrique.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
Autárquicas				
G. Cp Cunha	0%	---	---	---
G. Cp Arentim	0%	---	---	---
G. Cp Ruilhe	0%	---	---	1
P. Cp Arentim	0%	---	---	---
P. Cp Ruilhe	0%	---	---	1
Pisc. Desc. Arentim	0%	1	1	---
Escolares				
Pav. Ruilhe	100%	---	1	1
Pisc.Cob. C.S.Pº David	100%	---	1	1
Espaço Exterior	100%	---	1	1

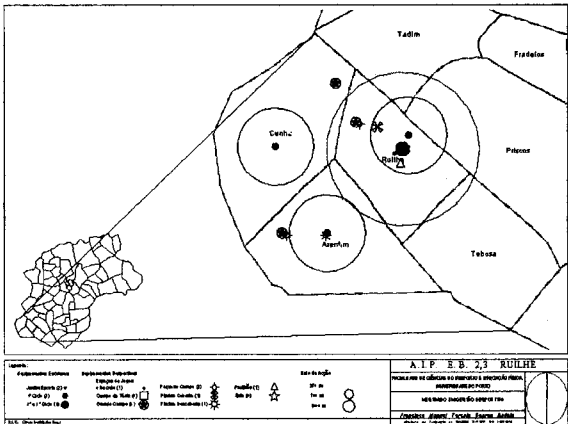


Figura 4.11. AIP Externato Infante D. Henrique. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Quanto às restantes instalações desportivas, todas normalmente disponíveis, de destacar o facto de a Piscina Descoberta se encontrar no perímetro de acesso de 2 escolas.

A consulta à Fig. 4.11. permite verificar ainda que nesta AIP, constituída por seis escolas, são duas (uma do Pré-Primário e outra do 1º Ciclo) as que não têm acesso a nenhuma instalação desportiva; e duas as que têm acesso a instalações desportivas cobertas (uma do 1º Ciclo, e a do 2º e 3º Ciclos).

Na AIP da Escola EB_{2/3} de Tadin, apenas o Espaço Exterior e o Pavilhão de Tadin, acessíveis a duas e três escolas, respectivamente, costumam estar ocupados durante o período escolar (ver quadro 4.29. e Figura 4.12)

De entre as outras instalações desportivas localizadas nesta AIP, podem destacar-se, por um lado, os Pequenos Campos de Tadin e de Priscos e o Grande Campo de Tadin, acessíveis a três escolas, e o Grande Campo de Vilaça, inacessível a qualquer escola. Todas as outras encontram-se acessíveis a duas escolas; com excepção do Grande Campo de Aveleda, acessível apenas a uma escola.

Quadro 4.29. Taxa de ocupação e acessibilidade de cada instalação desportiva relativamente às escolas da AIP EB_{2/3} de Tadim.

Instalações	Ocup.	P.P. 250m	1º 500m	2º-3º 1000m
<i>Autárquicas</i>				
G. Cp Aveleda	0%	1	1	---
G. Cp Vilaça	0%	---	---	---
G. Cp Tadim	0%	---	2	1
P. Cp Aveleda	0%	---	1	---
P. Cp Vilaça 1	0%	1	---	---
P. Cp Tadim	0%	---	2	1
P. Cp Vilaça 2	0%	---	1	---
P. Cp Priscos	0%	1	1	1
Pav. Tadim	100%	---	2	1
<i>Escolares</i>				
Espaço Exterior	100%	---	1	1

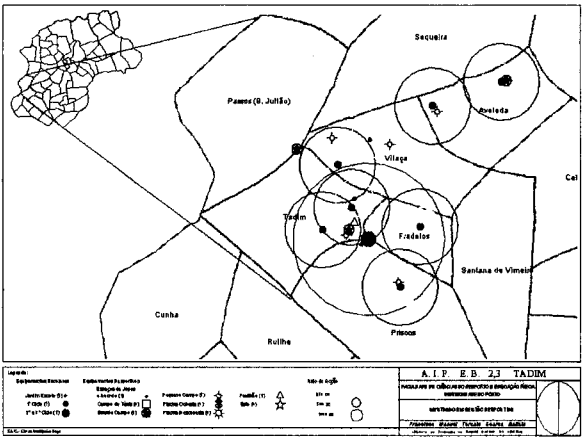


Figura 4.12. AIP da Escola EB_{2/3} de Tadim. Localização das instalações desportivas e escolares, e perímetro de acesso destas.

Nesta AIP, constituída por treze escolas, são cinco (três do Pré-Primário, e duas do 1º Ciclo) as que não têm no seu perímetro de acesso qualquer instalação desportiva, e três as que têm acesso a instalações desportivas cobertas (duas do 1º Ciclo, e a do 2º e 3º Ciclos).

Finalmente, de sublinhar que, das doze escolas desta AIP, apenas uma (do 1º Ciclo) não tem acesso a qualquer instalação desportiva; quanto às instalações desportivas cobertas, nenhuma das escolas tem acesso a elas, já que nesta AIP não existe nenhuma instalação deste tipo.

5. DISCUSSÃO

O primeiro objectivo do nosso trabalho consistiu no levantamento do número e tipologia das instalações desportivas escolares e autárquicas existentes no Concelho de Braga. Na base da selecção deste objectivo situou-se, por um lado, o reconhecimento da importância que aquela informação assumia no desenvolvimento do estudo que nos propúnhamos realizar, e por outro, a constatação de que a informação que existia não era tão detalhada nem rigorosa como entendíamos ser necessário.

Após procedermos a um levantamento exaustivo sobre as instalações desportivas escolares e autárquicas localizadas no Concelho de Braga verificámos que, das 160 instalações existentes, apenas uma reduzida percentagem, de aproximadamente 10%, correspondia a instalações cobertas. Aliás, quase 70% das instalações localizadas neste Concelho são campos; apenas existem 10 Pavilhões, 3 Salas de Desporto e 5 Piscinas.

Ao compararmos estes dados com os relativos a outras regiões do País, verificamos que eles não são muito diferentes da média. Assim, e de acordo com a Carta do CEFD (1997), enquanto 60% das aproximadamente 12000 instalações desportivas existentes no nosso País são campos, apenas pouco mais de 3000 (i.e., aproximadamente 25%) são cobertas.

Ainda assim, pensamos ser importante sublinhar que a percentagem de instalações desportivas cobertas localizadas no Concelho de Braga é inferior a metade da média nacional, particularmente porque este Concelho se caracteriza habitualmente pela ocorrência de frequentes e elevados índices de pluviosidade, associados a baixas temperaturas, ao contrário do que se verifica, por exemplo, no Sul, ou mesmo no Centro, do País.

Parece, porém, que o maior ou menor rigor do clima não se constitui como um critério fundamental para a construção de instalações desportivas cobertas, já que também um estudo desenvolvido por Bernardo (1999) na Região de Turismo do Douro Sul – região igualmente caracterizada por um clima rigoroso – revelou a existência de uma percentagem de aproximadamente 15% de instalações desportivas cobertas, portanto, substancialmente inferior à média nacional. E, mais recentemente, J. Pires (2000) salientou que no distrito de Vila Real – uma vez mais, uma zona com um clima rigoroso – num terço das autarquias não existe qualquer instalação coberta. Ao invés, tanto num caso como noutro, a percentagem de 75% correspondente aos campos de jogos era claramente superior à média nacional.

Em nossa opinião, os dados anteriormente referidos, para além de suportarem a tese de que também neste domínio regiões menos centrais apresentam carências superiores às da média nacional, reflectem a política sobre construção de instalações desportivas que o País adoptou no pós 25 de Abril, período durante o qual cada Junta de Freguesia, principalmente na Zona Norte do País, se preocupou quase exclusivamente em construir o seu Grande Campo de Jogos.

Ou seja, o parque desportivo actual constitui-se, antes de mais, como um reflexo da correspondente realidade social e cultural, caracterizando-se esta – ainda que mais no passado do que agora - por, quando se fala de desporto, outorgar um papel nuclear ao Futebol, muitas vezes condicionante da existência de outro qualquer tipo de actividade física ou desportiva.

Importa, porém, reconhecer que actualmente já existem alguns responsáveis políticos sensibilizados para a implementação de espaços multifuncionais, com dimensões reduzidas, mais baratos, que permitem criar mais pontos de prática desportiva na sua área de responsabilidade política. Aliás, na linha do preconizado pela Carta Europeia do Desporto (1992) quando destaca, por um lado, a importância das instalações serem diversas e acessíveis, e, por outro, que compete aos poderes públicos estarem atentos não só ao que existe, mas também ao que é necessário fazer neste domínio.

No mesmo sentido, Constantino (1999) certamente apoiado na sua experiência profissional como professor de Educação Física e assessor para a área desportiva de algumas individualidades políticas - nomeadamente na Câmara Municipal de Oeiras, pioneira em muitas decisões em prol da qualidade de vida das suas populações - chamou a atenção para a situação do nosso país no que se refere à tipologia dos equipamentos desportivos, afirmando que, embora Portugal seja um país carente, a solução para o problema não passa pela construção de mega-estruturas desportivas, viradas exclusivamente para os grandes espectáculos, mas sim pela adopção de soluções de qualidade, que valham pela sua flexibilidade, sobriedade e possibilidade de utilização variada, bem como pela economia de todos os seus elementos, respondendo, sobretudo, às necessidades de prática desportiva das populações.

Se atentarmos ao que se passa no nosso dia a dia, verificamos, todavia, que a realidade é ainda claramente distinta da reclamada por Constantino, porquanto o impacte assumido pelas questões do futebol na agenda desportiva nacional continua a manter-se em níveis bastante elevados, ofuscando completamente outras questões igualmente interessantes e porventura mais prementes.

Por exemplo, consideramos extraordinário que num país com uma costa marítima tão extensa, à qual acresce um significativo número de albufeiras ou rios, a grande maioria dos nossos jovens em idade

escolar não tenha acesso institucional a qualquer experiência pedagogicamente orientada no meio aquático – recorde-se que em todo o Concelho de Braga apenas existiam 5 piscinas cobertas acessíveis às numerosas escolas ali localizadas– promotora da aquisição das competências necessárias para que eles aumentem a sua disponibilidade motora num meio com o qual interagem mais cedo ou mais tarde, mas para o qual nem sempre estão convenientemente preparados. Quem sabe, não seria substancialmente reduzido o número de crianças e jovens que todos os anos morrem afogados.

Quase todas as instalações desportivas investigadas por nós eram propriedade das autarquias; mais especificamente, pouco mais de 10% pertenciam à rede escolar. Também no âmbito de um estudo em curso no Concelho do Porto, se verificou que apenas aproximadamente 25% das instalações desportivas pertenciam às escolas; a este propósito, importa porém destacar que este valor correspondia a todas as escolas do ensino público do Concelho do Porto, e não apenas às do ensino pré-primário, e dos 1º, 2º e 3º Ciclos, como no nosso estudo.

Estes dados não podem considerar-se surpreendentes se recordarmos o tristemente célebre decreto de Nobre da Costa que, no início da década de 80, autorizou a construção de escolas do ensino preparatório e secundário sem as correspondentes instalações desportivas – remetidas para uma segunda fase que nunca viria a realizar-se. Com a aprovação da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (que posteriormente veio a ser alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro), esta situação começou a ser alterada e, quase quinze anos depois da entrada em vigor do decreto de Nobre da Costa, foi dado um significativo passo nesse sentido, quando Cavaco Silva, Primeiro Ministro de então, no final do seu último mandato e de uma só vez, autorizou a construção de mais de uma centena de instalações desportivas escolares, entre Salas, Pavilhões e Piscinas, no âmbito de um projecto nacional de construção de instalações desportivas escolares denominado “Desporto Escolar 2000”.

Todavia, parece que até ao momento não foi ainda possível recuperar completamente o atraso neste domínio. Daí que, naturalmente, consideremos como tendo sido uma boa medida afectar também as instalações desportivas autárquicas às actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares das crianças e dos jovens, por forma a que essas actividades possam, dentro do possível desenrolar-se sem grandes problemas.

Ao considerarmos as instalações desportivas do Concelho de Braga em função dos alunos matriculados na rede escolar pública do ensino obrigatório, verificámos que, em termos gerais, o rácio de alunos por instalação era não muito superior a uma centena; porém, quando consideradas apenas as

instalações cobertas, aquele número aumentou quase nove vezes, reflexo da reduzida percentagem de instalações desportivas, já anteriormente sublinhada.

No âmbito do nosso trabalho, a questão que se coloca é pois a de saber até que ponto será possível cumprir os objectivos curricularmente estabelecidos para as actividades físicas e desportivas, numa região que, paralelamente a elevados índices de pluviosidade e baixas temperaturas, dispõe de um relativamente reduzido número de instalações desportivas cobertas.

É evidente que reconhecemos que, numa perspectiva mais alargada, importa perceber que estes dados mais não são do que um reflexo do país que temos, e no qual, se considerarmos, em concomitância, os dados do último Censo de 2001 e da Carta do CEFD, constatamos que existe apenas uma Piscina (Coberta ou Descoberta) para mais de 12000 pessoas, mas um Campo (Grande ou Pequeno) para menos de 1500.

Ao analisarmos os dados relativos às instalações desportivas em função das diferentes AIP^s nas quais se situam, verificámos naturalmente que, apesar de algumas semelhanças, as realidades eram distintas umas das outras, quer em relação ao número de instalações – enquanto nas AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Francisco Sanches, Real e Celeirós existiam dezanove ou mais instalações, nas AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Cabreiros, Frei Caetano Brandão, Palmeira e do Externato Infante D. Henrique existiam menos de metade daquele número - quer ao rácio de alunos por instalação – enquanto nas AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Tadim e Cabreiros aquele valor era inferior a 1000, nas AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Francisco Sanches, Real, ou mesmo de Frei Caetano Brandão, era mais do dobro – quer ainda à sua tipologia – enquanto nas AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Celeirós, Nogueira e Gualtar não existia uma única instalação desportiva coberta, apenas na AIP da Escola EB_{2/3} de Francisco Sanches existiam quatro.

Ou seja, parece que apesar de estar estabelecido na Constituição da República que todas as crianças e jovens nacionais têm direitos iguais, devendo por isso mesmo ter acesso a idênticas condições para realizarem a sua formação, particularmente no que se refere ao ensino obrigatório, a realidade revela-nos que as condições estruturais que estão subjacentes a esse mesmo ensino não são equivalentes.

Por exemplo, não nos parece aceitável que em várias AIP^s do Concelho de Braga não exista uma única instalação desportiva coberta na qual os alunos das várias escolas dos diferentes graus de ensino que as constituem possam realizar as actividades físicas e desportivas incluídas nos seus currículos. Até porque, considerando que as estruturas escolares estão na sua maioria situadas junto ou mesmo dentro de zonas habitacionais, essas instalações cobertas poderiam ser utilizadas pela população

em geral, fora do tempo de aulas. Esta abertura à população civil das instalações escolares permitiria ao conselho executivo realizar um importante encaixe financeiro que poderia ser depois utilizado para suportar outro tipo de custos necessários ao seu bom funcionamento. Como aliás já é feito por muitos conselhos executivos de escolas situadas no Concelho de Braga e não só.

Ao invés, as instalações descobertas, especialmente em zonas como as investigadas no nosso estudo, que se caracterizam em grande parte do ano lectivo por chuva frequente e intensa, baixa temperatura, não só não resolvem de forma consistente e sistemática a questão da realização das aulas, como também não permitem a sua utilização por parte da população em geral. Nessa medida, se atentarmos à sua taxa habitual de utilização, tornam-se mesmo substancialmente mais caras do que as cobertas. Por exemplo, no estudo que realizou no distrito de Vila Real, J. Pires (2000), ao comentar o facto de nalguns concelhos só existirem Piscinas Descobertas, salientou que, em média, aquelas instalações apenas são utilizadas 69 dias por ano.

A análise das questões associadas à taxa de ocupação habitual das instalações desportivas do Concelho de Braga constituiu-se como o segundo grande objectivo do nosso estudo, tendo a análise dos dados recolhidos através do contacto pessoal com os responsáveis por cada uma delas revelado, em termos gerais, a existência de um padrão consistente: enquanto as instalações cobertas apresentam normalmente uma taxa de ocupação máxima, as descobertas encontram-se completamente vazias.

Na realidade, de todas as instalações desportivas cobertas, apenas a Piscinas Coberta de Nogueiró não costuma estar totalmente ocupada durante o período escolar. Em contrapartida, exceptuando o caso de alguns Grandes Campos de Jogos utilizados regularmente pelos clubes com equipas profissionais de futebol, todas as instalações desportivas descobertas se encontram normalmente desocupadas durante o mesmo horário; aliás, nalgumas AIP's, apenas o Espaço Exterior da Escola EB_{2/3} costuma apresentar uma taxa de ocupação máxima, estando todas as restantes instalações desportivas completamente livres

Em nossa opinião, estes dados são acima de tudo consistentes com o que havíamos destacado acerca do habitual rigor climatérico que caracteriza esta região do país. Todavia, considerando os propósitos subjacentes ao nosso estudo, importa separar claramente o que poderá estar na origem desta situação, do que poderá ser causado por ela, porquanto mais do que tentar saber exactamente a resposta para a primeira questão (i.e., tentar saber se é efectivamente o rigor climatérico que leva à não utilização de praticamente todas as instalações desportivas descobertas), urge que nos concentremos na tentativa de prevenir os aspectos negativos decorrentes da segunda (i.e., tentar evitar as implicações

decorrentes da não utilização da maior parte das instalações pelos alunos dos diferentes níveis de ensino).

Assim, no que concerne a esta segunda vertente, pensamos que é necessário sublinhar que, fundamentalmente no que se refere às AIP^s que não possuem uma única instalação desportiva coberta (i.e., AIP^s das Escolas EB_{2/3} de Gualtar, Nogueira e Celeirós), a situação parece ser insustentável e dependente quase exclusivamente dos ditames climáticos: quando chove, ou está muito frio, não é possível realizar as actividades físicas ou desportivas prescritas nos currículos de forma minimamente aceitável. Aliás, mesmo nas outras AIP^s, a situação não pode ser considerada como boa, já que em todas elas as escassas instalações desportivas cobertas apresentam taxas de ocupação máximas e importa recordar que – tal como referimos no capítulo da metodologia – estabelecemos como critério para considerar que uma instalação apresenta uma taxa de ocupação máxima a sua ocupação simultânea por três turmas.

Na tentativa de reunir mais informação sobre este problema, decidimos estudar a distância a que se situa cada uma das instalações desportivas do Concelho de Braga relativamente às diferentes escolas que integram a rede pública escolar do ensino obrigatório.

A análise da informação recolhida revelou, naturalmente, a existência de realidades distintas para as diferentes instalações: enquanto algumas não têm no seu perímetro de acesso uma única escola, outras estão acessíveis a quatro ou cinco escolas. Porém, mais importante do que o anteriormente referido, a análise dos dados em função do grau de ensino ministrado nas diferentes escolas, destacou igualmente de forma muito clara que as escolas do ensino Pré-Primário eram as que se encontravam em pior situação; muitas delas, sem acesso a uma única instalação desportiva, coberta ou mesmo descoberta. Ao contrário, e de uma forma geral, as escolas dos 2º e 3º Ciclos eram as que se encontravam em melhor situação.

Este dado, ao providenciar algum suporte para a noção de que o ensino Pré-Primário, também neste domínio, tem sido desconsiderado face aos outros graus de ensino, parece sugerir a importância de se proceder a um maior investimento ao nível da base do sistema de ensino, aliás na linha do que publicamente tem vindo a ser cada vez mais sublinhado pelos responsáveis políticos nacionais, ou mesmo locais. Importa esclarecer, contudo, que o que anteriormente referimos não significa que a situação que actualmente se verifica relativamente às escolas do 1º, 2º e 3º ciclos seja completamente satisfatória, mas sim que ao nível do ensino Pré-Primário ela parece ser reconhecidamente pior.

10.1.3.1 Ao compararmos as distâncias a que se encontram as instalações desportivas relativamente às diferentes escolas, em função do facto de serem cobertas ou descobertas, verificámos que a diferença não era substancial. Ou seja, pareceu ser evidente que não é por se situarem mais distantes das escolas que as instalações desportivas descobertas não são utilizadas durante o período escolar, mas sim por serem descobertas; eventualmente, algumas delas (e.g., grandes campos) também não são utilizadas porque as suas características não se coadunam exactamente com as normais exigências inerentes à realização das actividades físicas ou desportivas constantes dos currículos dos diferentes níveis de ensino em questão.

A principal questão, no entanto, parece permanecer: todas as instalações desportivas cobertas se encontram completamente ocupadas durante o período escolar, restando apenas as descobertas, que apesar de normalmente livres não se constituem como alternativa porquanto o rigor das condições climatéricas na maior parte do ano lectivo não o permite.

Logo, se, tal como é frequentemente referido em diferentes momentos e contextos, muitos alunos de diversas escolas não têm ainda possibilidade de realizarem normalmente as suas actividades físicas e desportivas curriculares ou extracurriculares, por falta de instalações desportivas, então a solução passará forçosamente por uma de duas alternativas: construir novas instalações desportivas cobertas, ou transformar algumas das descobertas já existentes por forma a que possam passar a ser utilizadas pela população escolar.

Admitindo que a primeira opção implica, pelo menos em teoria, uma maior afectação de verbas, tornando-se por isso mesmo menos viável, importa atentar em quantas instalações desportivas descobertas estão em situação de, através de um investimento não muito avultado, serem transformadas em instalações desportivas cobertas, com um mínimo de condições para permitir a prática de um conjunto de actividades físicas ou desportivas o mais diversificado possível.

Antes, porém, pensamos ser importante recordar dois aspectos relevantes. O primeiro consiste no já anteriormente referido princípio, consagrado na nossa Constituição, sobre a igualdade de direitos assegurada a todos os portugueses. Ou seja, consideramos que seria desejável procurar que todos os alunos do Concelho de Braga tivessem acesso a condições similares, independentemente da zona onde estudam, sendo para tal necessário diminuir as assimetrias actualmente existentes neste domínio. O segundo decorre igualmente de algo antes afluído: a actual conjuntura sócio-económica não só da Educação mas de todo o País. Por outras palavras, entendemos que qualquer eventual intervenção neste domínio deve ter sempre presente não só o seu custo total mas também o seu custo em função do

número de eventuais utilizadores. Daí que não deva desprezar-se a possibilidade de qualquer instalação desportiva coberta, para além de utilizada durante o período escolar pelos alunos das diferentes escolas para a realização das suas actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares, poder/dever ser igualmente utilizada fora desse período pela população em geral.

No sentido de estabelecer um valor critério, considerámos que, pelo menos numa primeira fase, poderia considerar-se como satisfatório se em cada AIP existisse um rácio de aproximadamente 600 alunos por instalação desportiva coberta, equivalente à sua utilização simultânea por 3 turmas de 25 alunos, durante 8 horas por dia.

Adicionalmente, importa destacar que do atrás exposto dimana que mais do que procurar encontrar uma solução global para o problema das instalações desportivas do Concelho de Braga, importa abordá-lo de forma parcelar, considerando individualmente o caso de cada AIP a partir da situação actualmente existente.

Na realidade, atendendo ao critério considerado, podemos considerar a existência de três situações distintas: i) nalgumas AIP^s a situação é já aceitável; ii) noutras está em vias de se tornar aceitável; iii) finalmente, noutras a situação é claramente desvantajosa, reclamando por isso mesmo uma intervenção cuidada.

Mais especificamente, consideramos que as AIP^s das Escolas EB_{2,3} de Lamações, de Tadim e do Externato Infante D. Henrique, ao apresentarem já rácios de, respectivamente, 467, 661, e 411 alunos por instalação desportiva coberta, próximos portanto de 600, usufruem já de uma situação aceitável no que concerne ao domínio em análise neste estudo, não se impondo portanto que nelas seja feita qualquer intervenção. Do mesmo modo, também somos de opinião que nas AIP^s das Escolas EB_{2,3} de Palmeira e de Cabreiros, ainda que ao momento do nosso estudo o rácio de alunos por instalação desportiva coberta fosse ainda relativamente elevado (respectivamente, 1333 e 978), não se justifica para já mais nenhuma intervenção, porquanto tanto numa como noutra estava em fase de conclusão a construção de um Pavilhão; logo, os rácios daquelas AIP^s passarão a 667 e 489, respectivamente, perfeitamente dentro dos limites considerados por nós como aceitáveis.

Todavia, a situação das outras sete AIP^s não era assim tão positiva, reclamando mesmo, tal como aliás já referimos, a necessidade de uma intervenção o mais rápida possível.

Por exemplo, na AIP da EB_{2,3} de André Soares estão matriculados 3721 alunos e existem apenas duas instalações desportivas cobertas. Nessa medida, a cobertura das quatro instalações

descobertas que se situam próximas de pelo menos duas escolas, e que costumam estar completamente disponíveis durante o período escolar (i.e., Pequenos Campos das Carvalheiras, Fajal e Patronato, e Piscina Descoberta da Ponte), levaria a que após a execução desta eventual intervenção, o rácio de alunos por instalação coberta nesta AIP passasse para 620 (i.e., um terço do actualmente existente), aproximando-se dessa forma do número que anteriormente apontámos como aceitável.

Todavia, e apesar de considerarmos que, a curto ou mesmo médio prazo, a cobertura daquelas quatro instalações resolveria de forma satisfatória a questão das instalações desportivas desta AIP, num futuro mais ou menos próximo poderia ser de equacionar a possibilidade de proceder a uma nova intervenção nesta AIP.

De facto, uma das duas instalações desportivas cobertas que existem actualmente nesta AIP (o Pavilhão do ABC) ao pertencer a um clube desportivo profissional - que o utiliza, duas vezes ao dia, para os seus treinos e jogos, essencialmente no fim de semana mas, por vezes, durante a semana - não só não apresenta actualmente uma disponibilidade total para a realização das actividades físicas ou desportivas dos jovens das escolas próximas como também encerra algumas dificuldades para a definição dos moldes em que essa utilização é possível de acontecer.

Logo, no caso desta situação se agravar, o que aliás parece ser indiciado pela realidade actual, poderia ser de considerar a construção de uma nova instalação desportiva coberta. Nesse caso, considerando, por um lado, que os três Pequenos Campos a cobrir nesta primeira fase se situam relativamente próximos uns dos outros numa mesma zona, a Noroeste da cidade e, por outro, que toda a área desta AIP se caracteriza por uma elevada densidade populacional, pensamos que seria importante construir uma instalação de raiz na zona oposta (i.e., a sudeste).

Na AIP da Escola EB_{2,3} de Real estão matriculados 2541 alunos para apenas duas instalações desportivas cobertas, resultando portanto que para o rácio de alunos por instalação desportiva coberta se aproximar dos 600, faltam outras duas instalações desportivas cobertas.

Ao analisarmos as instalações desportivas descobertas localizadas nesta AIP, próximas das escolas e normalmente desocupadas, verificámos que nove delas se encontram acessíveis a três escolas. Nessa medida, considerando a importância de, dentro do possível, procurar conseguir uma distribuição geograficamente equilibrada das instalações descobertas, não só em relação às escolas existentes mas também em relação às populações aí residentes, consideramos que a melhor solução para esta AIP passaria pela cobertura da Piscina Descoberta de Dume e do Pequeno Campo de Padim da Graça, que inclusive possuem já balneários, o que reduziria naturalmente o custo total da intervenção.

Na AIP da Escola EB_{2,3} de Gualtar actualmente não existe nenhuma instalação desportiva coberta para os 1322 alunos aí matriculados. No entanto, atendendo a que nesta AIP se encontra em fase de conclusão a construção de um Pavilhão, podemos considerar que a muito breve prazo (i.e., para o próximo ano lectivo) o rácio de alunos por instalação desportiva coberta será de 1322, ainda assim mais do dobro do considerado por nós como aceitável.

Logo, entendemos que seria necessário, para além da conclusão da construção daquela estrutura, proceder à cobertura de uma das suas instalações desportivas descobertas. A questão porém prende-se com qual delas, já que a instalação desportiva descoberta acessível a mais escolas é o Pequeno Campo de Gualtar, que se situa precisamente no mesmo local onde está a ser concluída a construção do Pavilhão, razão pela qual pensamos não se justificar propor a sua cobertura. Assim sendo, proporíamos antes a cobertura do Pequeno Campo de Este (S. Mamede), que já dispõe de balneários, acessível não a três mas sim a duas escolas; de sublinhar que este Pequeno Campo já dispõe de balneários o que pensamos ser um dado igualmente a considerar.

Ainda a propósito desta AIP, importa realçar que, não obstante a quase concluída construção do Pavilhão e a eventual intervenção por nós sugerida, quatro escolas situadas mais a Nordeste desta AIP continuariam a não ter acesso a qualquer instalação desportiva coberta, sendo por isso mesmo de equacionar, num futuro mais ou menos próximo, uma alternativa para resolver o seu problema.

As situações das AIP's das Escolas EB_{2,3} de Celeirós e de Nogueira são em certa medida similares, não só em relação ao número de alunos inscritos nas suas escolas (respectivamente, 1505 e 1506) mas também ao facto de nelas não existir uma única instalação desportiva coberta. Assim sendo, tanto num caso como noutro, para que o rácio se aproxime dos 600 alunos por instalação desportiva coberta, são necessárias entre duas e três instalações daquele tipo.

A exemplo do verificado nas outras AIP's, somos de opinião que em ambas as AIP's a primeira intervenção deveria passar pela construção de um Pavilhão nas respectivas Escolas EB_{2,3}. Adicionalmente, sugerimos a cobertura do Pequeno Campo de Penso (S. Vicente) e da Piscina Descoberta de Lamas, no caso da AIP da Escola EB_{2,3} de Celeirós, e dos Pequenos Campos de Esporões e Lomar, no caso da AIP da Escola EB_{2,3} de Nogueira. Todas estas estruturas à semelhança das anteriores já possuem balneários o que reduz naturalmente o custo associado à intervenção a realizar.

Uma vez mais, a opção pela indicação destas instalações não se baseou exclusivamente no número de escolas que a elas tinham acesso (escolhendo simplesmente as acessíveis a um maior

número de escolas), considerando igualmente a sua localização relativamente a outras instalações desportivas cobertas. Daí que no caso da AIP da Escola EB_{2,3} de Nogueira não tenhamos indicado, por exemplo, os Pequenos Campos da Escola do 1º Ciclo de Nogueira e de Agrinha (acessíveis, respectivamente, a 3 e 4 escolas mas muito próximos da EB_{2,3}, na qual se sugere a construção de um Pavilhão), o mesmo acontecendo com o Pequeno Campo da Escola do 1º Ciclo de Celeirós (que, apesar de acessível a 3 escolas, se localiza muito próximo da EB_{2,3}, na qual se sugere a construção de um Pavilhão).

Na AIP da Escola EB_{2,3} de Frei Caetano Brandão estão matriculados 1722 alunos, existindo apenas duas instalações desportivas cobertas; logo, para que o actual rácio de 861 alunos por instalação desportiva coberta possa ser reduzido para os números definidos como aceitáveis, falta mais uma instalação deste tipo. Da análise das instalações desportivas descobertas localizadas nos perímetros de acesso das escolas desta AIP, e normalmente disponíveis durante o período escolar, resultou que apenas o Pequeno Campo de Ferreiros se encontra acessível a três escolas, razão que, associada ao facto de se encontrar relativamente distante das outras instalações desportivas cobertas, esteve na origem da sua selecção como estrutura a cobrir.

Finalmente, temos a AIP da Escola EB_{2,3} de Francisco Sanches, com um rácio de 740 alunos por instalação desportiva coberta, correspondente a 2960 alunos e 4 instalações desportivas cobertas. Para alcançar um rácio próximo do estabelecido anteriormente como aceitável, seria necessário proceder à cobertura de apenas uma instalação desportiva descoberta: passaria para 592 alunos por instalação desportiva coberta.

Todavia, as instalações desportivas cobertas localizadas nesta AIP, ao contrário do habitual, durante o período escolar, não são ocupadas maioritariamente pelos alunos das escolas dos diferentes graus de ensino. Aliás, em rigor, apenas a Sala de Desporto da Escola EB_{2,3} de Francisco Sanches costuma ser utilizada pelos alunos, porquanto, durante o período escolar, a Sala de Desporto pertencente à autarquia costuma estar fundamentalmente ocupada com actividades de Boccia ou outras actividades promovidas pela autarquia, e as Piscinas Cobertas apresentam uma taxa de ocupação máxima, por parte da população em geral, não sendo por isso mesmo fácil, ou mesmo possível, a sua utilização pelos alunos.

Nessa medida, pensamos que seria de considerar a possibilidade de proceder à cobertura não de uma mas sim de três das suas instalações desportivas descobertas, por forma a que o rácio

actualmente existente não seja virtual (já que, das quatro instalações desportivas cobertas, apenas uma está habitualmente disponível para ser utilizada pelos alunos desta AIP), mas sim real.

Nessa eventualidade, indicaríamos os Pequenos Campos da Quinta das Fontes, da Rua de Baixo e de S. Vicente, todos eles acessíveis a pelo menos quatro escolas e relativamente distantes uns dos outros, como as estruturas a alterar.

Em suma, proporíamos, nesta primeira fase, a cobertura de 11 Pequenos Campos, a um custo aproximado de 50 000 000\$00¹ cada, num total de 550 000 000\$00; e de 3 Piscinas Descobertas, a um custo aproximado de 10 000 000\$00² cada, totalizando 30 000 000\$00; e a construção de 2 pavilhões novos, a um custo aproximado de 100 000 000\$00³ cada, com um total de 200 000 000\$00.

Este investimento inferior a um milhão de contos permitiria duplicar o número de instalações desportivas cobertas actualmente existente, diminuindo assim o rácio de alunos por instalação desportiva coberta de 1160 para 614. Mais importante, contudo, em nenhuma AIP este rácio seria superior a 661, quando actualmente nalgumas AIP nem é possível calculá-lo, porquanto não existe uma única instalação desportiva coberta.

Antes de terminarmos, gostaríamos ainda de sublinhar que, em nosso entender, a esta primeira fase de intervenção, fundamentalmente orientada para a criação das condições mínimas exigíveis para uma correcta realização das actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares dos alunos do ensino público obrigatório do Concelho de Braga, poderia, ou deveria mesmo, seguir-se uma outra fase de construção de novas instalações ou alteração de algumas das actualmente existentes, que estejam em mau estado de conservação, com o objectivo de, para além de corrigir eventuais desequilíbrios ou deficiências que ainda subsistam, melhorar as condições existentes no Concelho de Braga para a prática de actividade física ou desportiva de outras populações para além da escolar.

De facto, se o que se pretende é que todos – crianças, jovens, adultos, idosos - pratiquem regularmente uma actividade física ou desportiva, importará tentar criar as condições necessárias para que tal aconteça naturalmente, com alguma facilidade e um mínimo de conforto.

¹ Valor indicativo, correspondente ao custo orçamentado para uma intervenção equivalente à sugerida por nós, de acordo com informação fornecida pelo presidente de um clube que está neste momento a realizá-la.

² Valor indicativo, correspondente ao custo total de uma intervenção equivalente à sugerida por nós realizada em 1999 na Piscina de Nogueiró, segundo informação fornecida pelo respectivo Presidente da Junta de Freguesia.

³ Valor indicativo, correspondente ao custo apontado como referência para este tipo de instalação pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de construções de instalações desportivas escolares "Desporto Escolar 2000".

Em nossa opinião, aquelas condições mínimas sobre as quais se centrou este trabalho – mais relacionadas com a promoção de actividade física ou desportiva por parte das crianças e jovens em idade escolar – são indiscutivelmente importantes; pensamos, no entanto, que elas, para além de não poderem considerar-se como as únicas, só adquirem total significado se forem seguidas por outras, como as que se relacionam com a promoção da actividade física ou desportiva dos indivíduos mais velhos.

Apesar de uma análise aos números relativos ao Concelho de Braga, baseada nas normas europeias referentes ao m² de área desportiva por habitante, poder eventualmente sugerir que neste Concelho as condições são já razoáveis, pensamos que tal não corresponde efectivamente à realidade, porquanto se ignora a qualidade das instalações desportivas em questão apenas apreciando a sua dimensão.

Por exemplo, tal como referimos profusamente ao longo deste trabalho, a relação entre as instalações desportivas cobertas e descobertas é actualmente bastante desproporcionada, mantendo-se essa desproporção mesmo após as alterações sugeridas – ainda que naturalmente com um valor ligeiramente mais diminuído.

Inclusivamente, apesar de subjacente às nossas sugestões poder identificar-se a preocupação de, dentro do possível, optar pela cobertura de instalações que, cumulativamente à resolução do problema da realização das actividades físicas ou desportivas dos alunos, pudessem ser utilizadas por outras populações fora do horário escolar, permanece a realidade de que em muitas zonas do Concelho de Braga, quantas delas habitadas por um número significativo de pessoas, não existem ainda quaisquer instalações desportivas cobertas, razão pela qual sublinhamos a importância de procurar tentar resolver este problema numa fase seguinte.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo do estudo por nós realizado foram emergindo naturalmente diversas conclusões. Todavia, atendendo à importância e mesmo necessidade de sermos parcimoniosos, em seguida apenas apresentamos as que entendemos constituírem-se como as principais conclusões do nosso estudo.

Assim, do estudo que desenvolvemos, resultou fundamentalmente que:

- i) existem no Concelho de Braga 160 instalações desportivas cobertas (18) e descobertas (142), sendo a maior parte delas (i.e., 141) pertença da autarquia; (de sublinhar, porém, que as 19 instalações desportivas escolares investigadas correspondem apenas às escolas do ensino obrigatório, objecto do nosso estudo, não incluindo por isso outras instalações desportivas escolares associadas a outros níveis de ensino; i.e., secundário, politécnico, universitário);
- ii) quanto à tipologia das instalações desportivas, foi evidente a existência, por um lado, de uma clara preponderância de Grandes e Pequenos Campos de jogos relativamente a instalações de outro tipo (108 das 160), e, por outro, de uma gritante escassez de instalações desportivas cobertas (apenas 18 das 160), resultados aliás consistentes com os descritos na literatura para o resto do País;
- iii) ao considerarmos, em conjunto, as informações relativas à propriedade e tipologia das diferentes instalações desportivas, verificámos que apenas uma das treze Piscinas e um dos cem Grandes Campos investigados eram propriedade de instituições escolares, as quais praticamente se resumiam aos Espaços Exteriores;
- iv) da comparação dos resultados globais referentes a cada AIP, destacou-se a existência de situações bastante dissemelhantes: enquanto nalgumas existiam quase vinte instalações desportivas, noutras não existiam nem metade; enquanto nalgumas existiam três ou quatro instalações desportivas cobertas, noutras não existia uma única;
- v) do mesmo modo, quando comparados os resultados relativos às várias AIP's tendo em conta o número de alunos matriculados em cada uma delas, verificámos que os rácios por instalação desportiva em geral, ou por instalação desportiva coberta em particular, eram igualmente bastante diferentes: enquanto nalgumas o rácio de alunos por instalação desportiva se aproximava ou era mesmo superior a 2000, noutras era pouco superior a 500;

no caso das instalações desportivas cobertas, nalguns casos não foi mesmo possível calcular o rácio porquanto não existia uma única instalação deste tipo;

- vi) ao analisarmos a taxa de ocupação habitual de cada uma das instalações desportivas durante o período normal de funcionamento das escolas, verificámos que enquanto as instalações escolares, com uma única excepção, se encontravam sempre completamente ocupadas, com as autárquicas o panorama era distinto: quase todas as cobertas apresentavam igualmente taxas de ocupação máxima, mas, de uma forma geral, as descobertas costumavam estar completamente disponíveis (as principais excepções referiam-se a alguns Grandes Campos de jogos utilizados para os treinos das equipas profissionais de futebol);
- vii) da análise da localização de cada uma das instalações desportivas relativamente às escolas, resultou que os alunos dos 2º e 3º Ciclos eram os que tinham acesso a um maior número de instalações desportivas, seguidos pelos do 1º ciclo e, finalmente, pelos do ensino pré-primário;
- viii) adicionalmente, verificámos que, de uma forma geral, os alunos das escolas do ensino pré-primário apenas tinham acesso a Pequenos ou Grandes Campos de jogos; em nenhum dos casos tinham acesso a Piscinas Cobertas ou Salas de Desporto, e apenas em dois dos casos tinham acesso a Pavilhões; em situação oposta, encontravam-se os alunos dos 2º e 3º Ciclos, que, em termos gerais, tinham acesso a todos os tipos de instalações desportivas;
- ix) finalmente, e em decorrência de uma análise circunstanciada dos resultados, verificámos que com um investimento inferior a cinco milhões de euros (i.e., sensivelmente mil milhões de escudos) seria possível duplicar o número de instalações desportivas cobertas no Concelho de Braga, e reduzir de forma significativa a discrepância actualmente existente neste domínio de AIP para AIP.

É natural que após a realização de um qualquer estudo estejamos em condições de sugerir a implementação de uma ou outra medida, ou adiantar uma ou outra recomendação relativamente ao que consideramos que poderá, ou deverá, ser feito no futuro.

Daí que nos tenhamos preocupado, ao longo do capítulo dedicado à discussão e interpretação dos nossos resultados, em apresentar, de forma detalhada e justificada, um conjunto de possíveis medidas cujo principal objectivo consistiria na tentativa de melhoria da situação em que actualmente se encontra o Concelho de Braga no que concerne às instalações desportivas passíveis de utilização por

parte dos alunos matriculados no sistema público de ensino obrigatório para a realização das suas actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares.

Assim sendo, pensamos não se justificar que lhes voltemos a fazer referência neste capítulo, concentrando-nos agora unicamente em tentar indicar algumas sugestões ou recomendações de natureza mais metodológica orientadas para a realização futura de outros estudos a realizar no domínio em que este foi desenvolvido.

Por exemplo, pensamos ser importante que em estudos futuros os investigadores tentem avaliar com o maior rigor possível a efectiva utilização das diferentes instalações desportivas, e em que medida ela é efectuada pela população escolar ou pela população em geral.

Aliás, em nossa opinião, esta preocupação deveria integrar-se num quadro mais amplo de preocupações que desaguariam na elaboração da Carta Desportiva do Concelho de Braga, no âmbito da qual se procederia a uma caracterização o mais exaustiva possível de todas as instalações que constituem o seu parque desportivo, não só no domínio estrutural (e.g., dimensões exactas, equipamentos acessórios) mas também no funcional (e.g., quem as utiliza, quando, e para quê).

Adicionalmente, pensamos ser importante que em estudos futuros, e em complementaridade com os dados por nós recolhidos, se procure recolher igualmente informação sobre possíveis alternativas para obviar à questão da difícil acessibilidade por parte dos alunos de algumas escolas a qualquer tipo de instalações desportivas. Por exemplo, entendemos que poderia ser importante, naturalmente mais nuns casos do que noutros, tentar saber se existem meios disponíveis para transportar os alunos, de forma rápida, confortável e segura, das suas escolas para instalações desportivas mais ou menos próximas.

No mesmo sentido, e particularmente nos casos de escolas localizadas em zonas menos privilegiadas em instalações desportivas, consideramos que poderá ser importante verificar se, aquando da elaboração dos horários dos alunos dessas escolas, haverá alguma possibilidade de contemplar a existência de períodos de tempo mais alargados antes da realização das suas actividades físicas e desportivas curriculares e extracurriculares por forma a que seja possível eles deslocarem-se para os locais, mais distantes, nos quais existem as condições necessárias para que aquelas actividades sejam realizadas com o conforto e rendimento desejados.

Finalmente, somos ainda da opinião de que é necessário realizar estudos similares a este, incluindo naturalmente as alterações propostas, noutros concelhos do nosso País, com o objectivo de tentar perceber em que medida os resultados que encontrámos se aproximam, ou distanciam, da realidade vivida pelos alunos ao longo do nosso País.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, N. (1994). *A Reforma da Administração Escolar. A abordagem política em análise organizacional*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Álvarez, M. (1995). Autonomia da escola e profissionalização da direcção escolar. *Inovação*, 8, (1-2), 41-70.
- Andrés, F. (1997): *La evaluación de la gestión de un centro deportivo*. Madrid: Consejo Superior de Deportes y Comisión de Deportes de la Federación Española de Municipio y Provincias.
- Antonovsky, A. (1988). *Unravelling the mystery of health*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Armstrong, N. (1998). O Papel da Escola na promoção de estilos de vida saudáveis. In L. Rocha & J. Barata (Eds), *A Educação para a Saúde* (pp.5-17). Lisboa: Omniserviços.
- Barroso, J. (1991). Modos de organização pedagógica e processos de gestão da escola: a distinção entre "direcção" e "gestão". *Revista da Educação*, 8 (1), 33-56.
- Bento, J.O. (1991). *Desporto, Saúde, Vida: Em defesa do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, J.O. (1988a). Introdução ao tema Desporto, Saúde e Bem Estar. In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.17-26). Porto: FCDEF, Universidade do Porto.
- Bento, J.O. (1988b). Para um desporto referenciado à saúde. In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.147-155). Porto: FCDEF, Universidade do Porto.
- Bianchi, A., Calderatti, S., & Placidi, B. (1980). *Instalações Desportivas e Território: A Programação num Pequeno Município*. Lisboa: Direcção Geral dos Desportos.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Melo de Carvalho, A. (1994). *Desporto e Autarquias Locais*. Porto: Campo das Letras.
- Constantino, J. M. (1998a). A Actividade Física e a promoção da Saúde das Populações. In L. Rocha & J. Barata (Eds), *A Educação para a Saúde* (pp.21-38). Lisboa: Omniserviços.
- Constantino, J.M. (1998b). A Política desportiva face ao desporto contemporâneo. *Comunicação apresentada no Seminário Desporto e Autarquias*. Câmara Municipal de Óbidos.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, O. (1988). Desporto e Qualidade de Vida. In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.53-59). Porto: FCDEF, Universidade do Porto.
- Cruz, J.F., Machado, P., & Mota, M.P. (1996). Efeitos e Benefícios Psicológicos do Exercício e da Actividade Física in José Fernando Cruz (Ed.), *Manual de Psicologia do Desporto* (pp.91-116). Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais.
- Cunha, L.M. (1997). *O Espaço e o Acesso ao Desporto. Estudo da Acessibilidade ao Desporto na Sub-Região do Vale do Tejo: Constituição de um Modelo de Avaliação*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: FMH, Universidade Técnica de Lisboa.
- Dias, J. L. (1999). Os problemas de saúde dos portugueses. *Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Educação para a Saúde*. Universidade do Minho, Braga: Departamento de Metodologias da Educação do Instituto de Educação e Psicologia.
- Direcção Geral dos Desportos(1988). *Atlas Desportivo Nacional – Carta das Instalações Desportivas Artificiais*. Vol. I Classificação e Tipificação, (pp. 25-32).
- Nunes, M. M. (1999). Os Grandes Desafios da Autarquia no âmbito do Desporto: Uma proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo municipal. *Revista Horizonte*, vol. XV (89), 33-39.
- Fernandes, A. (2000). Municípios e Escolas, Normatização e Contratualização da Política Educativa Local. In Machado, J., Formosinho, J. & Fernandes A. S. (Coord), *Autonomia, Contratualização e Município* (pp. 35-46). Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Ferrão, A. (1999). O papel das Autarquias no Desenvolvimento da Actividade Física e Desportiva dentro e fora das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da Área Educativa de Viseu. *Dissertação de Mestrado não publicada*. Porto: FCDEF, Universidade do Porto.

- Ferreira, C. (2000, Maio) Jornadas do Programa de Educação Para Todos (PEPT) realizadas em Ofir-Esposende em Maio
- Formosinho, J. (2000). A Autonomia das Escolas: Lógicas Territoriais e Lógicas Afinitárias. In Machado, J., Formosinho, J. & Fernandes A. S. (Coord.), *Autonomia, Contratualização e Município* (pp. 47-54), Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Formosinho, J. (1998). A Administração das Escolas no Portugal Democrático. In Formosinho, J., Lafond, A. C., Machado, J., Marieau, G., & Skovsgaard, J. (Coord.), *Autonomia, gestão e avaliação das escolas* (pp.99-121), Porto: Edições ASA.
- Freire, P. (1973). *Uma Educação para a Liberdade*. Porto: Textos Marginais.
- Freitas, C. (1998). Escola Saudável para crescer em saúde. *Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Educação para a Saúde*. Universidade do Minho, Braga: Departamento de Metodologias da Educação do Instituto de Educação e Psicologia.
- Kruse, C. (1988). Educação da Saúde como factor da actuação pedagógica no desporto. In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.97-110). Porto: FCDEF, Universidade do Porto
- Lemos, J. & Silveira, T. (2001). *Autonomia e gestão das escolas: Legislação anotada*. Porto: Porto Editora
- Lima, L. (1998). *A escola como organização e participação na organização escolar, 2ª edição*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. (1995). Reformar a administração escolar: a centralização por controlo remoto e a autonomia como delegação pública. *Revista da Educação*, 8 (1), 57-71.
- Centro de Estudos e Formação Desportiva (1997). *Mais e Melhor Desporto*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- Martins, J. (2000). Relação Autarquia /Escola ou sua Administração. In Machado, J., Formosinho, J. & Fernandes A. S. (Coord.), *Autonomia, Contratualização e Município* (pp.11-20), Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Matos, Z. (1991). Educação Física na Escola Primária. In Botelho, Gomes & Matos, Z. (Eds.), *A importância da Educação Física no 1º Ciclo do ensino básico* (pp.21-29). Porto: FCDEF, Universidade do Porto & Câmara Municipal do Porto.
- Matos, Z. & Graça A. (1988). Criação de hábitos de actividade física regular: Um objectivo central da Educação Física. In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.311-317). Porto: FCDEF, Universidade do Porto
- Meirim, J. (1997). *Colectânea de legislação do Desporto*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Mota, J. (1992). O valor da actividade física para uma educação de estilos de vida. *Comunicação apresentada no II Congresso A Escola Cultural e os Valores*. Évora: Universidade de Évora.
- Mota, J. (1997). *A Actividade Física no Lazer. Reflexões sobre a sua prática*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mota, J. (1988). Educação física e saúde. Que afinidades? In Jorge Bento & António Marques (Eds), *Actas das Jornadas Científicas sobre Desporto Saúde e Bem Estar* (pp.305-310). Porto: FCDEF, Universidade do Porto
- Nascimento, N. (2000). As Instalações Desportivas Escolares no CAE entre o Douro e Vouga. *Dissertação de Mestrado não publicada*. Porto: FCDEF, Universidade do Porto.
- Navarro, M. F. (1999). Educar para a saúde e para a vida? Conceitos e fundamentos para novas práticas. *Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Educação para a Saúde*. Braga, Universidade do Minho: Departamento de Metodologias da Educação do Instituto de Educação e Psicologia.
- Neto, C. (1997). *O Jogo e Desenvolvimento da Criança*. Lisboa: FMH, Universidade Técnica de Lisboa.
- Nunes, L. (1999). *A prescrição da Actividade Física*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Nunes, M. M. (1999). Os Grandes Desafios da Autarquia no âmbito do Desporto: Uma proposta de elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo municipal. *Revista Horizonte*, vol. XV (89), 33-39.
- Piéron, M. (1998). A Actividade Física e saúde. Um desafio para os Profissionais de educação Física. In L. Rocha & J. Barata (Eds.), *A Educação para a Saúde*. (pp.41-80) Lisboa: Omniserviços.
- Pina, M. (1997). Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar. Levantamento e Análise da situação em Portugal de 1990 a 1995. Do modelo à Prospectiva. *Dissertação de Mestrado não publicada*. Lisboa: FMH, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pires, G. (1987). Desenvolvimento Desportivo: A perspectiva, o Modelo, o Plano. *Revista Horizonte*, vol.III (18), 183-188.
- Pires, J. (2000). Gestão de Infraestruturas Desportivas Municipais, no Distrito de Vila Real. *Dissertação de Mestrado não publicada*. Porto: FCDEF, Universidade do Porto.
- Rodrigues, F. & Stoer, S. (1998). *Entre Parcerias e Partenariado, Amigos amigos negócios à parte*. Oeiras: Celta Editoras.

Secretaria de Estado do Desporto (1996). Carta das *Instalações Desportivas Artificiais*. Portugal Continental. Presidência do Conselho de Ministros. Secretaria de Estado do Desporto.

Serafim, M. R. (1999). *Outras Medições Estado/Sociedade, as parcerias no programa LEADER*. Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.

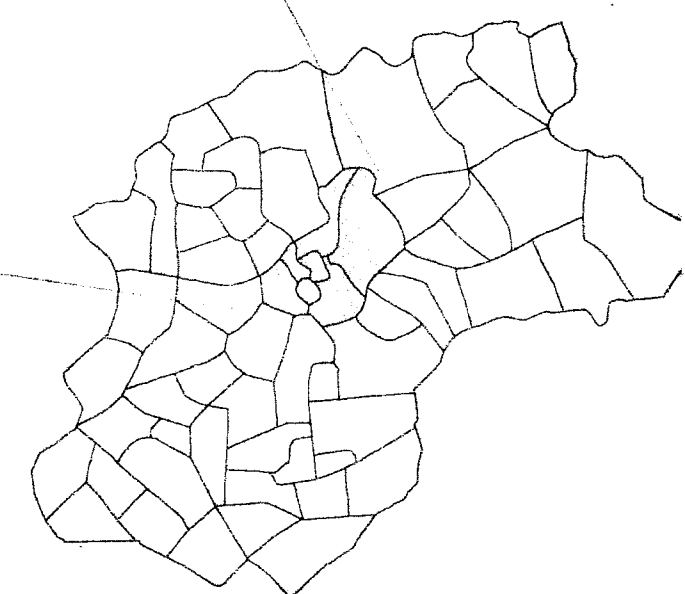
Sousa, T. B., Pereira, B. & Batista, F. (no prelo). *Estudo descritivos dos Espaços Desportivos na Sub-Região do Cávado*. In Beatriz Pereira (Coord.), *Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte: Sub-Regiões do Ave e do Cávado (pp.32-46)*. Braga: Comissão Coordenadora da Região do Norte.

Telama, R. (1998). A Saúde e o Estilo de Vida Activo dos Jovens. In L. Rocha & J. Barata (Eds.), *A Educação para a Saúde*. (pp.135-151) Lisboa: Omniserviços.

Legislação Consultada:

- Constituição da Republica Portuguesa. Versão 1997, (1998), Porto, Porto Editora.
- Carta Europeia do Desporto, 15 de Maio de 1992 – Rhodes.
- Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.
- Lei nº 1/90 de 13 de Janeiro.
- Lei nº 19/96 de 25 de Junho.
- Lei nº 115/97 de 19 de Setembro.
- Lei nº 159/99 de 14 de Setembro.
- Dec-Lei nº 769-A/76 de 23 de Outubro.
- Dec-Lei 100/84 de 29 de Março.
- Dec-Lei nº 68/89 de 31 de Janeiro.
- Dec-Lei nº 334/91 de 6 de Setembro.
- Dec-Lei nº 165/96 de 5 de Setembro.
- Dec-Lei nº 62/97 de 26 de Março.
- Dec-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei nº 24/99, de 22 de Abril.

8. ANEXOS



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (5) ●
- 1º Ciclo (6) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

Espaços de Jogos e Recreio (1)

- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (4) ★

Pequeno Campo (4)

Piscina Coberta (0)

Piscina Descuberta (1)



Pavilhão (2)

Sala (0)

Pista de Atletismo (1)



Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m



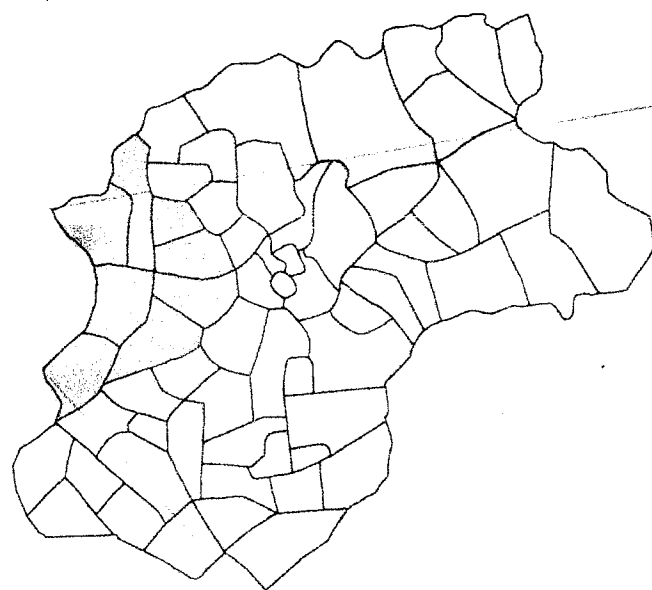
A. I. P. E. B. 2,3 ANDRÉ SOARES

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (2) ●
- 1º Ciclo (4) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

Espaços de Jogos
e Recreio (1)

Campo de Ténis (0)

Grande Campo (2)

●

★

Pequeno Campo (2)

Piscina Coberta (0)

Piscina Descuberta (0)

●

✱

●

Pavilhão (1)

Sala (0)

△

★

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m

○

○

○

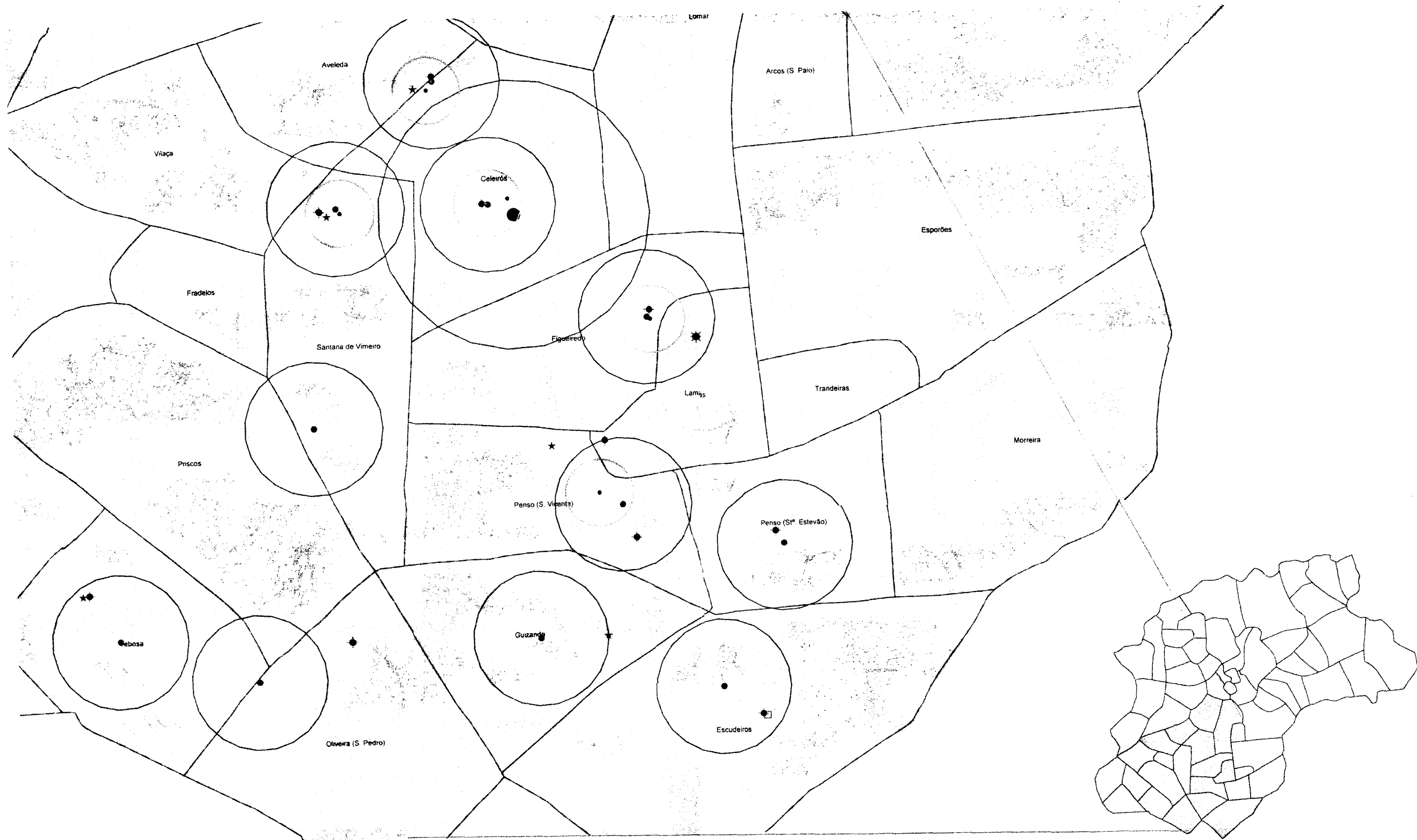
A. I. P. E. B. 2,3 CABREIROS

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (5) ●
- 1º Ciclo (11) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (1) ●
- Grande Campo (5) ★

- Pequeno Campo (10) ●
- Piscina Coberta (0) ●
- Piscina Descuberta (1) ●

- Pavilhão (0) △
- Sala (0) ☆

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m

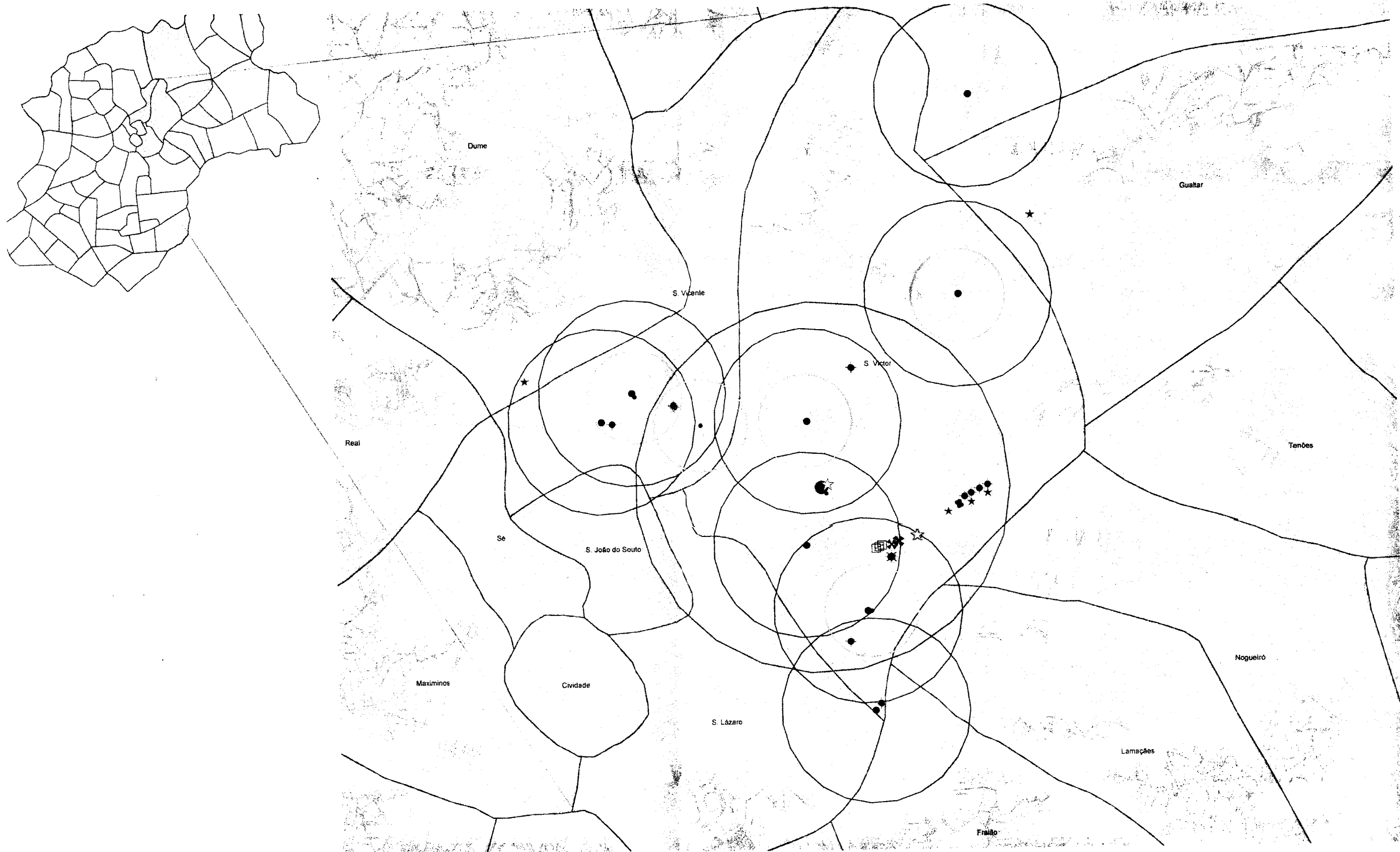


A. I. P. E. B. 2,3 CELEIRÓS

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista
(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (5) ●
- 1º Ciclo (8) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

Espaços de Jogos
e Recreio (5)

Campo de Ténis (3)

Grande Campo (5)

Pequeno Campo (10)

Piscina Coberta (2)

Piscina Descoberta (1)

Pavilhão (0)

Sala (2)

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m

A.I.P. E.B. 2,3 FRANCISCO SANCHES

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (4) ●
- 1º Ciclo (8) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (6) ★

Pequeno Campo (4) ●

Piscina Coberta (0) ●

Piscina Descuberta (0) ●

Pavilhão (0) ▲

Sala (0) ★

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m

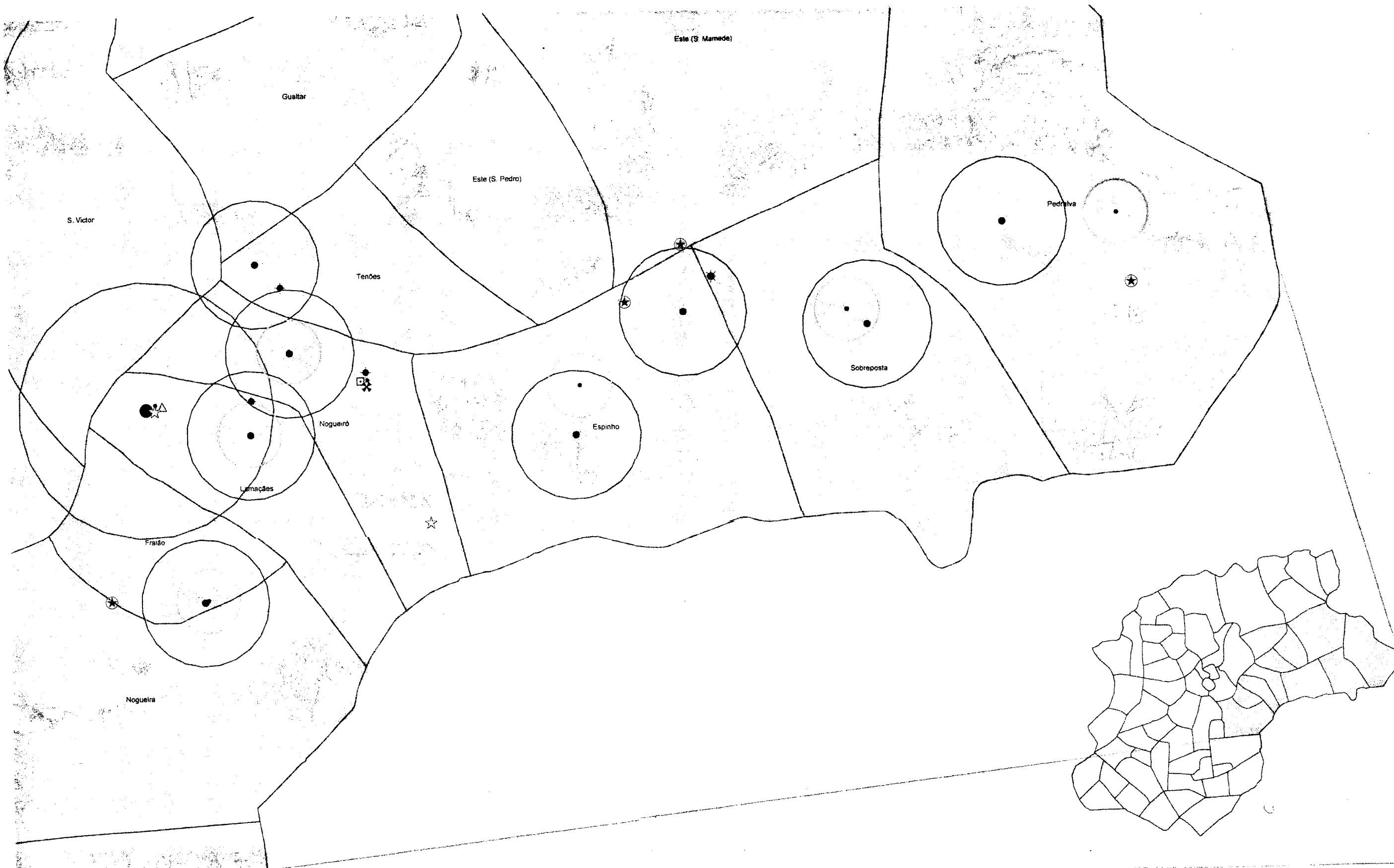


A. I. P. E. B. 2, 3 GUALTAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista
(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (6) ●
- 1º Ciclo (8) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (2) ●
- Campo de Ténis (1) □
- Grande Campo (4) ★

- Pequeno Campo (3) ●
- Piscina Coberta (1) ✖
- Piscina Descoberta (1) ●

- Pavilhão (1) △
- Sala (1) ☆

Raio de Acção

- 250 m
- 500 m
- 1000 m



A. I. P. E. B. 2,3 LAMAÇÕES

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (3) ●
- 1º Ciclo (7) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (3) ★

- Pequeno Campo (2) ●
- Piscina Coberta (1) ●
- Piscina Descoberta (0) ●

- Pavilhão (1) ▲
- Sala (0) ★

Raio de Acção

- 250 m ○
- 500 m ○
- 1000 m ○

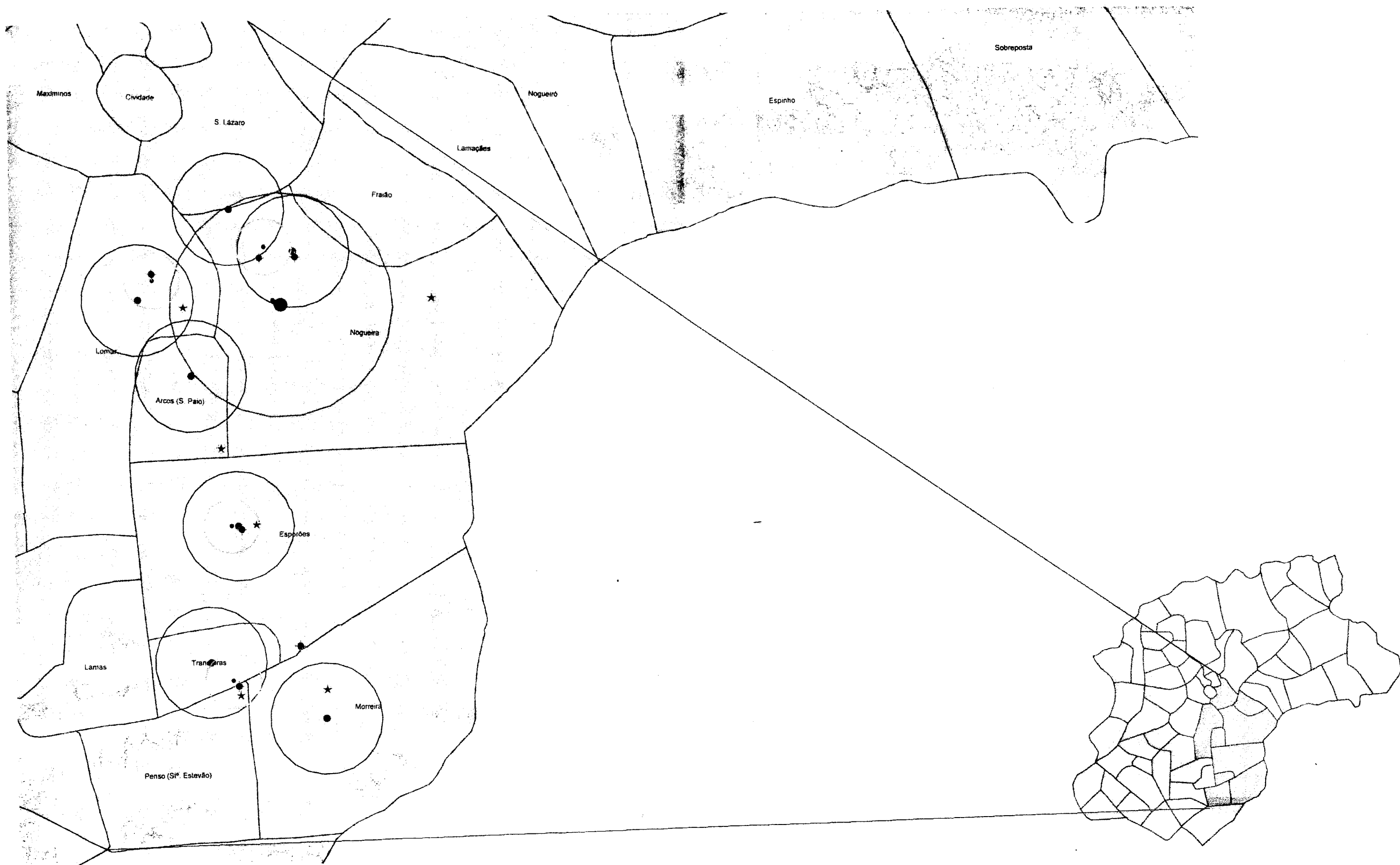
A.I.P. E.B. 2,3 FREI CAETANO BRANDÃO

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projectão de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (4) ●
- 1º Ciclo (7) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (6) ★

Pequeno Campo (5) ●

Piscina Coberta (0) ✖

Piscina Descuberta (0) ✖

Pavilhão (0) △

Sala (0) ☆

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m



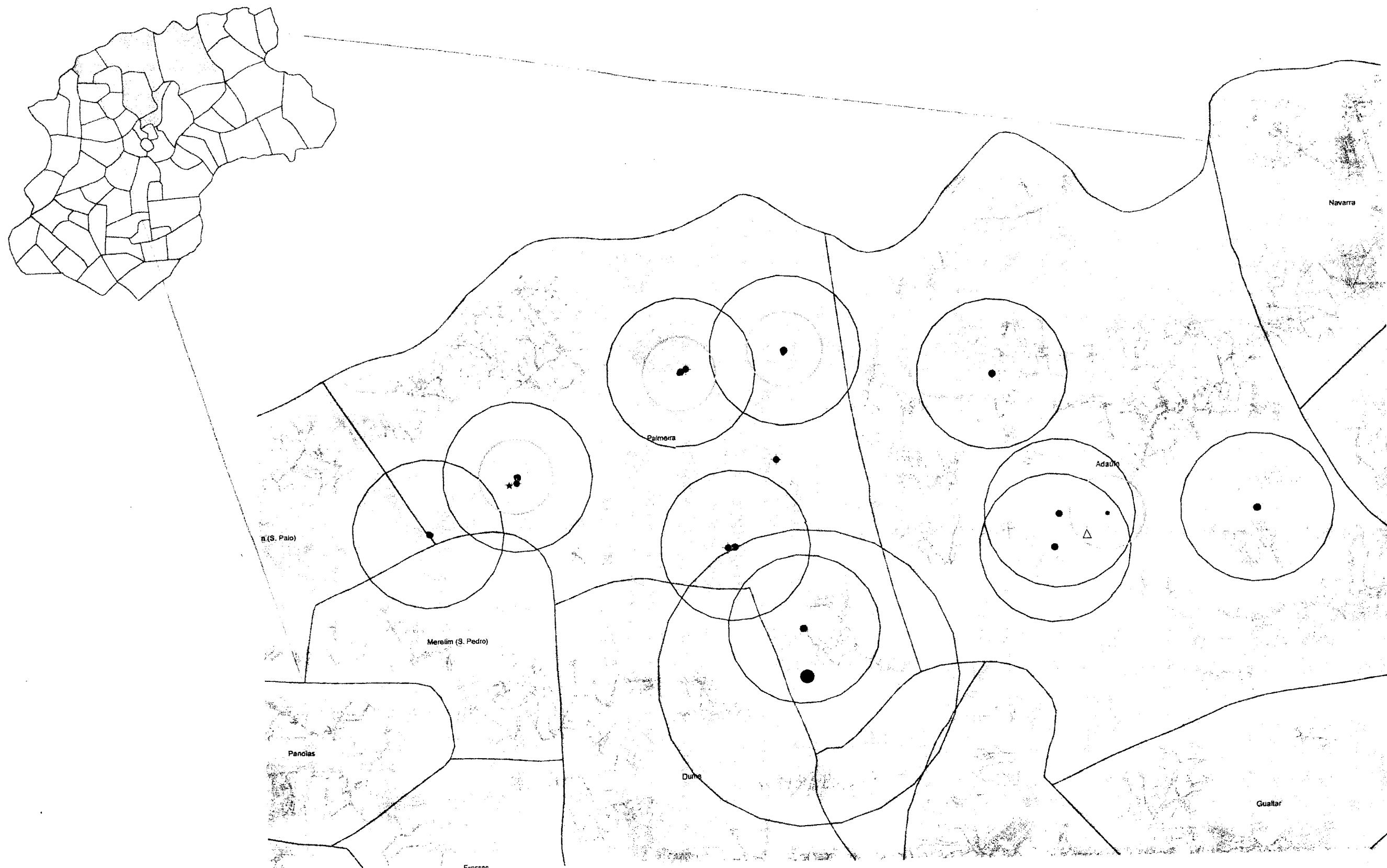
A. I. P. E. B. 2,3 NOGUEIRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (4) ●
- 1º Ciclo (10) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (1) ★

- Pequeno Campo (4) ●
- Piscina Coberta (0) ●
- Piscina Descoberta (0) ●

- Pavilhão (1) ▲
- Sala (0) ★

Raio de Acção

- 250 m
- 500 m
- 1000 m



A. I. P. E. B. 2,3 PALMEIRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (7) ●
- 1º Ciclo (12) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

Espaços de Jogos
e Recreio (1) ●

Campo de Ténis (3) ●

Grande Campo (8) ★

Pequeno Campo (7) ●

Piscina Coberta (0) ●

Piscina Descoberta (3) ●

Pavilhão (2) ▲

Sala (0) ★

Raio de Acção

250 m

500 m

1000 m



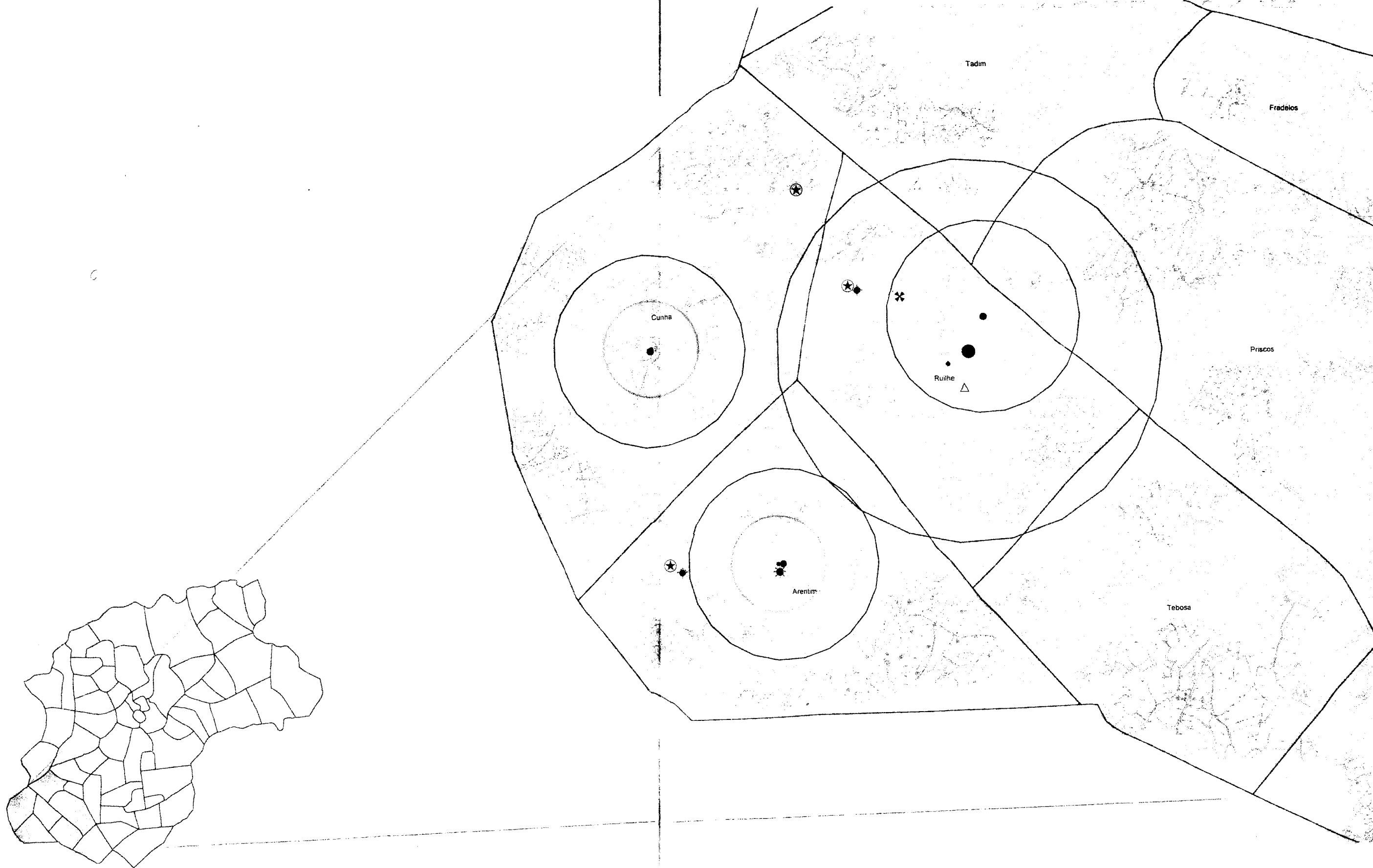
A. I. P. E. B. 2,3 REAL

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (2) ●
- 1º Ciclo (3) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) □
- Grande Campo (3) ★

- Pequeno Campo (2) ●
- Piscina Coberta (1) ✖
- Piscina Descoberta (1) ✖

- Pavilhão (1) ▲
- Sala (0) ★

Raio de Acção

- 250 m ○
- 500 m ○
- 1000 m ○

A. I. P. E. B. 2,3 RUILHE

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projecção de GAUSS DATUM DE LISBOA)



Legenda:

Equipamentos Escolares

- Jardim Escola (5) ●
- 1º Ciclo (7) ●
- 2º e 3º Ciclo (1) ●

Equipamentos Desportivos

- Espaços de Jogos e Recreio (1) ●
- Campo de Ténis (0) ●
- Grande Campo (3) ★

- Pequeno Campo (5) ●
- Piscina Coberta (0) ●
- Piscina Descuberta (0) ●

- Pavilhão (1) △
- Sala (0) ★

Raio de Acção

- 250 m
- 500 m
- 1000 m



A. I. P. E. B. 2,3 TADIM

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA

Francisco Manuel Torcato Soares Batista

(Sistema de Projectão de GAUSS DATUM DE LISBOA)